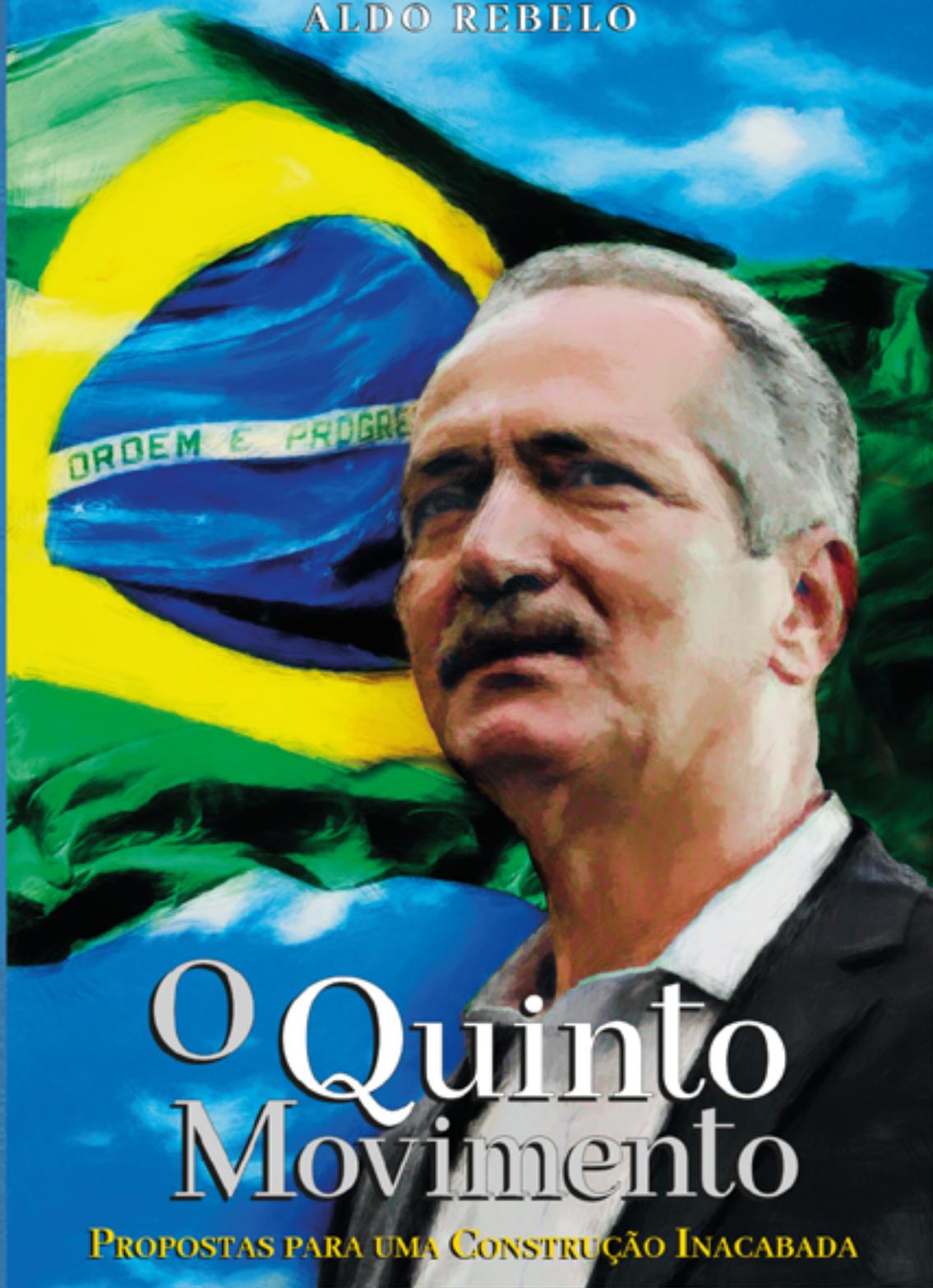


ALDO REBELO



O Quinto Movimento

PROPOSTAS PARA UMA CONSTRUÇÃO INACABADA

JA

© *Jornal JÁ Editora, 2021*

FICHA TÉCNICA

Imagem de capa: Elifas Andreato

Ilustrações: Agélio Novaes e Elifas Andreato

Edição gráfica: Andres Vince

Gestão e produção editorial: Anima Editora Ltda

APOIO

Instituto José Bonifácio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rebello, Aldo

O quinto movimento : propostas para uma construção inacabada / Aldo Rebello. -- Porto Alegre : Jornal JÁ Editora, 2021.

ISBN 978-65-86412-04-8

1. Brasil - Aspectos ambientais 2. Brasil - Aspectos econômicos 3. Brasil - Aspectos políticos 4. Brasil - Aspectos sociais 5. Brasil - Política e governo 6. Brasil. Forças armadas 7. Ciência e tecnologia 8. Desenvolvimento econômico - Brasil 9. Desigualdade - Brasil 10. Educação - Brasil
I. Título.

21-61411

CDD-320.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Política : História e crítica 320.0981

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

ALDO REBELO

O Quinto Movimento

PROPOSTAS PARA UMA CONSTRUÇÃO INACABADA

PORTO ALEGRE, 2021



Sumário

Prefácio 7

APRESENTAÇÕES

LUÍS ANTÔNIO PAULINO: A formação e a transformação do Brasil 13

AZELENE INÁCIO (KAINGÁNG): A construção da identidade
nacional brasileira 15

ELIZEU SOARES LOPES: Uma contribuição para o Brasil 19

JOSÉ ANTÔNIO SEVERO: Um projeto para o Brasil 22

DIOGO OLIVEIRA: Um farol para o destino do Brasil 25

PARTE 1 – A ORIGEM DAS IDEIAS

CAPÍTULO 1: As primeiras visões do Brasil 29

PARTE 2 – OS QUATRO MOVIMENTOS QUE CONSTRUÍRAM O BRASIL

CAPÍTULO 2: PRIMEIRO MOVIMENTO – Formação da base física 47

CAPÍTULO 3: SEGUNDO MOVIMENTO – A epopeia da Independência 69

CAPÍTULO 4: TERCEIRO MOVIMENTO – Consolidação da Independência
e da unidade territorial do País 85

CAPÍTULO 5: QUARTO MOVIMENTO – A República e a Era Vargas:
Deodoro, Floriano e a Revolução de 1930 93

PARTE 3 – O QUINTO MOVIMENTO: PROPOSTAS PARA UMA CONSTRUÇÃO INACABADA

CAPÍTULO 6: QUINTO MOVIMENTO – A economia.....	111
CAPÍTULO 7: QUINTO MOVIMENTO – A agricultura, a pecuária e a agroindústria	123
CAPÍTULO 8: QUINTO MOVIMENTO – A Amazônia	131
CAPÍTULO 9: QUINTO MOVIMENTO – As Forças Armadas como parte da reconstrução do Brasil	145
CAPÍTULO 10: QUINTO MOVIMENTO – Ciência, Tecnologia e Inovação....	155
CAPÍTULO 11: QUINTO MOVIMENTO – A educação	163
CAPÍTULO 12: QUINTO MOVIMENTO – A democracia e seus desafios	169
CAPÍTULO 13: QUINTO MOVIMENTO – O Brasil e o mundo.....	179
CAPÍTULO 14: QUINTO MOVIMENTO – A exaltação da mestiçagem	189
CAPÍTULO 15: QUINTO MOVIMENTO – Nossa herança africana.....	199
CAPÍTULO 16: QUINTO MOVIMENTO – A questão indígena	207
CAPÍTULO 17: QUINTO MOVIMENTO – A presença das mulheres	217
CAPÍTULO 18: QUINTO MOVIMENTO – O futebol	227
CAPÍTULO 19: QUINTO MOVIMENTO – O desafio da violência e da segurança.....	237
CAPÍTULO 20: QUINTO MOVIMENTO – O meio ambiente	243
CAPÍTULO 21: QUINTO MOVIMENTO – Desigualdade: tragédia e ameaça.....	249



Este livro é um depoimento sobre a Centralidade da Questão Nacional, como principiei compreendê-la desde minha formação e na história da formação social brasileira. É também uma reflexão sobre o Quinto Movimento, como denomino as iniciativas necessárias à retomada da construção material e espiritual de nossa Pátria.

Centralidade da Questão Nacional é a ideia de que a Nação é o eixo organizador da vida social na presente etapa da história da civilização; a convicção segundo a qual o Estado Nacional é a organização apta a proteger os valores da dignidade da pessoa humana e a crença na certeza de que viver em um país livre de qualquer submissão a outro país é o mais sagrado dos direitos do homem depois do direito à vida.

O nacionalismo tem governado o mundo nos últimos dois séculos nas suas duas vertentes: o nacionalismo tirânico e opressor das nações imperiais, em confronto com o outro, o nacionalismo libertário, defensivo e democrático das nações emergentes em luta por sua emancipação.

Centralidade da Questão Nacional é a volta do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social, combinados com a projeção de poder diplomático e militar em harmonia com nossas legítimas aspirações nacionais.

Tal objetivo exige coesão nacional e social incompatíveis com a desorientação de grupos de “direita” e de “esquerda”

que convertem o Brasil em arena de disputa de teses importadas sobre comportamento, costumes e doutrinas geopolíticas alheias aos problemas brasileiros.

A “direita” cosmopolita obcecada pelo “choque de civilizações” sacrifica o interesse nacional no altar da aliança ideológica com os Estados Unidos em defesa de uma civilização ocidental da qual nem nos consideram integrantes, pois seríamos apenas latinos excluídos do universo civilizatório do Ocidente.

Há ainda as correntes conservadoras que julgam ser o mercado e não a Nação o ente escolhido para remover os obstáculos no caminho da prosperidade e da felicidade, e não se dão conta de que os êxitos alcançados pelas nações prósperas combinaram sempre a cooperação entre Estado e mercado.

O identitarismo de “esquerda” é outra forma de submissão à agenda importada dos Estados Unidos ao ceder o interesse nacional aos antagonismos de raça e gênero. O objetivo final deste identitarismo é a desconstrução da mestiçagem como expressão étnica do Brasil, que adotaria o modelo norte-americano de sociedade bicolor de pretos e brancos.

O problema é que a mestiçagem no Brasil é muito mais que a promessa da *raça cósmica* na feliz expressão do filósofo mexicano José Vasconcelos. A mestiçagem é a manifestação plena de nossa identidade nacional, modelou a imagem que fazemos de nós perante o mundo. Ao atacar a mestiçagem o identitarismo mira o que há de mais profundo e permanente na identidade nacional brasileira e nos conduz a uma capitulação retardatária, ideológica e cultural à doutrina racista que separou negros e brancos nos Estados Unidos.

Por esta razão, a Centralidade da Questão Nacional e o Quinto Movimento se confrontam com o cosmopolitismo de “direita” e de “esquerda” e a ele contrapõem a união das forças heterogêneas, sociais, empresariais, intelectuais, políticas e culturais, da cidade e do campo, como alternativa para a retomada da construção do Brasil e do seu futuro.

Sítio Amazonas, Viçosa, Alagoas, fevereiro de 2021

APRESENTAÇÕES

A formação e a transformação do Brasil

LUÍS ANTÔNIO PAULINO*

Aldo Rebelo é daqueles raros homens públicos que reúnem virtudes dificilmente encontradas em uma só pessoa. É, antes de tudo, um grande intelectual, conhecedor como poucos da literatura e da historiografia brasileira e universal, das quais tira lições essenciais não apenas para entender o Brasil e seu processo de desenvolvimento, mas também para situá-lo com precisão no grande movimento universal da história humana.

Ao adotar uma perspectiva histórica, Rebelo consegue perceber o Brasil em movimento, em processo contínuo de transformação, quando as profundas contradições que marcam a história e a trajetória de nosso País não são vistas como grilhões que o imobilizam, vício tão comum em parte de nossa intelectualidade, mas como agulhões que o espicaçam e empurram em movimentos contínuos de transformação. Tais movimentos, como as águas do Amazonas, ora se apresentam mansos e profundos, ora explodem em batalhas titânicas contra o que lhes obsta o caminho.

Não por acaso, a presente obra se denomina *O Quinto Movimento*. Ao examinar a trajetória histórica de formação e transformação social e política do Brasil, Rebelo percebe o Brasil

como uma obra magnífica, destinada a maravilhar o mundo, mas ainda incompleta, inacabada. Como o artista, percebe sob esse bloco, com formas às vezes assustadoras, uma obra-prima do gênio humano, a ser revelada em sua plenitude pelo cinzel da atual e das futuras gerações.

Ao apontar, nesse *Quinto Movimento*, as tarefas inacabadas que impedem o Brasil, como diz o poeta, de “cumprir seu ideal”, revela-se uma segunda face do autor. A do líder, do homem público, que tendo ocupado as mais diversas funções na vida pública, de líder estudantil, vereador, deputado, presidente da Câmara dos Deputados e ministro de pastas chave do governo, como a Coordenação Política, Ciência e Tecnologia, Defesa e Esportes, conhece o Brasil e suas instituições como ninguém.

Nesta obra revela-se, assim, não apenas a análise precisa do intelectual que ousou, com as ferramentas da crítica, analisar o passado, sem cair na armadilha tão comum do anacronismo, que transforma heróis em vilões e vilões em heróis, mas também o descortino do homem público comprometido com seu tempo e seu povo. Tal como muitos brasileiros que o precederam nos movimentos anteriores, o que Aldo Rebelo propõe com este *Quinto Movimento* é transformar o Brasil em uma nação poderosa, respeitada, desenvolvida, democrática e igualitária.

* LUÍS ANTÔNIO PAULINO é professor associado da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e membro da equipe de colaboradores do portal “Bonifácio”.

A construção da identidade nacional brasileira

AZELENE INÁCIO (KAINGÁNG) *

Ao deparar-me com o convite para ler a obra de Aldo Rebelo, *O Quinto Movimento*, também fui convocada a escrever sobre a mesma. Senti-me lisonjeada, pois o conteúdo do livro é de extrema singularidade, uma vez que mostra com bastante clareza e riqueza de detalhes como se deu a construção da identidade nacional brasileira.

Desde os tempos mais remotos, o Brasil é um país continental disputado por potências estrangeiras, dada sua imensurável riqueza e variedade de recursos naturais, que despertavam e ainda despertam a cobiça de outras nações envolvidas em uma feroz disputa quase que sem fim.

Ocorre que na formação do Brasil aconteceu algo de fato admirável para que aqui não fôssemos fraturados em nossa soberania, o que inclusive vai além da resistência política ou somente o emprego de armas. O livro de Aldo Rebelo destaca - com certo grau de minúcia - o fenômeno da mestiçagem, que de fato é a essência, a âncora para iniciar efetivamente uma verdadeira identidade brasileira. Articulações envolvendo pessoas comuns, autoridades medianas, autoridades máximas, dentre outras, promovem o início capaz de eclodir movimentos que irão perdurar ao longo da história, capazes de

criar um firme alicerce brasileiro, em que pese os inimigos do Brasil atentarem contra essa nova formação.

O autor, com bastante habilidade, descreve a sua tenra idade no interior de Alagoas, onde a partir da montada em um cavalo consegue ter sua primeira visão de mundo, qual seja, a imagem do Sertão, área ou sub-região geográfica do Nordeste que bem caracteriza a força e a determinação do povo nordestino, nos dizeres de Euclides da Cunha: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. A partir dessa primeira visão, Aldo Rebelo começa a aprofundar a sua vida intelectual influenciado especialmente por dois fatores: sua desmedida curiosidade por livros, almanaques e publicações da época e também pela influência de familiares de sua extensa parentela.

Diante de tal perspectiva, e com o andar dos tempos, o autor começa a bem saber e descrever o que é o Brasil profundo e toda sua configuração. Apaixonado pelo Brasil e sua história, permite uma excelente linha do tempo que leva o leitor a ficar impressionado com todos os acontecimentos que desemboçaram na formação do Brasil. A influência do Tratado de Tordesilhas e do Tratado Madri, os atos das metrópoles portuguesa, espanhola, inglesa, dos Estados Unidos e por incrível que possa parecer até mesmo as guerras napoleônicas que direta ou indiretamente quase precipitaram a fratura do Brasil por meio da Cabanagem, da Balaiada, da Sabinada, dos Farrapos e outras revoltas. O intenso trabalho que envolveu a formação do Exército Brasileiro contou com mestiços, indígenas e negros como mentores das nossas Forças Armadas junto com Duque de Caxias. Chamou-me muito a atenção as passagens

de um mestiço pernambucano, de pai português e mãe indígena, que expulsou os franceses do Maranhão e com igual peso o índio Poti Filipe Camarão, que muito ajudou na vitória do Brasil contra as tropas holandesas, determinando assim o fim das batalhas no Nordeste brasileiro.

A narrativa da história trazida no livro honra aos indígenas a sua participação na história de construção do Brasil, em sua nacionalidade, devolvendo os valores de sua cultura, costumes, língua, culinária, memórias, como parte que somos dessa benigna Civilização, e mais, propõe oferecer aos indígenas a possibilidade de voltarem a participar, como brasileiros que são, do destino nacional, oportunidade que há mais de duas décadas vem sendo negada pela atuação das ONGs da Máfia Verde por meio do indigenismo de mercado, usurpando o protagonismo dos índios de maneira nem um pouco transparente.

Cabe considerar especialmente que durante todo esse tempo o povo brasileiro já está em plena formação por meio da mais bela mestiçagem, com passagem destacada para Diogo Álvares Correia, o Caramuru, náufrago português casado com Catarina Álvares Paraguaçu, índia da Bahia, possibilitando assim uma exuberante genética mestiça e verdadeiramente brasileira.

O autor com bastante clareza não deixa esquecer a grande contribuição de José Bonifácio, Patriarca da Independência, o papel da maçonaria, a industrialização do Brasil, a conjuntura internacional envolvendo os conflitos bélicos mundiais, o papel sempre conciliador e mediador da diplomacia brasileira,

o getulismo, a construção de Brasília com Juscelino Kubitschek, os presidentes militares e o momento contemporâneo, que para Aldo Rebelo pode e deve ser modificado tendo como base os interesses soberanos do Brasil, mantendo parcerias com potências estrangeiras de primeiro mundo, mas jamais abrindo mão do que é nosso para assim assegurar o futuro das gerações, com soberania, autoestima e orgulho de sermos brasileiros.

O Quinto Movimento merece ser encarado como fonte de estudos nos ramos da História, do Direito, da Ciência Política, da Antropologia e da Sociologia, uma vez que vários elementos destes campos estão condensados na presente obra. Certamente, o povo brasileiro recebe uma base de conhecimentos da sua história, contada e escrita por um brasileiro de raiz, que conhece o Brasil por dentro da sua formação, por um brasileiro que resgata o orgulho do nosso povo, da sua formação e sua trajetória.

**AZELENE KAINGÁNG, indígena nascida na terra indígena Carreteiro (RS), é socióloga formada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.*

Uma contribuição para o Brasil

ELIZEU SOARES LOPES *

Ex-ministro em quatro pastas diferentes, ex-presidente da Câmara dos Deputados, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Aldo Rebelo é um dos raros brasileiros que, para além de sua experiência política e profissional, tem uma enorme capacidade de compreender e analisar o País. Este livro é mais uma de suas contribuições.

Com uma contundente análise do passado e dos movimentos que construíram nossa identidade nacional, Aldo Rebelo consegue apontar um caminho para o desenvolvimento do País. O Brasil precisa de contribuições desse tipo para superar a crise atual e retomar o processo de construção de sua identidade nacional.

Somos um país jovem, com características muito peculiares, e estamos ainda no meio do processo de construção de nossa identidade nacional. Neste sentido, é necessária a centralidade do debate em torno da questão nacional como caminho para a preservação da dignidade da pessoa e para aprofundar a defesa dos Direitos Humanos. É o que defende Aldo Rebelo neste livro.

É fundamental a coesão nacional, a superação da dicotomia vivida por grupos que se autodefinem de direita ou de

esquerda. Destaca-se aqui a tese do autor de que a direita sacrifica os objetivos nacionais para atender interesses externos, notadamente dos Estados Unidos. São ainda estas correntes de direita que acreditam no mercado como indutor do desenvolvimento da Nação sem a presença do Estado.

Aldo também se posiciona quanto ao papel de grupos de esquerda na divisão da sociedade, principalmente quando tais grupos defendem teses identitárias, que fragmentam a população e estão relacionadas com debates importados da Europa e dos Estados Unidos. A solução apontada pelo ex-ministro, uma tese difícil de ser contrariada, passa pela “união de forças heterogêneas, sociais, empresariais, intelectuais, políticas e culturais”.

Como é sua característica, Aldo Rebelo não peca pela fragilidade de argumentos. O autor pontua cada um dos setores fundamentais para se retomar a construção inacabada do Estado Nação e direciona as políticas para as ações e propósitos do País. Para ele, esses setores são a agricultura e a agroindústria; a questão da Amazônia; o papel das Forças Armadas; a ciência, a tecnologia e a educação como fatores fundamentais para a redução das desigualdades; a exaltação da mestiçagem; a questão indígena; a presença das mulheres no Brasil; o futebol e o meio ambiente.

Este livro é como um manual para que o Brasil volte aos trilhos da construção nacional. Aldo Rebelo apresenta uma visão do povo brasileiro que vai além das interpretações teóricas e se soma à sua admiração pela Nação que, segundo ele, tem de ser saudada a partir de sua história. Esta história que

deve ser estudada, contada e recontada para que possamos saber nossas origens e, dessa forma, construir nosso futuro.

**ELIZEU SOARES LOPES é advogado criminalista e ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo. Foi consultor do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) no Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura; secretário-adjunto da Igualdade Racial na Prefeitura de São Paulo e integrou a Comissão de Estudos da Presidência da República para a reforma do Código de Processo Penal.*

Um projeto para o Brasil

JOSÉ ANTÔNIO SEVERO*

A leitura deste *O Quinto Movimento* leva o leitor à proximidade de Aldo Rebelo, uma das personalidades mais expressivas e representativas de seu tempo, e permite um mergulho nos desafios que se oferecem ao Brasil, assim como uma visão ajustada à trajetória do País por meio de sua história.

Uma frase tão longa, com pretensão à abrangência completa da obra, não basta para sugerir ao leitor todas as possibilidades desenvolvidas pelo autor neste livro. Não é elogio de um admirador e observador da carreira e da imagem pública do escritor. Passando por suas páginas, será possível avaliar a originalidade e a capacidade de síntese para, em tão pouco espaço, expor um projeto completo para o Brasil, calcado, fundamentalmente, no seu povo, ou seja, na raça mestiça que se formou neste território, que está a oferecer ao mundo uma civilização original, muito própria, onde as influências externas esbarram na solidez cultural formada pela mestiçagem. O Brasil é seu povo, seria o resumo.

Aldo Rebelo oferece ao leitor uma visão panorâmica sobre o País, vindo desde seus primeiros momentos, ainda no útero da mãe-pátria portuguesa, nos tempos pré-cabralianos, quando, nos tratados e arranjos, a possibilidade de existência do

Brasil já mobilizava as diplomacias ibéricas e dava conteúdo político às terras incógnitas. Assim chega o Brasil ao século XXI. Continuar a construção deste País é um legado que não pode ser ignorado. Neste sentido, o autor alinha e oferece caminhos a serem seguidos. Portanto, este *Quinto Movimento* é um indicador de futuro, uma proposta à sociedade. É fascinante ler esta obra.

O livro transpira a Aldo Rebelo. Texto discreto, econômico, elegante, seu conteúdo é abrangente, deixando entrever a cultura maiúscula do escritor, encaixando com precisão a história na atualidade e nos desafios às sucessivas gerações que construíram o Brasil. O leitor percebe que suas ideias e propostas se formaram de leituras e vivências abrangentes, que vêm desde a juventude como líder estudantil até sua intensa e prolongada trajetória política e administrativa. Aqui está, com muita modéstia, em pinceladas, o vereador, o deputado dos plenários, presidindo comissões, tendo de compor interesses, demandas, realidades conflitantes. Também está o administrador, ocupando ministérios em momentos cruciais. Poucas pessoas, em qualquer segmento da sociedade, estiveram no centro dos acontecimentos e viveram tão profunda e abrangentemente o País.

É isto que o leitor irá encontrar neste *O Quinto Movimento*, um livro que contém todo esse conhecimento e oferece um feixe de propostas para o Brasil retomar seu dinamismo histórico e se mover à frente em meio à estagnação de décadas, seus impasses e desorientações. Não é um livro datado, pois tanto o estudioso quanto o historiador do futuro encontrarão

aqui um retrato desta época e a visão do que foi um político da primeira geração da esquerda pós 1968, já distanciada das lutas armadas e dos confrontos de peito aberto, operando em um ambiente democrático e plural. É uma obra de referência.

**JOSÉ ANTÔNIO SEVERO é jornalista e autor, entre outros, dos livros Os Senhores da Guerra (L&PM Editores) e Cem Anos de Guerra no Continente Americano (Editora Record).*

Um farol para o destino do Brasil

DIOGO OLIVEIRA*

Este livro de Aldo Rebelo é um manifesto de amor pelo Brasil. O autor conta sua história de sertanejo, nascido na roça em Viçosa, interior das Alagoas, local da última batalha de Palmares. Ali foi selado o pacto entre paulistas, caciques indígenas e chefes quilombolas para isolar Zumbi política e militarmente, conquistando terras que produziram frutos da mais autêntica brasilidade mestiça. As suas ideias vêm de um garoto órfão de pai aos nove anos, que ajudou a criar os sete irmãos mais novos e tornou-se um homem de Estado, sentado à mesa com os líderes globais para discutir o futuro das nações no mundo contemporâneo.

A obra apresenta uma leitura circunstanciada da história nacional, com as vicissitudes e os imponderáveis de quatro movimentos que deram existência ao Brasil, destacando a resiliência, a obstinação e a genialidade de grandes personagens que marcaram a formação de uma Nação mestiça, inovadora, agigantada pelos esforços dessas pessoas. É a partir destas particularidades que é proposto o ambicioso, patriótico e irrecusável *Quinto Movimento* de construção do País, um projeto de continuidade na construção inacabada da civilização brasileira, jogando luz neste momento de desorientação política

e ideológica que atravessamos. A ideia essencial é trazer para o primeiro plano a centralidade da questão nacional.

A abordagem de Aldo Rebelo descreve um *Primeiro Movimento*, no qual vemos o surgimento do Brasil na história da civilização, consolidado pela aliança entre portugueses, índios e africanos para a formação de uma nacionalidade brasileira original que estabelece a base física do País. O sentimento de nativismo amalgamado pela língua portuguesa deu vazão a um *Segundo Movimento*, marcado pela epopeia da Independência. A coesão de forças heterogêneas entre republicanos e monarquistas, donos de terras e o povo trabalhador, foi articulada pelo Patriarca José Bonifácio de Andrada, visando à unificação do País em torno de um propósito maior e sedimentou o *Terceiro Movimento*, que culminou na Abolição e na Proclamação da República. A República recém-nascida trouxe ideais de desenvolvimento e industrialização no século XX, produzindo o *Quarto Movimento*, no qual vemos em minúcia como forças aparentemente antagônicas se uniram para conter a guerra civil, produziram a Revolução de 1930, atravessaram as guerras mundiais, dividiram artificialmente o País na Guerra Fria e alcançaram ao final a abertura democrática.

O Quinto Movimento para a retomada da construção inacabada do Brasil é proposto a partir dos marcos nacionais, reconhecendo o papel fundamental das Forças Armadas em sua dupla função, tanto de defesa quanto de edificação da Nação. Abre-se um debate franco sobre a garantia da soberania na Amazônia, indicando o caminho estratégico da Ciência, Tecnologia e Inovação para o avanço civilizatório brasileiro. A

guinada para uma nova fase de desenvolvimento tem na educação de base a estrada para perseguir os objetivos fundamentais da redução das desigualdades e da proteção da democracia, recuperando a altivez diplomática de mediação, que em diversos momentos projetou o Brasil como um exemplo para o mundo.

Aldo Rebelo oferece um carinho especial às mulheres, nossas avós matriarcas, exaltando a mestiçagem na identidade nacional. O autor reconhece a herança africana na construção do Brasil, assim como a necessidade de maior participação indígena no destino do País. O futebol é apontado como marco simbólico, descrevendo a mentalidade destrutiva que tomou conta do debate público a partir da Copa de 2014, o que provocou outra ruptura artificial e deixou consequências nos anos seguintes. Por fim, atento aos desafios permanentes colocados no século XXI, reconhece a proteção ao meio ambiente como aspecto fundamental para o desenvolvimento do Brasil no terceiro milênio.

O *Quinto Movimento* propõe a valorização do passado que deu origem à brasilidade, apontando as forças físicas e espirituais necessárias para prosseguir a construção nacional, servindo como um farol para iluminar o destino do Brasil e colocá-lo no lugar da história ao qual ele pertence.

* DIOGO OLIVEIRA *é antropólogo.*

PARTE 1

A origem das ideias

Neste primeiro capítulo, eu conto como foram os passos iniciais da minha formação e compreensão sobre o Brasil e o mundo, descrevo as origens do meu apreço pelo Brasil, por sua história, por sua formação social e pela biografia daqueles que ajudaram a erguer a nossa Pátria.

Conto também como construí minha admiração pelo povo brasileiro, por sua capacidade de criar soluções para problemas e desafios aparentemente insuperáveis, por sua tenacidade e resistência a todos os penares e sofrimentos impostos pelas adversidades que teve que superar.

Finalmente, aparece também na alvorada da vida a valorização da liberdade, liberdade para o Brasil, liberdade para o povo, liberdade como condição para uma vida nacional não submissa, conceito tão distinto do individualismo narcisista em voga nos dias de hoje.



A primeira vez que me dei conta do mundo, estava sobre um cavalo. Meu pai trabalhava em uma fazenda. Lembro que ele chegou a cavalo e me pôs montado. Eu devia ter uns três anos e vi outra dimensão do mundo. O mundo visto de cima: o rio, o horizonte, os campos. Data dessa época minha admiração, respeito e paixão pelos cavalos.

Minha vida mudou ainda na infância. Meu pai faleceu jovem, quando completei nove anos. Minha mãe ficou viúva aos 27 anos e já com oito filhos, dos quais sete estavam se criando e eu era o mais velho. Morávamos na casa da mãe de meu pai, enquanto não conseguíamos uma casa própria. Fui morar com um parente, primo do meu avô, um homem raro naqueles ermos. Tinha uma curiosidade intelectual, e embora vivesse na zona rural, trazia da capital, Maceió, publicações, revistas, e mantinha em casa uma coleção do almanaque do *Tico-Tico*, voltada para as crianças e a juventude.

Lembro-me bem de uma coleção da revista *Realidade*, muito boa, com grandes reportagens. Ele trazia de tudo e eu, curioso, lia aquelas publicações e os almanaques da época.

Esse primo em terceiro grau, Macário de Albuquerque Loureiro, teve grande influência na minha formação. Ele acompanhava detalhadamente a corrida espacial entre Estados Unidos e União Soviética para ver quem chegava primeiro à lua. Guardava alguma simpatia pelo socialismo e um parentesco

com Otávio Brandão, um viçosense, primeiro tradutor do Manifesto Comunista no Brasil e primeiro vereador do Partido Comunista no Rio de Janeiro, parente dele e de Fernando Henrique Cardoso. Ouvíamos o *Repórter Esso* e os noticiários da *Rádio Globo*, além dos jogos do campeonato carioca, e ele, torcedor do América, sempre falava de dois grandes jogadores, Patesko, do Botafogo, e o americano Canário.

Terminei o curso primário (do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental) no grupo escolar de minha cidade natal, Viçosa, Alagoas, depois de alfabetizado em uma escola rural, onde meu pai trabalhava numa fazenda de gado. Bons tempos, uma época em que as escolas não renegavam a história e a memória do País.

Aprendi no curso primário a admirar, respeitar a formação social brasileira em seus múltiplos aspectos, os feitos dos seus construtores, a saga de gigantes que contribuíram para nossa criação.

Lembro-me que meninos olhávamos para o mapa-múndi da sala do grupo escolar e nos comparávamos com os Estados Unidos, com a União Soviética, que chamávamos de Rússia, com a Inglaterra, com a França. Eram esses os grandes países que julgávamos equivalentes ao Brasil, à sua grandeza.

E uma professora, dona Laurita Rodrigues de Moura, do curso primário, exerceu uma profunda influência na minha formação. Ela cultivava esse apreço pela história, pelas efemérides. Fazíamos redações sobre o almirante Tamandaré; Ruy Barbosa; Duque de Caxias; Floriano Peixoto; Castro Alves. Sempre que tinha uma efeméride, ela pedia uma redação.

O município onde eu nasci fica numa área de transição entre a Zona da Mata e o Agreste alagoano, local exato da morte de Zumbi dos Palmares, segundo apontou, em livro inédito, o geógrafo alagoano Ivan Fernandes Lima, a partir de informações dos arquivos portugueses. Foi lá, no Quilombo do Sabalangá, que Zumbi travou seu último combate, em 20 de novembro de 1695, abatido pela tropa de André Furtado de Mendonça no sumidouro do rio Paraíba. Aliás, essas circunstâncias concorreram para que já na Câmara dos Deputados, em 1995, nos 300 anos da morte do Zumbi, eu apresentasse projeto de lei tornando o 20 de novembro Data Nacional e o ano de 1995 em *Ano Zumbi dos Palmares*, projeto aprovado, sancionado e tornado lei.

Meu pai se chamava José Figueiredo Lima e minha mãe Maria Cila de Almeida Rebelo, ambos de famílias antigas, há cerca de 200 anos na região. Algumas dessas famílias descendem de uma índia avó de todos nós, que viveu com um português e foi mãe de muitas gerações de viçosenses, que se casaram entre si e então quase todo mundo é parente. Se um viçosense conversar dez minutos com outro, vai descobrir parentesco. São descendentes de portugueses antigos, Sousa, Martins, Pereira, Torres, Rebelo, Teixeira, Albuquerque, Almeida, Vasconcelos, Soares, Santos, Loureiro, Brandão, Silva, Ferreira, Barros, Falcão, Gracindo, entre outros. Essas famílias antigas trabalhavam na agricultura. Meu trisavô, Apolinário Rebelo Pereira Torres, tinha um engenho, foi senador do Estado, foi intendente. Intendente era o prefeito, escolhido pela Câmara, em uma espécie de parlamentarismo

municipal. Outro meu trisavô era o vigário da cidade, o padre Manuel, tido como homem muito realizador. Construiu o cemitério dos coléricos, construiu a igreja Matriz, trouxe as principais imagens de Portugal, uma Divina Pastora e um São Francisco lindos, de madeira. O padre era considerado um excelente pai de família e todos os seus filhos foram educados, falavam latim, francês. Um deles, meu bisavô, também foi intendente. Naquela época, os padres não se casavam, mas podiam ter filhos. Acho que o Império os estimulava, pois, como não havia uma rede escolar, os padres educavam os filhos e cumpriam função auxiliar, na ausência do Estado, de formar os quadros da burocracia pública e mesmo da iniciativa privada.

Uma outra filha dele, irmã do meu bisavô, foi a inspiração de Graciliano Ramos para a personagem Madalena do romance *São Bernardo*. Quando Madalena propôs a construção de uma escola, seu marido, o fazendeiro Paulo Honório, proferiu a sentença lapidar sobre a ganância e acusou a esposa de pensar em coisas certas que dão prejuízo, enquanto ele praticava as coisas erradas que davam lucro.

Um historiador viçosense, Alfredo Brandão, escreveu um livro sobre a história do município, chamado *Viçosa de Alagoas*. Era um médico militar que esteve em Canudos e escreveu também um livro sobre o episódio. Ele conta que a cidade começou a ser povoada na época do Quilombo dos Palmares, quando os paulistas fizeram um acordo com os índios e alguns chefes quilombolas. Domingos Jorge Velho recrutou índios para combater os quilombos, prometendo transformar

uma parte das terras dos quilombolas em assentamentos indígenas, o que foi feito em Viçosa.

Os quilombos eram aldeamentos, unidades autônomas, como que reproduzindo a organização tribal africana. Eles se juntavam, organizavam-se e cediam homens para a luta em defesa do conjunto e contra os paulistas. Domingos Jorge Velho prometeu a alguns quilombos que eles ficariam com as terras desde que não fornecessem homens e víveres a Zumbi. Então, ele estabeleceu um cerco e isolou Zumbi política e militarmente. Essa é uma das origens de Viçosa. Uma parte vem dos quilombos e outra dos assentamentos dos índios Cambembes, remanescentes dos Caetés.

O ramo da minha família entrou em declínio econômico. Foi dividindo terras, em um processo interminável de fracionamento, até que meu pai ficou sem terra e foi ser soldado da borracha lá nos anos 1940. Quando voltou, minha tia, sua irmã, dizia que nem o reconheceu quando ele bateu na porta dela, estava desfigurado, pois adquirira malária no Amazonas. Aí foi trabalhar nas fazendas da região. Trabalhou na fazenda de Teotônio Vilela durante um tempo, depois foi para outra fazenda em outro município, foi dono de bar lá na cidade. E então adoeceu, desconfio de doença de Chagas. Minha mãe dizia que o coração dele inchava, ficava cansado. Morreu com cerca de 41 anos, deixou minha mãe viúva muito jovem e isso era comum naquela época. Quando nasci, ela tinha 17 anos e eu já era o segundo; o primeiro filho, que morreu precocemente, teve com 16 anos.

Dessas recordações remotas, lembro-me bem do meu pai por causa do cavalo e de sua permissão para que eu montasse,

e da Copa do Mundo de 1962. Para acompanhar os jogos, ele comprou um rádio da marca Empire, que, depois, ficou muitos anos em nossa casa. Ele ouvia rádio lá na roça, no sítio, e quando o Brasil fazia um gol ele celebrava dando tiros de mosquetão. E me lembro também que só atirava quando o Brasil fazia gol na Copa do Mundo ou quando nasciam os irmãos mais novos. Eu sabia que tinha ganhado um novo irmão porque ele saía para o terreiro e dava uns tiros para anunciar.

Minha mãe era uma mulher do campo, da roça. Foi professora. Quando viúva, teve que terminar o curso primário para começar a trabalhar. Depois fez o curso pedagógico para lecionar. Ela foi dar aula numa escola rural e eu a acompanhava em noites de chuva. Ia com ela para aquelas escolas noturnas, de trabalhadores. Via-os caindo de sono e de cansaço em cima dos cadernos. Passavam o dia naquela jornada pesada e à noite ainda iam estudar.

Quando meu pai morreu, Teotônio Vilela, dono da fazenda, passou um tempo pagando o salário dele. Ele manteve o ordenado até que minha mãe fizesse o concurso na Prefeitura e começasse a dar aula. Enquanto isso, ele ajudava e permaneceu comprando os meus livros. Todo começo de ano, eu ia à casa dele e levava uma lista de livros para continuar estudando. Quando cheguei à diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), ele me dava as passagens para percorrer o Brasil. Manifestava orgulho de eu ter chegado à presidência da UNE. Nós conversávamos muito. O Téio Vilela, filho dele, conta que quando morávamos na roça e meu pai ia falar com Teotônio, dizia: “ó, Teotônio, esse menino só pensa em estudar, quer ir

para cidade estudar”. E Teotônio estimulava, fazia todo gosto por aquilo, tanto que seguia pagando os livros escolares a cada ano.

Minha mãe tinha pouca renda, mas oferecia apoio afetivo, emocional, que era uma coisa muito forte. Você olhava aquela mulher com um monte de meninos, criando todos, esforçando-se e cantando. Tudo o que ela fazia em casa era cantando. Cantava os clássicos da época, as músicas do Noel Rosa, Jackson do Pandeiro, Luiz Gonzaga e os sucessos de Jair Amorim e Evaldo Gouveia.

O Pelé eu conheci pela minha mãe cantando a música da Copa de 1958. E acho que minha mãe descobriu o Brasil pelo Pelé. Quando Nelson Rodrigues diz que o Brasil foi redescoberto pelo Pelé e pelo Garrincha, pelos heróis da Copa de 1958, isso é absolutamente verdadeiro. Teve o Pedro Álvares Cabral e depois teve o Pelé. As pessoas não fazem ideia do quanto Pelé elevou o orgulho nacional das pessoas mais simples, ou seja, o menino brasileiro na Suécia, impondo com sua arte, com seu talento e com sua força o respeito pelo Brasil.

Minha trajetória escolar começou aos sete anos de idade. Fui alfabetizado na escola rural. Depois fui para o Grupo Escolar 13 de Outubro e em seguida para outro educandário básico, o Monsenhor Machado. O nome “13 de Outubro” registra a data da emancipação política da cidade. É a escola onde minha mãe já tinha estudado. O “Monsenhor Machado” foi homenagem ao padre que me batizou, o padre Machadinho. Quando faleceu, deram seu nome ao grupo.

Creio que pelo menos parte do meu nacionalismo nasceu desse apego telúrico à terra, ao campo. Nas férias, visitava o sítio do meu avô e convivia com a literatura de cordel. Fazíamos reuniões noturnas, ou nas tardes dos fins de semana, para leitura das obras clássicas da literatura de cordel. *O Pavão Misterioso, Melancia e Coco Verde, A Chegada de Lampião no Inferno*, entre outros, eram livros de sucesso, dos grandes cordelistas brasileiros, que comprávamos nas feiras de Viçosa. Eram poucos os que sabiam ler na roça, então os meninos da cidade, quando iam passar as férias no campo, prestavam esse tipo de serviço.

Nas feiras de Viçosa, muitas vezes, passava horas apreciando os desafios, os duelos dos repentistas, que eram uma viagem não só pela poesia, pela criatividade, mas também pela História do Brasil. Alguns desses repentistas conheciam e usavam episódios históricos nas suas poesias. Isso também ajudou a formar a minha visão do mundo. O conteúdo dessa literatura e o prazer estético dos desafios, que essa poesia proporcionava, criavam também um vínculo afetivo, além do intelectual, com expressões da cultura do nosso povo. Mais adiante, quando me deparei com Gonçalves Dias, Castro Alves ou os modernistas, é como se compusesse um universo amplo da cultura e da memória do País.

Quando iniciei uma atividade política regular, militante, já tinha consolidado esse apego, esse vínculo com as coisas do Brasil, com a história, a memória aprendida nos bancos escolares, nos manuais do curso primário, do ginásio e do ensino médio. Nada no Brasil me era estranho, desde os

descobridores, os Bandeirantes, até os caudilhos que participaram dessas rebeliões do Império, como os gaúchos David Canabarro e Bento Gonçalves; o pernambucano Frei Caneca, ou os heróis da Guerra do Paraguai. Todos me eram familiares e antes de serem identificados como protagonistas de tal ou qual episódio representavam personagens da história, da construção do Brasil. Eu via essas narrativas quase como se fossem de gente da família, de parentes, de pessoas com as quais eu tinha vínculo. E qual era esse vínculo? Era a gente do meu País. Isso os tornava muito próximos. A eles eu dedicava admiração, respeito, afeto, e cultivar a memória desses personagens era como se fosse um dever, preservar a minha própria memória, de minha comunidade e de meu País.

Fiz o exame de admissão e, em 1968, entrei no Colégio Agrícola Floriano Peixoto, em Satuba. Era uma meninada na mesma faixa de idade e convivíamos com estudantes do Ensino Médio, do Curso Técnico. No colégio, havia uma influência de ideias, provavelmente da Ação Popular Católica, uma certa militância progressista, uma simpatia pelo movimento estudantil. O alagoano Vladimir Palmeira era um dirigente destacado lá no Rio de Janeiro. Isso estabelecia também uma certa ligação e admiração por um conterrâneo que era líder estudantil importante. Tínhamos simpatia pelo Maio de 1968 na França e pelos Kennedy e suas ideias liberais nos Estados Unidos. O assassinato do Robert Kennedy foi um choque para nós.

Embora permanecesse apenas um ano no internato do Colégio Agrícola Floriano Peixoto, ele teve uma importância grande para mim. Por quê? Porque havia poucos ginásios,

muitos meninos estudavam em escolas rurais; se o colégio agrícola não oferecesse além do curso técnico o curso ginásial, a maioria não teria oportunidade de frequentá-lo. Defendo a tese do retorno a esse modelo de internato, não apenas para os colégios agrícolas, mas também para os colégios técnicos. Nelas você cuida não apenas da educação formal, do ensino e da aprendizagem de matemática, de português, de história, de todas as disciplinas, mas também cuida da educação para a vida.

Havia um horário para dormir, impreterivelmente às 22 horas, e despertar às 5h30 para o banho e o café, pois às 7h o professor estava na sala de aula. Após o almoço, fazíamos atividades de campo duas, três vezes por semana. E assim se mantinha a disciplina dentro daquele ambiente com centenas de crianças e adolescentes. Ao que tudo indica isso foi abandonado. O colégio nem se chama mais Floriano Peixoto, acabaram com a homenagem ao grande brasileiro e alagoano porque integraram essas escolas técnicas em um sistema único que não tem nome. Em nome do combate à herança da ditadura, varreram a hierarquia e a disciplina das escolas, e o resultado é que não há nem disciplina, nem hierarquia e nem aprendizagem.

Depois que saí do colégio agrícola, terminei o ginásio na minha cidade. Lá, publicamos um jornalzinho. Alguns professores cultivavam a curiosidade intelectual, política. O professor de português, padre Severiano Pires Jatobá, era muito culto, recomendava-nos ler Machado de Assis, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Júlio Verne. Ele nos dizia: “Tudo isso eu lia no seminário, escondido dos meus superiores; vocês leiam

aqui também”. O professor de Educação Moral e Cívica era o tabelião Romildo Monteiro, hoje juiz aposentado. Em 1971, o cineasta Leon Hirszman filmou *São Bernardo*, baseado na obra de Graciliano Ramos, na minha cidade. Estavam lá Mário Lago, Othon Bastos, Isabel Ribeiro; e o professor Romildo formou equipes para entrevistar o diretor e os artistas. Coube ao meu grupo entrevistar a Isabel Ribeiro.

Nessa época, uma prima minha e militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR, foi presa em Recife. Maria Ivone era de uma família bem conhecida e também parente do meu avô. A prisão dela repercutiu muito na cidade. Claro que tinha gente que dizia “não, ela não queria fazer o bem, era terrorista”. Uma irmã dela, a Sônia, estudava na nossa classe. Então, o Padre Jatobá disse na sala de aula: “Vocês estão sabendo que a irmã da Sônia foi presa? Ela é uma pessoa muito boa, generosa e humana”. E aquilo me fez pensar: “Se essa moça é de uma organização de esquerda e é muito boa e humana, então eu preciso conhecê-la”. Quando libertada, fui visitá-la e devo-lhe minha primeira leitura de Jorge Amado, uma indicação dela.

Em 1971, terminei o ginásio e fui para Maceió fazer o científico (o ensino médio da época) e, em 1975, entrei para o curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Morei na residência universitária, um ambiente coletivo, do pessoal mais pobre, do interior, onde um grupo de alunos cultivava uma forte curiosidade intelectual e política.

A universidade é, de fato, um mundo que se descortina para um jovem recém-chegado do interior. Você tem aula de

filosofia, de história do direito, de história da arte; abre-se um novo horizonte intelectual. Há a presença de alunos de todas as carreiras ali na residência, desde o pessoal do Direito, que era o meu pessoal, mas também o da Engenharia, da Medicina, das Ciências Humanas. Convivíamos com todos.

Minha primeira atividade de extensão não foi no meu curso. Um amigo que estudava agronomia me convidou para assistir a um seminário de entomologia. Então minha primeira experiência extracurricular foi sobre o estudo dos insetos. Gravei na memória a grande presença de especialistas indianos nesse seminário.

Frequentei a preparação dos encontros científicos dos estudantes de medicina, quando líamos textos de Samuel Pessoa, renomado médico sanitariano de esquerda e nacionalista.

A curiosidade intelectual era preenchida por um universo muito amplo. Aqueles que tinham mais engajamento buscavam livros de Celso Furtado, de Maria da Conceição Tavares, romances, não só de autores brasileiros, contistas, além dos clássicos Graciliano Ramos, Machado de Assis, Jorge Amado. Os latino-americanos também eram apreciados, como Gabriel García Márquez e Mario Vargas Llosa, todo mundo tinha que conhecer *Batismo de Fogo*, leituras quase obrigatórias nessa época. Líamos contistas brasileiros como o Domingos Pellegrini Júnior, o Wander Piroli, o João Antônio, os jornais *Movimento*, *O Pasquim* e *Opinião*. Eram publicações influentes no meio estudantil politizado.

Na universidade fui me ligando a grupos mais de esquerda e me tornei monitor na disciplina de Ciências Sociais. Alguns

estudavam *O Capital*, de Karl Marx. História era uma disciplina importante para nós. Discutíamos muito a obra de Nelson Werneck Sodré. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, de Mo- níz Bandeira, também era referência na época. Vários alunos da residência universitária traziam livros não considerados de esquerda. Ariano Suassuna não era autor visto como de esquerda e nem Gilberto Freyre. Ariano tinha uma percepção mais neutra, já Gilberto Freyre era um homem tido como con- servador, politicamente de direita, mas o líamos por curiosi- dade intelectual e também pela influência dos outros que conheciam, gostavam e diziam ser muito bom e a gente termi- nava lendo. Posso dizer que Gilberto Freyre me proporcionou a leitura mais marcante de minha formação – *Casa Grande & Senzala*, na mesma proporção dos textos de Marx e Engels.

O cinema também se fazia presente nos filmes de Ingmar Bergman, do neorealismo italiano e dos franceses. Esse era o ambiente na época.

Então organizamos o movimento estudantil em Maceió. A UNE estava renascendo e entrei para o centro acadêmico do curso de Direito. Havia uma militância entusiasmada na uni- versidade, alunos e alunas de todos os cursos participavam. Nós reconstruímos essas entidades, os centros acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes (DCE).

O movimento estudantil era uma experiência multidiscipli- nar, na qual você desenvolvia habilidades para planejamento, organização, redação de textos, oratória e capacidade de me- diar opiniões políticas diferentes. Além disso era uma ativida- de intelectualmente enriquecedora pelo número de debates,

seminários e conferências que realizávamos ou das quais participávamos. Retomamos os festivais de música universitária, organizamos atividades esportivas e reinauguramos o Teatro Universitário de Alagoas com a peça *Esperando Godot*, de Samuel Beckett.

A essa altura eu já militava no PCdoB desde 1977, o que estimulava as leituras e o interesse pelas mais variadas disciplinas ligadas à economia, política externa, sociologia, história. Sobre Cuba havia um livro do jornalista norte-americano Herbert Matthews, uma espécie de biografia de Fidel Castro; o também americano Edgar Snow publicara outro que tratava da China de Mao Tsé-Tung, traduzido para o português como *Estrela vermelha sobre a China*, e finalmente os livros do jornalista australiano Wilfred Burchett referentes aos feitos de Ho Chi Minh contra os Estados Unidos na Guerra do Vietnã.

No interesse por política, além dos clássicos marxistas, pude conhecer os livros dos economistas norte-americanos Paul Baran e Paul Sweezy, além do inglês Maurice Dobb, marxistas muito apreciados nos círculos de esquerda.

Em Alagoas tínhamos relações políticas amplas, inclusive nos meios vistos como conservadores. Recordo que os ônibus que transportaram os delegados de Alagoas para o congresso de reconstrução da UNE em 1979, em Salvador, na Bahia, foram cedidos pelo governo do estado. O governador nomeado pelo Regime Militar era Guilherme Palmeira, irmão do líder estudantil Vladimir Palmeira e filho do ex-senador da UDN Rui Palmeira. A curiosidade é que Rui Palmeira fora amigo de Luís Carlos Prestes, líder do Partido Comunista, e Guilherme,

mesmo governador nomeado da Arena, comportou-se dentro dos seus limites como um democrata, respeitado por todos nós.

A UNE proporcionou momentos importantes de aprendizagem pelas exigências dos compromissos políticos e intelectuais. Entrevistas, debates, viagens internacionais faziam parte da agenda de qualquer dirigente da UNE na época. Foi mais um momento de conhecimento do Brasil, de interação com estudantes de todo o País, do Acre ao Rio Grande do Sul, de encantamento com essa combinação magistral de diversidade e unidade da nossa Pátria, de como éramos ao mesmo tempo tão diferentes e tão parecidos, tão distintos e tão iguais.

Eu já trabalhava como jornalista em Maceió, no *Jornal de Alagoas*, e cheguei a escrever alguma coisa para o jornal *Movimento*. Participei das atividades do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas e estive presente no Congresso dos Jornalistas pela Liberdade de Imprensa, em São Paulo, como delegado do sindicato.

Aí creio que já tinha as ideias mais ou menos firmes e as convicções formadas sobre o Brasil e o povo brasileiro.

PARTE 2

Os quatro movimentos que construíram o Brasil

Os quatro capítulos seguintes descrevem o esforço de construção do Brasil em quatro grandes movimentos:

O PRIMEIRO MOVIMENTO, da formação da base física, da geografia, compreende do marco zero, em 1500, ao Tratado de Madri, em 1750.

O SEGUNDO MOVIMENTO, da epopeia da Independência, vai de 1750, com o Tratado de Madri, até a data magna do 7 de Setembro de 1822 e destaca as figuras iluminadas de Tiradentes, D. Pedro I e José Bonifácio.

O TERCEIRO MOVIMENTO, do período compreendido entre 1822 até a Abolição da escravidão, em 1888, da consolidação da Independência e da unidade e integridade territorial do Brasil.

O QUARTO MOVIMENTO situa-se entre a Proclamação da República, com Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, até os dias atuais, e tem como epicentro os dois períodos de Getúlio Vargas, suas ideias e o seu projeto de Brasil. Em torno da Era Vargas foi criado um conflito entre varguismo e antivarguismo, que permanece atual na economia e na política.

CAPÍTULO 2

PRIMEIRO MOVIMENTO

Formação da base física





O Brasil surge na História da Civilização como resultado do esforço português para romper o bloqueio imposto pela tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, em busca de uma rota alternativa para o comércio da Europa Ocidental com o Extremo Oriente.

Caindo o último bastião romano no Oriente Médio, a capital do Império Bizantino, interrompeu-se o fluxo de comércio de produtos de alto valor que chegavam à Europa pelos navios de Veneza, que carregavam naquele porto do Levante.

Os turcos estabeleceram uma barreira tarifária insuperável, elevando os preços das importações que faziam entroposto na, agora, Istambul. Isso viabilizou a procura de novos caminhos para a fonte de suprimento das especiarias, as chamadas *commodities* e as mercadorias de alto valor, como sedas e porcelanas vindas da China. Os portugueses saíram à frente para ocupar esse espaço vazio do comércio internacional.

Neste particular, para contornar a fronteira turca, Portugal dispunha de uma Marinha adequada, com barcos a vela autônomos, as caravelas, isto é, navios sem as numerosas tripulações de remadores das galeras do Mediterrâneo, que lhes davam longo alcance e uma capacidade muito maior de carga. Esses barcos poderiam contornar os grandes obstáculos políticos e geográficos impostos pelos turcos, dispensando as rotas das caravanas vindas do Oriente, chegando pelo mar

diretamente aos produtores da Índia e do sudeste asiático, trazendo de volta aos mercados os mesmos produtos a preços competitivos. Tal situação deu a Portugal uma hegemonia de 200 anos. O Brasil foi resultado desses impasses.

Isso também foi possível pelo desenvolvimento tecnológico na chamada Escola de Sagres, uma combinação de instituição pública de estudos náuticos e estaleiro no Sul de Portugal, criada e desenvolvida por um membro da Família Real, isto é, do governo do país, o infante (príncipe) Dom Henrique.

Os cientistas portugueses aperfeiçoaram os instrumentos de orientação geográfica e seus capitães puderam navegar à distância do litoral, na época a única referência ainda visual dos marinheiros que adentravam o Oceano Atlântico, então chamado de Mar Tenebroso. Portugal estava com a faca e o queijo na mão para tomar esse fluxo comercial até então dominado pelos italianos. Assim começaram as chamadas Grandes Navegações, aventuras incomparáveis, ainda insuperáveis, nem mesmo pela conquista do espaço, que moldaram o mundo contemporâneo.

A possibilidade de acesso alternativo às especiarias da Índia, navegando pelo Atlântico, foi o motor econômico desse processo histórico, embora a inspiração ideológica fosse o internacionalismo da Igreja Católica, que iniciou ali um projeto de dominação mundial, concretizado por meio das diversas formas de colonialismo, chegando ao formato do mundo de nossos dias. Entretanto, embora apoiadas pelos banqueiros e comerciantes da Itália e de novos mercados emergentes, como a Holanda e os principados alemães, as chamadas Grandes

Navegações foram, efetivamente, um empreendimento estatal financiado, dirigido e controlado pela Coroa portuguesa. Assim nasceu o Brasil: um projeto do Estado lusitano, com forte apoio da iniciativa privada, uma espécie de PPP político-econômica, formato inédito até então na economia medieval. Aí teve início a Renascença econômica.

As Grandes Navegações foram um empreendimento levado a efeito por tripulações formadas com marinheiros desempregados, egressos das falidas linhas do Mar Mediterrâneo, vindos para Portugal da Itália e do Oriente Médio, liderados por capitães e pilotos portugueses, que levaram as caravelas pelos mares nunca d'antes navegados. O conhecimento dos oceanos, das técnicas de navegação e do uso dos instrumentos eram segredos de Estado, guardados a sete chaves e punição drástica para vazamentos. Pena de morte era condenação inapelável. Por isto até hoje são raros os documentos sobre essas aventuras. Boca fechada era a regra.

Portugal já vinha explorando a costa africana, primeiro por destinação geográfica, depois por necessidade e espírito de aventura de seus marinheiros. Paulatinamente, foram avançando pela costa ocidental do Atlântico até contornarem o Cabo das Tormentas (junção dos oceanos Atlântico e Índico), que só passou a ser chamado de Cabo da Boa Esperança depois de ser contornado pelo capitão Bartolomeu Dias, em 1488, abrindo caminho para Vasco da Gama descobrir o “caminho das índias” e, logo em seguida, Pedro Álvares Cabral chegar à costa sul-americana e conquistar efetivamente a Índia a ferro e fogo.

Esse esforço português foi baseado em uma geração de pessoas de alta qualidade, de construtores da nação portuguesa, os Afonsos de Albuquerque, os Franciscos de Almeida, os Vascos da Gama. Outro português notável, Fernão de Magalhães, fez a viagem de circunavegação a serviço da Espanha. Além dos recursos financeiros e materiais, a diferença era essa gente muito qualificada, que reunia as virtudes de navegadores, militares, diplomatas, administradores e fizeram de Portugal, um país pequeno, de população reduzida, o protagonista principal do ciclo das Grandes Navegações. Homens de ciência que montaram, no promontório em Sagres, uma verdadeira escola de construção naval para melhorar a qualidade das caravelas, aproveitar o conhecimento dos chineses e dos árabes, a vela triangular, o astrolábio, a bússola. Tudo isso foi reunido pelos portugueses. Um serviço eficiente de inteligência do reino de Portugal que atuou desde a busca de um lendário reino cristão nas profundezas da África ou Ásia, um belo capítulo do reino de um santo denominado Preste João. O sonho do rei de Portugal era encontrar essa imaginária nação da cristandade perdida nos confins do mundo.

O Brasil surgiu desse supremo esforço e daí veio a chegada de Pedro Álvares Cabral, ano zero da construção, da invenção do Brasil. E isso em uma época em que os impérios coloniais disputavam territórios, influência, poder. Os portugueses e os espanhóis concorriam no mesmo nível, depois surgiram os franceses, os holandeses, os ingleses, com seus piratas e bucaneiros (apoiados pela rainha Isabel I). Consta que o rei francês Francisco I, ao tomar conhecimento do Tratado de

Tordesilhas, celebrado entre os reis de Portugal e de Espanha, teria comentado não ter conhecimento de constar no testamento de Adão a divisão do mundo entre seus primos, os reis de Espanha e de Portugal. Os franceses não se conformaram e logo em seguida montaram um empreendimento para instalar no Brasil uma colônia denominada de França Antártica, no atual Rio de Janeiro, e, no Maranhão, outra base denominada França Equinocial.

Eles tentaram tomar conta do Nordeste brasileiro. Já contrabandeavam pau-brasil. Vem desses tempos e há até hoje uma Praia do Francês em Alagoas, herança dessas visitas de contrabando de pau-brasil. São Luís é a única capital brasileira não fundada pelos portugueses, mas pelos franceses para homenagear Luís IX, um rei francês, herói das Cruzadas e santo, canonizado pelo papa Bonifácio VIII. A França Equinocial, no Maranhão, foi parte desse esforço, e a França Antártica foi também um empreendimento de fôlego e até hoje remanesce a Ilha de Villegagnon, na Baía da Guanabara, em homenagem ao governador francês. Os franceses só foram vencidos porque Portugal considerou a derrota deles uma coisa estratégica para a manutenção de seus domínios nos trópicos.

Também os franceses traziam uma ideologia religiosa para justificar suas conquistas. Os colonos faziam parte da reforma calvinista. Com isso, Portugal mobilizou seus missionários jesuítas para enfrentar os protestantes numa luta pelas almas dos indígenas. Mobilizou dois estadistas, os padres Manuel da Nóbrega, português, e José de Anchieta, hispânico da ilha de Tenerife, mas agregado à fração portuguesa da Companhia

de Jesus. Esses dois sacerdotes construíram uma aliança com parte dos indígenas que não se juntaram aos franceses.

Uma velha contenda entre povos nativos, vinda dos tempos pré-cabralinos, foi reavivada nessa disputa territorial e religiosa entre os europeus: os tamoios se aliaram aos franceses. Já os portugueses conseguiram a adesão de uma outra tribo, liderada pelo cacique Arariboia, que organizou o apoio dos tupis contra os franceses. Esses formaram a infantaria e ajudaram Mem de Sá, o governador português, e seu sobrinho Estácio de Sá, a derrotar o empreendimento francês. A ambição colonial francesa depois se deslocou para a região Norte, e até hoje está lá a Guiana Francesa, com seus 700 quilômetros de fronteira com o Brasil. A Guiana, departamento do território metropolitano francês, é uma pedra no sapato brasileiro, pois faz limite com o Brasil. Ao contrário dos antigos domínios ingleses e holandeses na região, que ganharam suas independências (Suriname e Guiana), a colônia francesa está ali, com soberania e o nome da metrópole com todas as letras, a olhar para dentro da Amazônia brasileira.

Houve também o empreendimento holandês, mais ambicioso e ainda mais duradouro que o dos franceses. Foram quase 30 anos de presença holandesa no Nordeste, de Salvador, na Bahia, a São Luís, no Maranhão. Na expulsão dos franceses do Maranhão deve-se destacar o papel de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, filho da índia Maria do Espírito Santo Arcoverde e de Jerônimo de Albuquerque, irmão da donatária de Pernambuco, Beatriz de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho,

que precisou assumir uma tarefa na Índia e deixou a capitania sob a direção da esposa.

Em comparação com as tentativas francesas, o esforço holandês foi mais consistente, mais persistente. Eles chegaram ao Brasil com um projeto pronto. Ocuparam a cidade mais próspera da colônia, Olinda, fundaram outra para eles, Recife, e fizeram um acordo com as dissidências locais da economia, os usineiros inconformados com a anexação de Portugal à corte espanhola. Isso significava que seus mercados pré-Felipe II, nos Países Baixos, estariam fechados. O efeito imediato da união das coroas foi uma queda vertiginosa do preço interno do açúcar, com o fechamento do porto de Roterdã, o entreposto europeu da produção pernambucana, uma grande crise econômica, contornada pela chegada dos batavos e a volta aos mercados tradicionais. A Espanha não tinha um sistema de comercialização para o açúcar.

Problema: o antagonismo religioso entre os católicos de origem lusitana e os holandeses calvinistas. Esta questão, no confronto final, inviabilizou o projeto da Companhia das Índias Ocidentais, a empresa gestora e os investidores e proprietários do empreendimento, já com formato capitalista, mas com forte apoio do governo de Amsterdã.

Os batavos, eram assim chamados, trouxeram não apenas militares, um exército formal, treinado, profissional, mas também administradores, pintores, contadores e comerciantes judeus. Muitos vieram da Holanda para cá. Maurício de Nassau, governador, foi um grande administrador, construiu o palácio

onde hoje funciona a prefeitura de Olinda e deixou ali essa herança.

A derrota dos holandeses não foi coisa simples. Os batavos conquistaram o Brasil passo a passo. Primeiro tomaram a Bahia, inclusive a capital, Salvador, e a seguir ocuparam o Nordeste inteiro. Estiveram em Natal, em Fortaleza, que tem origem em um forte criado pelos holandeses. Em 1640, com a restauração da soberania portuguesa, o fim da União Ibérica e a ascensão da família Bragança, com seu rei Dom João IV, foram aos poucos se restabelecendo os canais tradicionais de comercialização. Afastada a hostilidade espanhola, os governos de Lisboa e Amsterdã voltaram às boas e a Holanda retirou o estado de guerra, enfraquecendo o apoio ao empreendimento brasileiro. O Nordeste batavo teria de se resolver com as próprias pernas.

As coroas de Lisboa e Amsterdã entraram em entendimento e trocaram a devolução do Nordeste do Brasil pelas feitorias portuguesas na atual Indonésia, preservando um entreposto em Timor para Portugal, o atual Timor-Leste, país de língua portuguesa na Oceania.

Com isso, a Companhia das Índias ficou sem sua base diplomática. Entretanto, decidiu se manter no território brasileiro e também em Angola, tomada durante a guerra contra a Espanha. Criou-se um embaraço com a administração portuguesa, que não conseguia se restabelecer no Nordeste ocupado. Aí se formou uma grande coalizão interna a culminar na organização de um exército nativo para combater o invasor calvinista. Esse movimento constituiu o surgimento da nacionalidade

brasileira, num mesmo momento em que, também na Europa, os povos se definiam nos seus territórios e criavam seus estados nacionais e todo o conceito de Nação se consolidava. O Brasil foi contemporâneo.

Passo relevante para enfrentar os holandeses, formou-se uma grande frente, integrada por paulistas, baianos e nordestinos, com populações de todas as etnias. Naqueles tempos, é um exemplo raro de integração inter-racial e o primeiro caso de ação conjunta das diversas regiões da Colônia, dando um importante passo para o reconhecimento da unidade nacional configurada no País de nossos dias.

A expulsão dos invasores deveu-se principalmente ao desgaste de seu relacionamento com os produtores locais, em virtude de um excessivo endividamento de proprietários de engenhos, e a uma ação truculenta dos administradores batavos para cobrar as dívidas dos agricultores e criadores. Aí se deu o rompimento da Companhia com os locais. Para a guerra civil, foi um passo. A questão religiosa pesou muito porque era crescente o choque entre o catolicismo português e colonial e os hereges apontados pelo padre Antônio Vieira em seu *Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda*, um libelo a favor da guerra contra os hereges.

Houve um apoio do estado português, depois de constatado que os patriotas, como eram chamados os rebeldes, estavam vencendo a guerra e terminariam por mandar os holandeses de volta para a Europa. Então Lisboa resolveu agir para garantir sua soberania e não perder o controle da situação. Já havia sinais de que o levante dos pernambucanos poderia “degenerar”

em algum movimento autonomista com possível independência da metrópole, um tema até então desconhecido no mundo colonial. O governo português apoiou a luta armada, enviando equipamentos estratégicos, como artilharia e marinha.

A coalizão brasileira se iniciou com os usineiros baianos enviando recursos para armar uma força de combatentes, comandada por um oficial crioulo, isso é, negro nascido no Brasil, Henrique Dias. Esse terço, denominação de uma unidade militar equivalente em nossos dias a um batalhão de infantaria, entrou em choque com as tropas holandesas, fez guerra de guerrilha e libertou alguns territórios. A esse se somaram “aventureiros”, os chamados milicianos paulistas, na época conhecidos como bandeirantes.

O comandante dessas tropas irregulares de São Paulo era um cristão novo (judeu convertido), Antônio Raposo Tavares, filho de uma judia convertida e perseguida pela inquisição em Portugal. Saindo de São Paulo, ele subiu com uma tropa rumo a Pernambuco e desceu até a Bahia combatendo os holandeses. Aliás, reconhecido e elogiado pelo padre Antônio Vieira. O momento decisivo desse episódio foi a aliança com os índios de Poti (nome de batismo de Filipe Camarão), cavaleiro do Império, um aristocrata incorporado à geopolítica de Portugal. Os mazombos (brasileiros de primeira geração, filhos de estrangeiros, classe inferior aos reinóis, naturais de Portugal metropolitano) André Vidal Negreiros e João Fernandes Vieira, os próprios portugueses e Henrique Dias, sargento-mor (coronel) dos negros, negociaram ali a libertação dos cativos, organizaram um terço e bateram-se pela expulsão dos holandeses.

Os holandeses, com uma tropa formal, soldados profissionais europeus, oficiais de academia, militares de carreira, mas pouco adaptados ao combate nos trópicos, naquela capoeira, enfrentando uma espécie de guerrilha, não estavam preparados para aquele tipo de combate. Embora o Estado holandês tivesse se desinteressado em parte pela guerra na América do Sul, depois da retirada de seus inimigos europeus espanhóis, havia uma disposição de apoiar o empreendimento econômico da Companhia das Índias. Assim, ficaram tropas metropolitanas e uma considerável força de mercenários alemães, franceses e poloneses, também soldados profissionais de primeira linha comandados por oficiais holandeses, para afirmar o caráter oficial do Estado holandês na participação desses militares no conflito. Foi, de fato, uma guerra internacional.

Estive nos lugares das grandes batalhas, nos arredores de Recife, visitei o sítio dos Guararapes e o Monte das Tabocas, em Vitória de Santo Antão, com o meu saudoso amigo Eduardo Campos. Ficamos contemplando aquele cenário, aquela paisagem, viajando no tempo, imaginando o drama dos militares holandeses treinados em academias militares para combates regulares europeus, entre grandes formações, para guerras de posição, subitamente envolvidos numa guerra de guerrilha contra grupos fragmentados, em emboscadas, tipo morde e foge. Eles ali, os europeus, com fardamento pesado feito para climas frios, enfrentando aquele exército de guerreiros seminus, com grande mobilidade e agilidade, negros, índios, caboclos, cafuzos, e, algo inimaginável, mulheres (não eram vivandeiras, mas combatentes de armas nas mãos). Eu

dizia para o Eduardo Campos, olhando o horizonte: - Você imagina aqui esses soldados holandeses, esses comandantes europeus, contemplando o oceano, que dá para ver ali do Monte das Tabocas, e a vida deles toda do outro lado, as famílias, as esposas, tudo lá. E eles aqui nessa luta insólita. Que motivação tinham esses soldados para enfrentar uma adversidade dessas? Tanto não tinham que terminaram derrotados.

Foi grande o esforço dos holandeses para ocupar uma área produtora da mais importante *commoditie* da época, o açúcar. O porto de Recife era importantíssimo no mundo, talvez fosse o segundo depois de Londres em movimento de valores. Era uma joia que interessava aos holandeses.

Ainda havia a disputa colonial dos portugueses com o Império espanhol. Os castelhanos estavam ali, nos Andes, mas esses espanhóis ambicionavam ocupar toda a base física legada pelo Tratado de Tordesilhas. Pelo tratado, se fosse traçado um fio entre Belém do Pará e Laguna, em Santa Catarina, a leste era português, a oeste era tudo espanhol. Então, no início, os portugueses receavam ferir o acordo, porque a Espanha poderia em função disso cobiçar outras áreas de Portugal pelo mundo. Portugal já estava na África, na Ásia, na Oceania.

Mas os bandeirantes pouco ligavam para esses cuidados dos punhos de renda de Lisboa. Antes mesmo da União Ibérica, em 1580 (foi até 1640), os paulistas já avançavam território a dentro, ignorando as linhas políticas e tratados dos europeus. Eram esses os primeiros brasileiros com sentimento de nacionalidade que lideravam expedições pelos sertões. Filhos,

netos, bisnetos e descendentes de cristãos novos banidos para a América, aqui chamados de degredados ou simplesmente de portugueses, casados com índias nativas, batizados com nomes cristãos, mas conhecidos por seus nomes em tupi-guarani. Na verdade, essas marchas eram parte de uma geopolítica indígena anterior ao descobrimento, lutas pela hegemonia entre as tribos da hinterlândia. Os tupis-guaranis do planalto, já contando com os conhecimentos militares, com a logística e com as armas dos novos habitantes da terra, conseguiram dessa forma se impor e anexar novos territórios depois herdados pelo Brasil. Esse foi um episódio importante, que antecedeu a União Ibérica.

Quando as coroas de Lisboa e Madri se uniram sob Felipe II, as linhas imaginárias desapareceram. O que era uma estripulia de mamelucos virou uma política de Estado, pois os portugueses se aproveitaram para invadir os territórios hispânicos. A anexação de Portugal pelos espanhóis, na América do Sul, foi uma desvantagem que Portugal reverteu favoravelmente a si. Nesse processo também os colonos brasileiros, ditos bandeirantes, assumindo-se para todos os efeitos como súditos da Espanha, sentiram-se livres e autorizados a passar dos limites de Tordesilhas e foram entrando pelo continente, demarcando, criando e mapeando uma toponímia na língua geral (tupi-guarani) que, se não era portuguesa, tampouco era espanhola. Isso criava uma confusa soberania, pois esses exploradores iam penetrando com as bandeiras lusitanas, plantando marcos, criando bases de suprimento, enfim, deixando as marcas da posse do território. Foi um momento importantíssimo, tão

grave que se pode desconfiar que constituísse um processo espontâneo e inocente de aventureiros infatigáveis.

Havia dois processos geopolíticos paralelos: um deles, autótone, da expansão dos tupis-guaranis, submetendo seus rivais da hinterlândia, tribos inimigas que puderam ser dominadas com a adoção de técnicas guerreiras, de armas e de capacidade militar incorporadas pelos colonos portugueses à expertise indígena de andar e lutar nas matas e savanas. A outra mais sutil, pois em Portugal havia um movimento de resistência à anexação à Coroa espanhola, e, mais ainda, o temor de uma incorporação aos demais reinos unidos pelas coroas de Castela e Leon, a chamada Espanha contemporânea.

Portugal sempre foi um corpo estranho naquela península, desde os tempos dos romanos até depois, na ocupação árabe, ali era um emirado autônomo, independente, aquela parte não se misturava com as demais províncias muçulmanas. Assim Dom Afonso Henrique, fundador do país independente, assimilou as partes que hoje compõem o Sul português sem muitas dificuldades. Por isso acho que a elite portuguesa, organizada e conspirando pela restauração da Independência, articulou aqui no Brasil, com esses bandeirantes de ascendência lusitana, a criação de um status quo que, um século depois, revelou-se decisivo na demarcação do Tratado de Madri.

A situação no Nordeste era confusa, pois de um lado os colonos rebelaram-se contra a ocupação holandesa, uma parte devido às pressões econômicas da Companhia das Índias, e outra parte por causa da então grave questão religiosa de católicos recusando a conquista calvinista. Os colonos se

acomodaram à conquista, na medida em que a presença dos batavos se inseria no processo de resistência à anexação espanhola. Este é um ponto que não pode ser separado, pois vai desaguando na então nascente ideia de unidade nacional de todos os territórios e dos povos de ascendência lusitana, fundamental para a unidade nacional de nossos dias e não um processo isolado de um momento de crise, como se deu nos tempos da Independência. O papel dos bandeirantes paulistas na conformação da base física do Brasil, da nossa geografia, foi decisivo porque eles atacaram os domínios espanhóis ao Sul.

No Paraná o domínio da Espanha avançava até quase o litoral. No Mato Grosso do Sul, o Itatim, aquelas vastas campinas, tudo era Espanha. E o Rio Grande do Sul quase todo. Os bandeirantes foram até lá. Há uma tese de suposta instrução portuguesa para essas ações, que eles não agiam independentemente dos objetivos portugueses. Uma respeitada historiadora de São Paulo, a professora Anita Novinsky, tentou investigar, partindo de Jaime Cortesão, um período da vida de Raposo Tavares no qual ele desaparece do Brasil, estando provavelmente em Lisboa. Cortesão escreveu a biografia desse conquistador, cuja frase final dimensiona a opinião dele sobre Raposo Tavares: “A sensação de haver levantado, com pesado esforço, a tampa de granito do sepulcro, onde um gigante dormisse”.

Anita Novinsky procurava, ainda, motivações religiosas nessa aventura do bandeirante, porque a mãe do Raposo Tavares foi perseguida pela inquisição em Portugal. Ela acreditava haver animosidade entre esses cristãos novos e os missionários jesuítas, o que também justificaria as ações dos bandeirantes.

Mas essas entradas e bandeiras têm o epicentro numa grande aventura, a chamada Bandeira dos Limites, empreendimento decisivo para a conformação do atual território brasileiro. Esses fatos se deram quando Raposo Tavares saiu de São Paulo, seguiu pelo atual Mato Grosso do Sul, passou a Mato Grosso, entrou pela Bolívia e subiu a Cordilheira dos Andes até o Peru. Sua chegada espantou os espanhóis, que registraram em uma carta do vice-rei de Lima a Madri, a presença dos “paulistas” nos domínios espanhóis. Lima foi tomada de susto e horror pela presença paulista. Os espanhóis do Pacífico se apavoravam porque os jesuítas espanhóis tinham formado uma ideia muito ruim dos bandeirantes, principalmente pelas cartas do padre Ruiz de Montoya descrevendo os paulistas como facínoras.

Dessa marcha ousada do Atlântico até as possessões espanholas no extremo Oeste da América do Sul, Raposo Tavares desceu e foi até Belém e do Pará voltou para São Paulo em uma bandeira que durou dois anos. Para se ter uma ideia do esforço físico dos bandeirantes em tal marcha, basta lembrar que ao regressarem Raposo Tavares e seus homens estavam irreconhecíveis. Ele chegou a São Paulo em estado físico deplorável e foi tratado como estranho pela família.

A questão geopolítica na epopeia de Raposo Tavares é decisiva nesse processo. Anita Novinsky registra que esse homem só podia ter uma causa, uma missão. Um indício, quase uma prova, é ter morrido pobre. No seu testamento não deixou bens, não deixou riqueza, ou seja, não andou atrás de ouro, de pedras, de posses materiais. Devia cumprir uma

missão de Estado, uma missão oficial, porque terminou a vida sem nada. Jaime Cortesão cobra esse reconhecimento e acho que o Brasil deve uma homenagem condizente à grandeza histórica de Raposo Tavares. O nome de uma rodovia é muito pouco para quem nos deu tanto chão, tanta terra e tanto lastro.

Os feitos dos bandeirantes paulistas podem ser sintetizados na bela sentença de Cortesão na mesma biografia sobre Raposo Tavares: “Tempos houve em que São Paulo teve por arrabaldes o Atlântico e os Andes e, por avenidas, o Prata e o Amazonas”.

Outro gigante da conquista do território brasileiro, Pedro Teixeira, partiu de Gurupá, nas proximidades de Belém, subiu o rio Amazonas com 1.200 índios canoeiros e flecheiros e teve que desembarcar para seguir até Quito, no Equador. Foi um momento de assombro dos espanhóis. Teixeira chegou numa expedição de canoa, em 1637, pouco antes da restauração portuguesa, a Quito, e os espanhóis fizeram-no voltar sob escolta, mas Teixeira já tinha assentado os marcos do domínio português de Belém até Tabatinga, no Amazonas.

Pedro Teixeira não era paulista típico, mas uma espécie de bandeirante militar, cumpria função oficial. Os de São Paulo fizeram toda essa jornada para o Sul, o Oeste e o Nordeste. Parece ter sido uma ação coordenada, que se desdobrou por dois séculos.

Uma prova disso é que Raposo Tavares, quando montou uma tropa para combater os holandeses, não estava numa missão de bandeirante. Não foi ao Nordeste como preador

de índio ou caçador de pedras preciosas ou de ouro. Era uma missão de Estado, uma missão oficial, não tinha nenhum sentido Raposo Tavares organizar uma tropa, financiar, armar e se deslocar de São Paulo para o Nordeste e se bater contra os holandeses se não fosse uma questão geopolítica. Não era coisa do índio ou do caçador de esmeralda, era outra coisa. Era essa a tarefa dos bandeirantes.

Por essa razão são inaceitáveis as agressões ao Monumento às Bandeiras do grande escultor Victor Brecheret erguido no Parque Ibirapuera em São Paulo. Nós tivemos, nesse esforço, lembrado nessa obra de arte que é um orgulho cultural de São Paulo, uma das maiores epopeias de conquista da História da Humanidade, tamanho o território incorporado, maior que a Europa Ocidental de nossos dias. Tratou-se de um projeto conjunto, de colonos e nativos, foi decisivo o apoio dos índios no caso dos bandeirantes.

No Nordeste tivemos a participação dos potiguares, com Poti, o Filipe Camarão. A mestiçagem, característica da “etnia” brasileira, veio daí, inclusive entre a elite, o que diferencia a miscigenação portuguesa naqueles tempos. Já tínhamos tido em Pernambuco o casamento do Jerônimo de Albuquerque com a índia Tabajara, a Maria do Espírito Santo Arcoverde e, na Bahia, a filha do cacique Taparica, a índia Paraguaçu, com o também português Diogo Álvares, o Caramuru. Essa aliança foi importante para os portugueses garantirem a posse do território. Houve o episódio dos tamoios em aliança com os franceses, a rebelião dos manaos no Norte, mas teve uma aliança também que funcionou com os índios. Ou seja, não foi só uma

experiência de confronto, de conflito, entre índios e portugueses. Eles se juntaram na guerra contra os espanhóis e os jesuítas espanhóis nas áreas das chamadas Reduções Jesuíticas ou Missões, no Rio Grande do Sul, no Paraná e no Mato Grosso do Sul. A infantaria dos bandeirantes era toda de índios, com poucos mestiços, caboclos e mamelucos e, em número menor ainda, de portugueses.

Esse capítulo começou com o ano zero da chegada de Cabral, percorreu toda essa trajetória de disputa com os espanhóis, com os franceses, os holandeses, entre outros, e teve seu desfecho no Tratado de Madri, em 1750, com a figura de Alexandre de Gusmão, brasileiro de Santos, irmão do padre voador, Bartolomeu de Gusmão, o diplomata estadista português na construção do tratado de consolidação das fronteiras do Brasil.

Na negociação do Tratado de Madri valeram as peripécias daqueles aventureiros dos séculos XVI e XVII. Os Raposos e os Teixeiras deixaram marcas por onde passaram. O tratado adotou o princípio do *uti possidetis*, seria o dono quem tivesse a posse. Mas qual era o critério para se ter a posse? Passou a ser o idioma, a língua, e como os portugueses estavam espalhados, porque andaram muito e deixaram seus rastros, Alexandre de Gusmão se aproveitou daquela jornada.

Certa vez eu estava no Chile e compareci a uma recepção em um clube da aeronáutica, já nos Andes. Saí para caminhar no entorno e vi um monumento dedicado a alguém chamado Almeida. Perguntei ao oficial chileno que estava comigo quem era o Almeida. Ele respondeu ser um português que atravessou

a Amazônia inteira, os Andes inteiros, queria chegar ao Pacífico, mas já estava enfraquecido pela viagem e foi abatido ali pelos índios da região, quando se encontrava a alguns quilômetros do Pacífico. Foi um desses aventureiros que tentaram chegar do outro lado da América do Sul marcando território.

O tratado celebrado por Alexandre de Gusmão nos dá também a dimensão desse esforço português de combinar a capacidade militar, administrativa, o serviço de inteligência com uma diplomacia de alto nível. Era uma gente preparada para aquela epopeia, capacitada para os grandes feitos, os momentos e os episódios decisivos. Às vezes me questionam se não seria melhor o Brasil ter sido colonizado pelos franceses, holandeses, espanhóis ou ingleses. Eu fico com o Gilberto Freyre: talvez se colonizados pelos holandeses seríamos hoje uma espécie de Java gigantesca, que a Holanda trocou pelo Nordeste, dividida entre brancos e pretos; ou talvez, acrescento, fôssemos uma grande Guiana Inglesa, um grande Suriname, ou grande Guiana Francesa. E estaríamos melhores assim?

Encerramos esse capítulo da formação do território com o reconhecimento a Portugal, aos seus estadistas, diplomatas, militares, intelectuais, aos índios brasileiros e seus chefes, aos bandeirantes e a todos os que ajudaram a conformar a base física herdada por nós como Nação independente.



Fim do Século XVIII. Como em outras colônias americanas, foram se esmaecendo os vínculos culturais com as metrópoles, foram se definindo nacionalidades nas Américas. No Brasil o mundo puramente lusitano foi sendo engolido por miscigenações superpostas, com o conseqüente caldeamento de culturas, com a expansão dos territórios, mas fortemente amalgamadas pela língua comum. O Português se estabeleceu como denominador da comunicação entre centenas de línguas e dialetos indígenas e africanos, mais do que pela imposição do colonizador. O País começou a nascer e a se expressar politicamente.

Um certo sentimento de nativismo foi criado a partir da riqueza produzida pelo ciclo do ouro; do excedente financeiro originado pelo açúcar; da consolidação da base física e da constituição de um território comum, no sentido da comunhão do idioma do mesmo império colonial, ou seja, era tudo Portugal. Em um primeiro momento a identidade das pessoas que nasceram e construíram sua vida na Colônia, somada à necessidade de um mercado comum para reuni-las, fez surgir uma questão: como seria possível integrar esse comércio tão amplo? Quando se integra, cria-se um mercado nacional, e esse sentimento foi surgindo e o momento estelar se expressou politicamente pela primeira vez num movimento autonomista, em 1720, na cidade então mais próspera do País, Vila Rica, atual Ouro Preto.

Dependente da Capitania de São Paulo, um grupo de nativos, educados, com ascendência lusitana, rebelou-se contra a coroa. Essa rebelião ficou na História com o nome de seu líder, a Revolta de Felipe dos Santos, também denominada Revolta de Vila Rica, que terminou com violenta repressão, execução de seus líderes e, politicamente, resultou na separação administrativa de Minas Gerais da capitania de São Paulo.

Meio século depois estourou na Bahia um outro levante, conduzido por negros e mulatos. Os rebeldes eram mulatos livres, pretos libertos e escravos de ganho, principalmente. Os quatro líderes eram dois alfaiates e dois soldados das tropas coloniais. A manifestação dessas populações, até então inermes na estrutura da Colônia, mostrou-se uma novidade política. Ficou conhecida como Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates. Seus líderes, os soldados Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Santos, e os alfaiates Manuel Faustino dos Santos e João de Deus Nascimento tiveram o destino trágico dos revolucionários daquela época: foram enforcados em praça pública de Salvador. Outro líder da rebelião, o jornalista Cipriano Barata, recebeu uma pena mais leve.

Desses primeiros movimentos, destacou-se a chamada Conjuração Mineira, Inconfidência na linguagem de seus algozes, também gestada no polígono aurífero, hoje região denominada Cidades Históricas de Minas, ligadas à mineração de ouro, que desenvolveram uma civilização *sui-generis* na América do Sul.

Ali brotaram ideias novas como a separação da metrópole europeia. Essa conjuração não chegou a apresentar um

movimento armado ou expressão política antes de ser descoberta e reprimida pelas autoridades portuguesas e já continha características mais avançadas do que as conjurações de Vila Rica e da Bahia, tais como alguma articulação internacional e um projeto autonomista, com a separação ou federação da Capitania de Minas Gerais.

Não há uma documentação conclusiva sobre essas articulações, principalmente com a maçonaria, que, nessa época, dava suporte a movimentos contrários às monarquias absolutistas. Nos séculos XVIII e XIX, a facção da maçonaria com base na Inglaterra apoiou os principais movimentos antiabsolutistas, dentre os quais as revoluções nos Estados Unidos e na América espanhola.

A maçonaria teve um papel muito importante nos processos de independência, aliada parcial dos países da América espanhola, pois articulou essas revoluções com fontes de apoio político e econômico na Europa e nos Estados Unidos. O mesmo não ocorreu no Brasil. Aqui o papel das lojas maçônicas do Rio de Janeiro foi diferente das de Buenos Aires, Caracas e Bogotá, onde os líderes das guerras de independência, Simon Bolívar e José San Martín, foram praticamente produtos da maçonaria inglesa. Em apoio a esses movimentos na América do Sul, Londres conseguiu isolar a Espanha, inimiga secular da Inglaterra, e nesses episódios aliada parcial dos franceses (sob o governo do rei fantoche Dom José, irmão de Bonaparte). Os maçons deram aos rebeldes latinos a conexão internacional, os recursos financeiros e uma base forte e sólida no exterior para sustentar os esforços da guerra revolucionária.

Não ocorreu o mesmo no mundo português, aliado dos ingleses, enquanto Napoleão Bonaparte ainda estava dominando a Europa continental.

No Brasil a maçonaria somente se mostrou clara nos movimentos da Independência, em 1821-1822. Sua atuação foi decisiva, mas internamente, para soldar a coesão das forças políticas e econômicas na direção da separação de Portugal. Nas lojas do Rio, a partir de 1821, com a volta de Dom João VI a Lisboa, a maçonaria foi o denominador comum para reunir as elites econômicas e políticas, incluindo a Igreja Católica, e impedir o País de perder sua autonomia, um projeto que não era apenas da Constituinte de Lisboa, mas fortemente apoiado pelos monarcas absolutistas da Santa Aliança, Áustria-Hungria, Prússia, Rússia, a monarquia restaurada de Paris e as vistas grossas de Londres, que jogava com dois bicos, um em apoio ao movimento constitucionalista de José Bonifácio e D. Pedro I, e outro procurando reaproximação com os reis continentais defensores da restauração completa de Portugal como nação europeia, depois de passar mais de uma década sediada no Rio de Janeiro, uma anomalia insuportável para imperadores e czares.

A maçonaria inglesa pode ter apoiado a Conjuração Mineira liderada por Tiradentes, de acordo com o relato do historiador inglês Kenneth Maxwell, que diz ter conseguido informações fidedignas sobre essa articulação. Segundo ele, Tiradentes, mesmo sem ler o francês, não se separava de um volume do livro *Recueil des Loix Constitutives des Etats Unis de l'Amérique*, um indício claro de que os mineiros tinham um projeto

de governo constitucional e, mais ainda, de uma aproximação com os norte-americanos. O certo é que um estudante brasileiro numa universidade francesa, de nome José Joaquim da Maia, fez contatos com o embaixador norte-americano na França, em 1787, Thomaz Jefferson, futuro presidente dos Estados Unidos, para obter apoio a um levante em gestação em Minas Gerais, a Conjuração Mineira. A revolução americana dessa época era estreitamente ligada à maçonaria inglesa e isso permitiu supor que a Conjuração Mineira tivesse alguma conexão com esses movimentos internacionais revolucionários. Daí Maia procurar Jefferson.

A grandeza dessa conjuração foi a figura trágica e heroica de Tiradentes, Joaquim José da Silva Xavier, sua renúncia a tudo em função da causa e a frase célebre: “Dez vidas tivesse, dez vidas eu daria”. A figura de Tiradentes, seu espírito de sacrifício, dimensionou a causa e também o fato de ela integrar todos os segmentos da elite mineira, políticos, militares, intelectuais e empresários.

Tiradentes não foi o bode expiatório. Era o líder capaz de compor as forças políticas heterogêneas das Minas Gerais daqueles tempos. Mesmo o militar que depois traiu e denunciou a conspiração, Joaquim Silvério dos Reis, durante um bom tempo esteve integrado efetivamente ao movimento dos inconfidentes. Ele não era um espião. Fazia parte do grupo formado pela elite da capitania, como os juristas, os poetas, os intelectuais, e esse representante do setor médio, o alferes Tiradentes, que da forma como se conduziu e foi sacrificado deu proporção épica ao episódio da Conjuração Mineira.

Reprimida com violência, ela deixou um sentimento de repulsa contra a metrópole, não só pela riqueza que esta levava do País, já em declínio, mas também pela brutalidade da execução de Tiradentes. Então já estávamos muito próximos dos acontecimentos que mudariam a Europa e o mundo, a figura de Napoleão Bonaparte, da Revolução Francesa e do bonapartismo, não apenas como política interna da França, mas como presença em todo o Velho Mundo e a repercussão que isso teria na América espanhola, na América do Norte e na América portuguesa.

O deslocamento da família real em 1808 elevou o Brasil de Colônia a Reino Unido, reconhecido pela comunidade internacional como sede e capital da Monarquia. A aristocracia, a elite portuguesa, tanto a administrativa como a econômica, a financeira, a intelectual, toda ela veio para o Brasil. Dom João VI foi obrigado a revogar as medidas da própria mãe, a rainha Dona Maria I, entre elas o alvará de proibição do funcionamento de atividades industriais no Brasil. Ele criou a faculdade de medicina, a escola de engenharia, o Jardim Botânico, deu ao País a infraestrutura de sede de um império colonial. Abriu os portos do País à navegação internacional e editou uma lei de propriedade intelectual para estimular as invenções. Foram muitas as medidas adotadas por Dom João VI que mudaram completamente o papel, o perfil e o destino do Brasil.

A desintegração política da Europa, produzida pelo movimento de Napoleão Bonaparte, chegou de forma alterada ao Brasil em relação a seus vizinhos hispânicos e anglo-saxões. Na América do Norte o turbilhão napoleônico foi muito bem

recebido nas antigas colônias inglesas, pois os franceses haviam sido aliados dos colonos na luta pela independência e, mais ainda, cedido território aos Estados Unidos, vendendo a posse da Luisiana, uma posição estratégica na foz do maior sistema fluvial daquele continente, o rio Mississipi, com seu afluente Missouri. Essa aliança provocou uma reação armada da Inglaterra, que invadiu o país em 1812, mas foi mais uma vez derrotada militarmente e com isso se consolidou a hegemonia dos Estados Unidos no hemisfério.

Os hispânicos, fortemente apoiados pela maçonaria, tanto norte-americana como britânica, aderiram em massa à forma republicana de governo, embora tenha havido alguns soluções monarquistas no México e na Argentina. Os países de língua espanhola viviam uma situação peculiar e tentavam a duras penas manter um mínimo de coerência. Com a desintegração da Espanha a parte rebelde lutava ao lado dos britânicos contra a ocupação francesa e a parte sob o controle das tropas napoleônicas aceitava o jugo do reinado absurdo do imperador Dom José I, irmão do corso.

Na América do Sul os hispânicos buscaram preservar a unidade dos grandes vice-reinados do Prata e do Peru, componentes da administração colonial falida. Assim estava o entorno hispânico, enquanto o Brasil vivia seus momentos finais de sede mundial do Império Português, sem se dar conta de que o *establishment* europeu jamais aceitaria esse formato, com um país sul-americano controlando um território europeu, no caso, o Reino do Brasil mandando no antigo Portugal metropolitano.

O Império espanhol dividia-se em duas grandes autonomias: ao Norte, o vice-Reinado do Peru, composto de Nova Granada (atual Colômbia) e ainda pelos atuais Venezuela, Panamá, Equador e Peru, e, no Sul, pelo vice-Reinado do Prata, formado pelos territórios da atual Bolívia (Alto Peru, na época), Paraguai, Argentina e a reivindicação de duas autonomias, o Chile e o Uruguai.

Quando se deu a independência do Brasil, o Uruguai, então chamado de Província Cisplatina pelos portugueses, e de Banda Oriental del Uruguay pelos argentinos, era parte do Império Português, uma colônia autônoma, similar à Índia, China (Macau), África e Timor. O Uruguai respondia administrativamente para a corte do Rio de Janeiro, como sede do mundo português, mas não politicamente, sendo parte do então Reino do Brasil, que excluía os territórios do Grão-Pará, uma autonomia com capital em Belém, na foz do Amazonas. Assim eram as Américas, parte anglo-saxã, parte hispânica, parte lusitana, entremeadas por populações indígenas e africanas.

Na virada da década de 1810 para 1820, as Américas testemunhavam esse momento: os norte-americanos tentando sua expansão para o Oeste e consolidando sua república, única no mundo; os hispânicos lutando pela independência, enquanto os lusos viviam a ilusão de que o Brasil seria a sede de um império mundial, com posses nos cinco continentes. De maneira geral, o único território problemático era o Portugal europeu, sacudido por uma revolução de contra-fluxo, constitucionalista e democrática, mas sem abandonar a monarquia, pois essa confusão era um desafio à restauração

absolutista que se processava sob comando da Santa Aliança. Esse era o sonho da elite luso-brasileira, logo desfeito, com a volta do rei Dom João VI para Portugal e as tentativas de fragmentar o Brasil pela Constituinte portuguesa, com apoio dos demais reis.

Então chegou ao País um gigante político, o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, destinado a impedir que o Brasil dos bandeirantes se desfizesse em retalhos de pequenos países, como seus vizinhos, numa verdadeira balcanização. Dom João VI dimensionava essa consequência, porque a forma como aconselhou o príncipe Pedro na saída não foi de quem tinha como perspectiva uma ruptura com o filho. Primeiro ele o orientou a manter a integridade e a unidade do País. Uma coisa decisiva. Só assim se explica a repressão aos levantes independentistas de Pernambuco em 1817 e depois em 1824. Era uma questão ligada à preservação da integridade do território e da unidade nacional. E também o célebre conselho ao príncipe herdeiro, antes de embarcar de volta a Portugal: “Pedro, se o Brasil vier a se separar de Portugal, põe a coroa na sua cabeça antes que algum aventureiro lance mão dela”. Acredito que por parte de Dom João VI já havia a desconfiança do caminho incontornável e irreversível da independência. Ele devia pensar muito em como fazer isso.

Havia o movimento hostil dos liberais portugueses. Quando eles convocaram as Cortes Gerais (assembleia constituinte de então) e os brasileiros foram para Lisboa como deputados, delegados, eles se mostraram assustados, espantados com a violência dos portugueses para revogar as prerrogativas, as

conquistas e o *status* do Brasil, tanto é que temeram ser presos e saíram meio fugidos para a Inglaterra. Foi outro momento decisivo para a Independência, a percepção de que a convivência com Portugal não tinha futuro.

Entre os deputados estava Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Ele deve ter alertado o irmão José Bonifácio sobre a dificuldade da situação e o Patriarca logo compreendeu a gravidade, pois era um homem muito preparado, acima da média e à frente de seu tempo, um homem quase completo por reunir as qualidades de cientista respeitado e as experiências de acadêmico, administrador, militar e diplomata.

Bonifácio era por doutrina republicano, mas percebeu que aqui no Brasil a república iria significar o esfacelamento, a fragmentação, a dispersão desse território. Os caudilhos regionais estavam presentes também aqui, os românticos, como Frei Caneca, os de boa-fé (os caudilhos das causas nobres), e os interessados no poder político e econômico. Estavam todos por aí.

Ele já tinha visto a experiência dos nossos vizinhos, quando nem toda a capacidade, o preparo, a dedicação, a determinação, o heroísmo de Simon Bolívar e a habilidade de San Martín foram suficientes para manter os vice-reinados do Peru e do Prata juntos. Uma vez conquistada a independência, veio a fragmentação, cada caudilho imaginou criar o seu próprio país e aí surgiu a América espanhola. Bolívar terminou banido como o indesejável, ele que foi o protagonista, a inteligência, o condutor, morreu nas margens do rio Madalena, em Santa Marta, nos ermos colombianos, delirando, na imagem poética e trágica de García Márquez em *O General em seu Labirinto*.

Bonifácio entendeu naquele momento que não deveria levar a uma ruptura tão profunda. A situação permitiria que a Colônia portuguesa permanecesse unida. Seria uma monarquia centralizada, com um imperador em condições de administrar as aspirações dos caudilhos, dos chefes locais, e Bonifácio concebeu esse caminho. A figura central era D. Pedro I, apoiado na esposa, a imperatriz Maria Leopoldina de Áustria, figura importante, tomada de simpatias pelo Brasil.

Dom Pedro conseguiu então construir um acordo com os republicanos mais radicais, como Gonçalves Ledo e Evaristo da Veiga e o resultado foi o inimaginável, o improvável, proclamar a Independência, manter o País unido e preservar a integridade do território.

Ao fazer a transição da regência portuguesa para a Independência, o príncipe consolidou sua autoridade e alcançou sua legitimidade. Com isso, obteve as condições políticas para equilibrar, ainda que precariamente, as finanças do Reino, o que se considerava impossível. Foi uma obra de engenharia financeira conduzida pelo paulista Martin Francisco, ministro da Fazenda, obter o apoio para financiar a guerra contra as forças metropolitanas que ocupavam as principais praças do País, Rio de Janeiro, Salvador e uma unidade militar poderosa no Norte, naquele momento estacionada no Piauí, pronta a acorrer aonde fosse chamada, além de Montevideú.

O desafio militar era muito grande. Em terra, o príncipe poderia contar com forças nacionais, formadas por milicianos ou militares de primeira linha, brasileiros natos ou portugueses dissidentes. Para contê-los havia um grupo de exércitos

metropolitanos, enviados pela Constituinte. No confronto das tropas das Cortes, os diversos grupos de patriotas, originários de várias tendências, compuseram um acordo político amplo, unindo as forças heterogêneas que, se fosse hoje, poder-se-ia dizer que comporiam todo o arco ideológico, desde os republicanos intransigentes até os senhores escravistas, grupo mais reacionário. Esse “acordão” foi uma surpresa para os portugueses metropolitanos, que apostavam na fragmentação política interna no Brasil e nos interesses e rivalidades regionais para anular os esforços do príncipe e de seu grupo, liderados por Bonifácio, para assegurar a unidade do Reino.

O grande desafio estratégico estava no mar, pois não havia uma Marinha de guerra brasileira. Os navios e tripulações que ainda obedeciam à regência revelaram-se inúteis quando se recusaram a atacar ou pressionar as naves da esquadra metropolitana que protegiam Salvador, então em poder de uma força portuguesa, e faziam a ligação com Montevidéu, também ocupada por tropas metropolitanas, anulando os efeitos do bloqueio imposto pelas forças terrestres apoiadoras da Independência.

O governo da regência conseguiu levantar os recursos financeiros necessários à contratação de tripulações e de comando para formar uma força naval que acabou por expulsar do Brasil a esquadra metropolitana e, assim, consolidar a autonomia, declarar rompidos os laços com Portugal e se colocar em condições de buscar o reconhecimento internacional do novo país sul-americano, o Império do Brasil. Um país que reunia numa unidade política todas as regiões daqueles territórios, que até então compunham e eram reconhecidos pela

comunidade internacional como unidades independentes entre si. O Brasil surgiu como país unificado, com quase as mesmas fronteiras que mantém até nossos dias.

Bonifácio e Dom Pedro I montaram e financiaram a Guerra da Independência por mar e por terra. Não foi uma coisa simples, porque os portugueses podiam, no mínimo, dividir o País como faziam os impérios coloniais. As ligações do Norte com Portugal eram maiores, principalmente com o Maranhão e com o Pará. Na Bahia, a guerra da independência foi um conflito muito duro, difícil, encerrado com a expulsão do brigadeiro Madeira de Mello, veterano das guerras napoleônicas.

No Maranhão e no Piauí as tropas portuguesas estavam sob o comando de João José da Cunha Fidié, outro militar experiente. Ali os brasileiros tiveram que se virar quase que sozinhos. Juntaram os piauienses, os cearenses, organizaram-se, perderam a Batalha do Jenipapo, mas sabotaram os armamentos dos portugueses até que na cidade de Caxias, no Maranhão, conseguiram cercar e derrotar Fidié e ele foi obrigado a se retirar.

A jornada da Independência destacou três grandes figuras: pela simbologia, pelo heroísmo, Tiradentes; pela capacidade política, José Bonifácio, não só como concebeu o caminho para tornar o Brasil independente, mantendo sua unidade territorial, mas também como projetou o Brasil no seu futuro; e D. Pedro I pela energia e espírito de liderança.

O Patriarca concebeu para o Brasil uma Nação autônoma, próspera, socialmente equilibrada, protetora das liberdades essenciais e pacífica na relação com seus vizinhos e com o mundo, ideais que permanecem plenos de necessidade e atualidade.



A lcançada a Independência, sob a liderança de D. Pedro I, do Patriarca e da imperatriz Leopoldina, as coisas não ficaram resolvidas porque restavam contradições e desequilíbrios que abalavam o espaço físico do Império colonial português recém-convertido em Império do Brasil.

O Império precisava conter as ambições dos caudilhos regionais. Essa tensão era permanente e apareceu de forma avassaladora em um episódio logo depois da Independência: a Confederação do Equador, em 1824. Os revolucionários de 1817, que sobreviveram à repressão brutal do Império português, entre eles Frei Caneca, organizaram a Confederação do Equador.

Eles tinham como projeto fundar uma república e depois buscar a adesão das demais províncias, o que configuraria necessariamente a fragmentação do País recém-independente, porque se perdesse o Nordeste a Monarquia tentaria impedir a adesão de outras províncias aos rebeldes de Pernambuco.

O ano de 1824 foi difícil, ameaçou a unidade do País e a integridade do território brasileiro. Houve a brutalidade da repressão, os fuzilamentos de Frei Caneca e seus companheiros de sacerdócio e suplício em Pernambuco e no Ceará e o conflito com os Estados Unidos, que teve um cidadão, o comerciante James Rodgers, fuzilado no Forte de Cinco Pontas, em Recife, ao lado de Frei Caneca.

Os navios norte-americanos ancorados no porto de Recife arriaram as bandeiras em sinal de luto e protesto e tropas do Império os invadiram para repor as bandeiras na posição normal. Foi um episódio ruim para o Brasil naquele momento. O imperador agiu com rapidez, presteza e violência.

Frei Caneca achava que a Independência do Brasil não deveria ser um projeto necessariamente unitário. Para o frade, depois da separação de Portugal, cada província poderia escolher sua própria forma de governo e seu próprio destino. Esse pensamento justificava, inclusive, a separação e a proclamação da República. Os historiadores são muito cuidadosos ao avaliar esse período. É certo que figuras como Frei Caneca comovem pelo heroísmo, determinação e coragem, tanto que os carrascos se negaram a enforcá-lo, segundo a história ou a lenda. Apesar do heroísmo, sabe-se que ali estava a semente do separatismo.

Essa situação se agravou com a abdicação de D. Pedro I, porque com ela passamos a viver uma anomalia, uma Monarquia sem monarca, um Império sem imperador. Qual era o símbolo da monarquia? O que a coesionava e a expressava? Era o monarca. O que traduzia a unidade e o poder do império? O imperador.

O Brasil era uma monarquia continental administrada por um ajuntamento político, as regências trinas, de composições efêmeras, instáveis, fruto do entendimento precário de correntes políticas adversárias, carregadas das desconfianças entre nordestinos, fluminenses, gaúchos e paulistas. E mesmo a substituição da regência trina pela regência una, que

antecipou um quase espírito republicano na administração de Diogo Feijó, com a eleição do regente, não resolveu a situação.

Essas insatisfações explodiram em conflitos armados, de tal modo que, entre 1835 e 1845, o País conheceu quatro guerras civis simultâneas. A dos gaúchos, Guerra dos Farrapos, a mais duradoura, de 1835 a 1845, conduzida por gente de prestígio, por cabos de guerra experientes, consagrados nos campos de batalha, nas refregas do Prata, como Bento Gonçalves, Onofre Pires do Canto, Antônio Neto, David Canabarro e Bento Manoel, entre outros. Eram lutadores respeitáveis, temidos, homens de proezas nos campos de batalha. Eles lideraram essa guerra civil que durou dez anos. Foi difícil debelá-la.

A Sabinada, na Bahia, foi liderada por um médico, Francisco Sabino. Esses eram os liberais, os republicanos baianos em entendimento com os gaúchos, tanto que, quando o Império prendeu Bento Gonçalves e o levou para o Forte da Laje, no Rio de Janeiro, ele tentou fugir. Foi levado para o Forte do Mar, na Bahia, e sua fuga foi organizada pelos sabinos. Então ele voltou e assumiu o cargo de presidente da República Rio-grandense.

No Maranhão houve a Balaiada, sob a liderança de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, apelidado Balaio, também de largas proporções, que se espalhou pelo interior da província, reunindo vaqueiros, escravos, mestiços e fazendeiros contra as oligarquias.

Mais ao Norte, no Pará, a Cabanagem, de grande violência, com participação de índios e caboclos apoiados pelos caudilhos locais, também deu muito trabalho ao Império e ocupou por um período a cidade de Belém, capital da província.

Nem o pulso de um homem como Feijó foi suficiente para enfrentar essas quatro rebeliões simultâneas. Em um determinado momento ele renunciou, e disse que o País não tinha mais governo porque ninguém obedecia ao governo.

O impasse foi resolvido com a maioria de D. Pedro II (1840), por sorte, aos 14 anos, um jovem e precoce imperador. Muito cedo ele teve a dimensão do desafio do seu papel e quando foi decretada a maioria repôs uma referência para o País.

Em todos os momentos de conflito a repressão aos rebeldes foi realizada pelo Exército e pela Marinha, instituições nacionais, avessas às ambições de poder dos caudilhos locais e fiadoras da unidade territorial do Brasil. Após a maioria tivemos a Revolução Praieira, que encerrou o ciclo de rebeliões do Império.

A América do Sul escapou de ser tomada como colônia pelas potências europeias. Havia um avanço não só da Inglaterra, França e Japão na África e na Ásia, mas também dos Estados Unidos, da Itália e da Alemanha em busca de enclaves coloniais. O colonialismo prometia levar a civilização.

O Brasil, território continental, seria alvo natural dessas pretensões, com a pressão principalmente dos Estados Unidos para a abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira. Em carta a sua amiga condessa de Barral, D. Pedro II demonstrou contrariedade com essa pretensão, afirmando que o Brasil correria o risco de se ver ocupado como foram os portos chineses.

Aí chegamos ao conflito com o Paraguai. O Brasil era uma Monarquia pacifista. D. Pedro II não se mostrara um homem preocupado com a guerra e nem havia por parte do Brasil

reinvidicações territoriais, como a dos americanos em relação às áreas tomadas do México. Eram comuns rivalidades, disputas geopolíticas como a do Prata, com a Argentina, que envolviam o Brasil e também todas as potências coloniais da época em uma região difícil para todos. Foi daí, exatamente, que surgiu a guerra com o Paraguai. A historiografia revisionista afirma ter sido uma agressão, uma ação do Brasil instrumentada pela Inglaterra, mas essa tese não se sustenta. Um país agressor ou expansionista não teria um exército tão pequeno. Dez mil homens era o efetivo do Exército Brasileiro da época. Não era um exército que se preparava para a guerra, D. Pedro II não tinha o perfil de um monarca beligerante, pelo contrário, era um homem voltado para as letras, para as ciências, para a administração do País.

A invasão do Brasil pelo Paraguai mobilizou o País. Hoje há livros que degradam os Voluntários da Pátria, mas isso é um desserviço à História. O recrutamento contou com grande apoio. Salvador, na Bahia, enfrentou dificuldades para alojar a multidão de voluntários, muitos deles da classe rica, não eram só os pobres e escravos alforriados. Se houve quem fugisse para o mato para escapar do recrutamento, ou oferecesse escravos em substituição aos filhos ou ao próprio alistamento, isso foi exceção. Há poemas de Castro Alves saudando a partida desses jovens voluntários, exemplos como o de Ana Nery, com filhos na guerra; mulheres como Jovita Feitosa e Maria Curupaiti; mães da Pátria, como Rosa da Fonseca, secando as lágrimas da perda dos filhos para celebrar as vitórias do Brasil no campo de batalha.

D. Pedro II, o imperador pacifista, paradoxalmente levou a guerra às últimas consequências, mesmo quando Caxias renunciou ao comando depois da tomada de Assunção por achar que militarmente a guerra chegara ao fim. Ele prosseguiu na caçada ao presidente Solano Lopez, provavelmente para fazer do episódio um exemplo, de tal sorte que nenhum vizinho desejasse uma guerra com o Brasil.

E o conflito converteu-se em um motor das grandes mudanças que se avizinhavam, a Abolição e em seguida a República. A Monarquia brasileira chegou ao seu crepúsculo após superar o risco da fragmentação e se exaurir moralmente com a mancha da escravidão.

A unidade territorial foi mantida, o gesto da princesa Isabel recebeu dos escravos libertos mais de uma demonstração de gratidão e lealdade. O movimento abolicionista teve entre seus próceres negros amigos da Coroa como José do Patrocínio e André Rebouças e aristocratas brancos como Joaquim Nabuco.

A Abolição encerra o terceiro movimento de construção do Brasil e fecha o ciclo monárquico de dois imperadores, pai e filho, que, se erros cometeram, deixaram um exemplo de amor ao Brasil.



A República amadurecia desde os tempos coloniais. Estava no projeto da Conjuração Mineira, como registra o historiador Kenneth Maxwell ao citar o livro de cabeceira de Tiradentes, o manual republicano *Recueil des Loix Constitutives des Etats Unies de l'Amérique*, já mencionado no capítulo 3 deste livro. Embora não lesse francês, nem fosse um intelectual, Joaquim José da Silva Xavier mostrava aquele livro a seus interlocutores dizendo ali estar um modelo. Na Independência, em 1822, houve republicanos, liderados por Gonçalves Ledo; nos projetos dos rebeldes pernambucanos de 1817; e chegou a ser formado um estado na República Rio-grandense dos gaúchos em 1836, com respingos na República Juliana de Santa Catarina; nos Sabinos da Bahia; nos seguidores de Teófilo Otoni na Vila do Príncipe, em Minas Gerais; e, por fim, na Revolta de Sorocaba, liderada pelo ancião e ex-regente uno (eleito pelo voto direto na primeira eleição nacional brasileira), padre Diogo Feijó, estas últimas pacificadas pelo futuro Duque de Caxias.

O 15 de Novembro não foi um acidente, um golpe mesquinho, mas o resultado natural da crise política. Encontrou um Império fragilizado por um impasse sucessório, pautado pela desconfiança, pelo risco do mando de um príncipe francês, o Conde D'Eu, consorte da princesa Isabel. O fim da escravidão, pela pena da princesa, abalou a confiança de setores

escravocratas. Havia apelo popular nas convicções abolicionistas e republicanas do Exército, cheio de prestígio dos feitos no Paraguai. Alguns dos oficiais eram heróis admirados, respeitados, como Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca, entre outros. Os militares estavam bem organizados e articulados com setores da classe média urbana intelectualizada e um proletariado incipiente. Defender a Monarquia não era uma causa mobilizadora, enquanto a República empolgava.

Embora o imperador fosse um homem admirado, respeitado, com prestígio interno e externo, isso não foi suficiente para preservar a Monarquia. A República surgiu mirando o exemplo dos Estados Unidos. Há um famoso poema do escritor norte-americano Walt Whitman, de dezembro de 1889, saudando a República no Brasil e o encontro das duas constelações, uso poético das estrelas presentes nas bandeiras dos Estados Unidos e do Brasil.

Ruy Barbosa, primeiro ministro da Fazenda do governo provisório de Deodoro, implantou seu plano econômico como uma tentativa de alcançar o modelo dos Estados Unidos, de financiar pesadamente o processo de industrialização. Só que não se cria artificialmente uma classe de industriais. Os trapaceiros da época usaram o dinheiro no que ficou conhecido como “encilhamento”, houve um processo de desgaste pela especulação financeira gerada. Ruy Barbosa fracassou pelos erros que cometeu, pela ingenuidade de achar possível iniciar um processo industrial simplesmente com a impressão de dinheiro, mas a crônica registra manifestações operárias de apoio ao seu sonho de um Brasil industrializado.

Quando veio o governo de Floriano Peixoto, a política econômica perdeu a primazia. Logo na posse, já contestada pela oposição, o novo presidente teve de enfrentar simultaneamente duas guerras civis: no Rio Grande do Sul, frações do Exército e milicianos civis, inclusive mercenários uruguaios, os maragatos, fizeram a chamada Revolução Federalista, liderada pelo senador Gaspar Silveira Martins e pelo caudilho Gumerindo Saraiva. No Rio de Janeiro, um grupo expressivo da Marinha bombardeou a Capital e tentou derrubar o governo, na Revolta da Armada. Por sua vez, o governo republicano, a pretexto de haver uma ameaça de restauração monárquica, varreu os resquícios da única monarquia do hemisfério, com apoio ideológico e material dos Estados Unidos, padrinhos da nova república sul-americana.

Floriano conseguiu restabelecer o equilíbrio estratégico com a compra de navios de guerra e a contratação de tripulação treinada nos Estados Unidos para enfrentar os rebeldes navais que estavam bloqueando o Rio de Janeiro pelo mar. Mas foi a Marinha dos Estados Unidos que rompeu o bloqueio e estabilizou o governo de Floriano Peixoto. Por conta disso, o Senado mandou cunhar duas medalhas, dois únicos exemplares com as efígies de Floriano de um lado e do presidente Glover Cleveland do outro. Um dos exemplares dessa medalha está no Museu Imperial, em Petrópolis.

A aliança com os Estados Unidos sofreu uma dura crítica da intelectualidade monarquista e produziu um livro premonitório, escrito por um aristocrata talentoso, Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*, uma antecipação visionária do imperialismo

praticado pelos Estados Unidos contra as nações no hemisfério americano.

Mas Floriano Peixoto mobilizou o espírito jacobino dos republicanos e esmagou as rebeliões contra seu governo. Os batalhões denominados *Operário*, *Acadêmico*, *Patriótico* e *Francisco do Nascimento*, em alusão ao jangadeiro abolicionista do Ceará, traduziam a mística da República e o compromisso com o povo.

Após o fim do governo militar e radicalmente ideológico, foi eleito o ex-governador paulista Prudente de Moraes, líder histórico republicano de São Paulo, que tomou posse em 1894. Os jacobinos também sofreram novo revés porque seu líder, o ex-presidente Floriano Peixoto, faleceu logo em seguida, em 1895, e, com isso, o jacobinismo perdeu força, esvaziou-se o núcleo duro e ideológico, passando a bandeira para os liberais, espelhados na democracia norte-americana. Chegou o que veio a se chamar de “café com leite”, o predomínio de paulistas e mineiros. As outras oligarquias retomaram o controle e serão vistos os espasmos desse florianismo retardatário de forma trágica em Canudos.

Este foi um dos acontecimentos mais desastrosos da História do Brasil, um primeiro exemplo de manipulação rasteira, que, no Império, dificilmente o imperador teria deixado chegar a tal extremo. Entretanto, um grupo de militares jacobinos exaltados, aliados a segmentos da política baiana, insuflaram a imprensa, manipularam os republicanos temerosos da restauração monárquica e conseguiram criar uma guerra civil inacreditável.

Hoje esses acontecimentos têm servido para todo tipo de interpretação histórica anacrônica, mas na época foi um descontrole político e, não fosse a incapacidade do Exército de atuar num teatro hostil de operações, desconhecido até então, muito distante de suas bases no litoral, o Sertão nordestino, teria propiciado um golpe de Estado e a implantação de uma ditadura militar nos moldes sul-americanos, tão em voga naqueles tempos.

Em Canudos, sertão da Bahia, surgiu uma comunidade milenarista, liderada por um desajustado fanático, Antônio Conselheiro, com discurso confuso sobre catolicismo, habilmente usado pelo então vice-presidente da República, o médico baiano Manoel Vitorino Pereira, que aproveitou o afastamento por motivos de saúde do presidente Prudente de Moraes para intervir no seu Estado, usando como pretexto para o emprego de tropas federais uma ameaça de restauração monarquista pelos “rebeldes” de Canudos.

Vítimas da seca e do abandono do Estado, os bravos sertanejos nem sabiam o que era uma monarquia, apenas se agarravam a uma religiosidade profunda como última e única esperança diante da hostilidade e indiferença da sociedade e dos governos. Antônio Conselheiro encarnou a credulidade dos caboclos.

O resultado foi trágico, pois os sertanejos resistiram, o Exército teve enormes dificuldades para operar naquela região longínqua, e a crise só foi debelada com o envio de tropas numerosas e de uma ação militar desproporcional, de grande porte. Virou uma verdadeira guerra. No Rio de Janeiro a

questão de Canudos foi usada pelos moderados para eliminar os grupos florianistas remanescentes e acabar de vez com a chamada “Política de Espada”, pela forte influência dos militares. Canudos foi uma tragédia, mas a derrota do grupo jacobino consolidou o governo civil, estabilizando o que hoje se chama de República Velha.

A tragédia de Canudos se deu porque o governo Vitorino mandou para lá um homem desequilibrado, o coronel Antônio Moreira César, que terminou sua vida nessa campanha, vítima de suas ambições e de seus próprios erros políticos e militares.

Esse oficial era um linha-dura, remanescente da repressão às revoltas dos federalistas do Sul do País e foi o responsável pelas execuções de Anhatomirim, em Santa Catarina, fuzilando os civis apoiadores do movimento em represália ao fuzilamento de partidários da República pelos rebeldes monarquistas.

A bem da justiça, diga-se que Floriano nunca promoveu Moreira César a general, tampouco aceitou os fatos de Santa Catarina, mas o coronel ficou com a fama de herói da repressão e ganhou uma legião de admiradores desajustados como os que até hoje veneram os acusados de tortura no mais recente período de nossa história.

Com a morte de Floriano, depois de cumprida com energia e zelo patriótico a consolidação da República, essas oligarquias controlaram o poder e foram enfrentando suas contradições. O sucessor de Prudente de Moraes, o presidente Manuel Ferraz de Campos Sales, também paulista, fez um governo de muita austeridade, desmobilizou parte das Forças Armadas e

vendeu barcos da Marinha. Seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, dizia que o Brasil não desenvolveria uma sociedade industrial, pois nos faltariam as qualidades superiores das raças brancas da América do Norte, no que foi mais tarde criticado por Gilberto Freyre.

As contradições da República oligárquica desaguaram na rebelião dos tenentes, guerra civil, se assim se pode denominar, entre militares rebeldes e legalistas. A revolta terminou com a derrota dos rebeldes, que retornaram vitoriosos em 1930 sob o comando de um oficial legalista, Pedro Aurélio de Góes Monteiro, para provar definitivamente que o Brasil é o País das alianças heterogêneas e improváveis e não cabe nos limites da ciência política acadêmica.

A Revolução de 1930 foi resultado da ação de dois caudilhos, o civil Getúlio Vargas, comandante visível, e o outro militar, o alagoano Góes Monteiro, conhecido como condestável do Estado Novo. Getúlio e Góes Monteiro propiciaram, entre 1930 e 1945, provavelmente, os anos mais criativos e transformadores da História do Brasil.

Getúlio chegou ao poder liderando a Aliança Liberal para fazer o governo mais antiliberal em economia e em política da história do Brasil, em um paradoxo para os limites da ciência política convencional.

Então veio a Segunda Guerra Mundial, aproveitada pela habilidade geopolítica de Getúlio Vargas e Góes Monteiro para iniciar o ambicioso processo de industrialização do Brasil.

Vargas sabia da posição estratégica do Nordeste como base de operações no conflito mundial e desconfiava de que a visita

que o presidente Franklin Delano Roosevelt fizera ao País em 1936 antecipara a visão do mandatário norte-americano sobre o papel crucial do Brasil na guerra que se aproximava.

O comandante da Força Aérea dos Estados Unidos, major Delos C. Emmons, ao sobrevoar o litoral do Nordeste, escolheu pessoalmente nas proximidades de Natal, Rio Grande do Norte, o lugar no qual construiu a base aérea mais movimentada de todo o conflito mundial. E junto veio o acordo da borracha, insumo sem o qual era impossível fazer a guerra, construir navios, tanques, aviões, caminhões de transporte e outros equipamentos bélicos.

As colônias britânicas da Ásia que ofereciam 90% da borracha do mundo foram tomadas pelos japoneses, assim os aliados passaram a depender totalmente da borracha da Amazônia brasileira, e isso teve um custo. Os Estados Unidos abriram um crédito de 100 milhões de dólares para o Brasil, algo como 1,4 bilhão de dólares aos valores de hoje, ou pouco mais de 7 bilhões de reais, recursos que permitiram ao Brasil iniciar seu processo de industrialização.

Getúlio e seu ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, ex-embaixador nos Estados Unidos e amigo pessoal do presidente Roosevelt, conseguiram dos americanos, de Roosevelt e de seu vice-presidente Truman, o apoio para a construção da siderúrgica de Volta Redonda, façanha diplomática inédita, já que os americanos não costumavam financiar fábricas no exterior.

Para fornecer a borracha aos aliados, o governo recrutou 50 mil sertanejos no Nordeste, dos quais 25 mil morreram

vítimas da hostilidade do clima na Amazônia. Eram os “soldados da borracha”, mobilizados como combatentes, mas depois esquecidos pelo Estado brasileiro. O episódio está ricamente descrito no magistral livro *Soldados da Borracha - O Exército Esquecido que Salvou a Segunda Guerra Mundial*, de Gary Neelman, ex-correspondente da UPI (United Press Internacional) no Brasil, e de sua esposa, Rose Neelman.

Roosevelt voltou ao Brasil em janeiro de 1943 e pediu a Vargas uma Divisão do Exército Brasileiro para combater ao lado das forças norte-americanas na Itália. Vargas não só enviou a Divisão de Exército como um Grupo de Caça que marcou época nos céus da Europa contra a aviação alemã.

Então a guerra terminou com os americanos vitoriosos. No primeiro momento, tiveram uma atitude até generosa, tanto é que ajudaram a restabelecer as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, porque durante a guerra essa aliança foi pra valer. Há documentários americanos oficiais sobre o combate na União Soviética, uma exaltação ao Exército Vermelho. No entanto, essa conjuntura durou pouco. Logo a Guerra Fria estimulada mudou o curso da História e, na América do Sul, terminou com a destituição dos governos não abertamente pró-americanos.

Findo o conflito mundial, a situação regional voltou a se mexer. Na Argentina, país que resistiu até os últimos momentos a romper com a Alemanha, um grupo de militares, liderados por um coronel do Exército, Juan Domingo Perón, criou um partido denominado Movimento Nacional, organizado com o patrocínio do Estado, e ganhou as eleições em 1946.

No Brasil houve uma certa arrumação, o afastamento de Getúlio, que também flertava com esse movimento, aqui chamado de trabalhismo. Foi um acordo imposto. Getúlio não foi cassado, não foi preso, foi afastado. Ficou em São Borja, no Rio Grande do Sul, na Fazenda Santos Reis, herdada de seu pai. Em 1946, elegeu-se senador e deputado federal (naquela época permitia-se multi-candidaturas). Mesmo deposto, não perdeu seus direitos políticos e quatro anos depois, em 1950, elegeu-se presidente da República.

Aí a aliança com os Estados Unidos já estava fragilizada. O Brasil mergulhara de corpo e alma na Guerra Fria. Aquilo que dividia o País e as Forças Armadas por razões internas, disputas, visões, umas mais liberais, outras menos, umas mais democráticas outras menos, passou a ter como referência a Guerra Fria.

Assim, o antagonismo entre Estados Unidos e União Soviética, capitalismo e comunismo, chegou ao Brasil. No meio político a esquerda foi derrotada com a cassação do Partido Comunista, em 1948, que tinha uma pequena, mas aguerrida bancada no Congresso Nacional, chefiada por seu líder máximo, o senador Luís Carlos Prestes, lendário comandante de guerrilhas na década de 1920, gaúcho eleito para a Câmara Alta pelo Rio de Janeiro. Do outro lado, os militares, insuflados pela ameaça nuclear e perigo de nova guerra mundial, alinhavam-se com a Europa e os Estados Unidos.

Essa divisão abalou muitos líderes militares que participaram do consenso da Revolução de 1930. Entre eles estava Góes Monteiro, um dos próceres daquele movimento, que se

revelou desgostoso pelo envolvimento dos militares na luta pelo poder, na política rasteira, e terminou a vida prestando um depoimento contra a participação dos militares nas arenas partidárias e ideológicas. Ele criticava o espírito miliciano e gendármico como uma grande ameaça para as Forças Armadas e que os militares não deveriam fazer política no Exército para fazer a política do Exército.

A Guerra Fria é o que explica os “pronunciamentos” militares de 1954 e 1964, o nacionalismo e o antinacionalismo. Enfim, o Brasil esvaiu boa parte das suas energias espirituais, políticas e intelectuais nessa guerra. O País se dividiu artificialmente. Aquela era uma briga dos americanos e dos russos.

Ao comentar a obra de Gilberto Freyre, o sociólogo francês Roger Bastide cogitou o Brasil como líder de um caminho alternativo ao conflito entre o mundo anglo-saxão (Estados Unidos) e o eslavo (Rússia soviética). Bastide via o Brasil representando a civilização ibérica e nos olhava com muito mais otimismo e confiança do que aqueles que nos mergulharam no pântano da Guerra Fria.

O varguismo e o antivarguismo estiveram presentes até nos governos militares porque a vida pública de um dos generais-presidentes Ernesto Geisel teve origem no varguismo. Em 1931 ele foi secretário da Fazenda na Paraíba, fez parte daquele grupo de tenentes, capitães e interventores do começo da Revolução de 1930. Então não se pode dizer que Geisel fosse contra Vargas.

O próprio Lula, na redemocratização, quando eleito, também foi um personagem até certo ponto ambíguo. No começo

de sua trajetória ele afirmava que o sindicalismo getulista, criado por Lindolfo Collor, ideólogo do Partido Republicano Rio-Grandense e autor do projeto de 1922, aperfeiçoado e implantado em 1930, teria sido inspirado na Carta del Lavoro, do ditador italiano Benito Mussolini. Lula queria tanta distância de Getúlio que, nas suas andanças pelo Rio Grande do Sul, não passava em São Borja, onde o velho caudilho está enterrado. O lugar mais próximo de São Borja em que ele chegava ficava a 100 quilômetros da terra natal e simbólica do getulismo.

Depois, já no poder, Lula aderiu a alguns postulados do varguismo, como o desenvolvimentismo, o trabalhismo, a questão social, isso tudo passou a estar presente no lulismo, com todas as suas ambiguidades. Nas questões do desenvolvimento e do trabalhismo, ele flertou abertamente com o varguismo.

Com Geisel, a doutrina da política externa, de não se aliar abertamente a nenhum dos polos em disputa na Guerra Fria, ficou evidente no caso da independência das colônias portuguesas na África. Ele reconheceu os novos países, todos com governos marxistas, de esquerda, aliados e alinhados com a União Soviética nos campos ideológico e político-militar. Geisel foi mais longe: rompeu o acordo militar com os Estados Unidos e fez o Programa Nuclear Paralelo e o Programa Espacial.

Ao se confrontar com o choque dos preços do petróleo, Geisel lançou o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), concebido por seus ministros João Paulo dos Reis Veloso, Mário Henrique Simonsen e Severo Gomes, para enfrentar a crise com o incentivo à produção de insumos básicos para a indústria, bens de capital e energia.

Na diplomacia, o discurso do presidente Figueiredo na ONU, em 1982, quando Ramiro Saraiva Guerreiro era o chanceler, foi uma declaração de diplomacia autônoma, de política externa independente. Figueiredo condenou a Guerra Fria, a agressão dos ingleses às Malvinas e reforçou a cooperação entre os países do mundo em busca da paz e do desenvolvimento. No caso das Malvinas, Figueiredo declarou diante de todas as delegações reconhecer as ilhas como argentinas desde 1834, exatamente a data da ocupação inglesa do arquipélago.

Ao tomar posse, o presidente Fernando Henrique Cardoso declarou que acabaria com a Era Vargas, mas não acabou. Foi um esforço de retórica porque a política externa de Fernando Henrique, embora fosse muito próxima dos Estados Unidos, também não rompeu com o padrão de Getúlio. Quando integrei uma missão oficial à Venezuela, na primeira tentativa de golpe contra o presidente Hugo Chávez, em 2002, ele nos disse: “Olha, antes de ser preso aqui no palácio, a última ligação que fiz foi com mi maestro”. Quem era “mi maestro”? Fernando Henrique Cardoso.

Aliás, quem começou a comprar petróleo da Venezuela e da Argentina foi Fernando Henrique. Até então todas nossas importações de petróleo vinham do Oriente Médio e da África. No governo de Fernando Henrique as relações com Cuba foram, essencialmente, de cooperação, não houve nenhum tipo de hostilidade a Cuba. Havia um padrão, uma herança. Em algumas políticas de Estado pesam a memória, a tradição, a cultura. A tentativa de revogação é agora com essa gente desavisada que está no Itamaraty.

As presidências de Lula e Dilma pouco alteraram a orientação de diplomacia independente traçada pelo Itamaraty. Lula era admirado e tratado com aberta simpatia por Bush e Obama, e os Estados Unidos confiavam na capacidade do Brasil de conter os arroubos antiamericanos da Bolívia e da Venezuela, como pude testemunhar algumas vezes.

A presidente Dilma nunca priorizou a agenda de política externa e ainda enfrentou o dissabor de ter sido uma das autoridades mundiais gravadas por um dos órgãos de inteligência dos Estados Unidos, mesmo assim, na viagem que pude acompanhar aos Estados Unidos e à Rússia, Obama e Putin dedicaram à presidente brasileira deferências dignas de nota em protocolos internacionais.

A declaração que resultou da visita do presidente Michel Temer à Rússia é outro exemplo de documento audacioso da diplomacia independente do Brasil. É de se destacar, ainda na gestão Temer, a visita do ministro da Defesa do Brasil, general Silva e Luna, ao ministro da Defesa da Venezuela, general Vladimir Padrino, para tratar amistosamente as relações dos dois países ao longo da fronteira comum.

PARTE 3

O Quinto Movimento: Propostas para uma construção inacabada

Nos capítulos seguintes estão reunidas reflexões sobre as iniciativas necessárias para a retomada da construção inacabada do Brasil. São ideias temperadas pela vida, pelas leituras e pela experiência acumulada em décadas de atividade pública ininterrupta, desde o Centro Acadêmico de Direito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE), presidência da Câmara dos Deputados e quatro diferentes ministérios - Secretaria de Coordenação Política e Relações Institucionais; do Esporte; Ciência, Tecnologia e Inovação; e Defesa -, além da relatoria de matérias controversas, como a Lei de Biossegurança, que autorizou a pesquisa com células-tronco e organismos geneticamente modificados, e o Novo Código Florestal Brasileiro.

Os capítulos estão distribuídos em torno de temas atuais e importantes para a reunião das energias materiais e espirituais que permitam ao Brasil o relançamento da jornada histórica de construção de uma sociedade próspera, fraterna, socialmente equilibrada e plena de compromisso com a paz e a cooperação internacional.



Nos últimos anos, a economia brasileira foi a combinação quase perfeita de duas tragédias: a estagnação e a desindustrialização. As consequências podem ser vistas nas crises orçamentária e fiscal que atingem a União, os estados e os municípios; no drama social cujas faces mais visíveis são o desemprego e o empobrecimento da população; e na redução da participação industrial no PIB, que já foi de 30% e hoje não alcança os 10%.

O processo de desindustrialização tem consequências no conjunto da economia, na desaceleração do crescimento, na perda de empregos de alta qualificação, na redução das exportações industriais, das receitas tributárias e das divisas. Embora a crise fiscal tenha sua origem na brutal transferência de riqueza da sociedade e do Estado para o sistema financeiro, a estagnação da economia agrava e torna crônico o mal.

Não há solução para nenhum dos problemas da economia se o Brasil não voltar a crescer. Como resolver o drama orçamentário que imobiliza o governo federal, os governos estaduais e as prefeituras se o País não voltar a crescer? A experiência na administração federal em quatro diferentes ministérios me autoriza a resumir o dilema da seguinte forma: quando o país cresce há dinheiro para tudo, ou quase tudo; quando o país não cresce não há dinheiro para nada, e nada que substitua o crescimento.

Há solução para a crise do desemprego sem a retomada do crescimento da economia? E a mesma pergunta vale para a crise da Previdência: como enfrentar o déficit da Previdência sem empregos e como gerá-los sem crescimento?

Quando assumi o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, pedi um levantamento sobre o impacto das atividades relacionadas com a ciência, a tecnologia e a inovação no mundo do trabalho e no mundo da produção no Brasil. O resultado foi surpreendente tanto pelos aspectos positivos quanto pelo que revelou de negativo no nosso desempenho.

O que surpreendeu positivamente? O Brasil ter criado em 12 anos de governos dos presidentes Lula e Dilma algo como 15 milhões de empregos e perdido aproximadamente 5 milhões, conservando um saldo de 10 milhões, enquanto a Europa perdia milhões de postos de trabalho no mesmo período, números de fato alvissareiros. E qual a revelação negativa? Dos postos de trabalho criados, quase 100% correspondiam a até 1,5 salário mínimo, enquanto os empregos perdidos no mesmo período eram todos acima de dois salários mínimos.

Criamos empregos de baixa remuneração, de baixa tecnologia, no setor de serviços, aproveitando a expansão do *boom* das *commodities*, e eliminamos empregos industriais qualificados, de média e alta tecnologia. O mesmo fenômeno se repete nas exportações industriais do Brasil quando fizemos desaparecer quase que completamente as exportações de produtos de alta tecnologia, substituídas pelas mercadorias de baixo valor agregado.

O diagnóstico é incontornável: perdemos força industrial porque perdemos competitividade e perdemos competitividade porque perdemos capacidade de inovar, ou seja, estamos perdendo a corrida tecnológica.

A retomada do crescimento do Brasil passa pela reindustrialização para reconfigurar a produção do País nos novos padrões tecnológicos da economia 4.0, a economia do presente e do futuro.

A inovação está cada vez mais subordinada a investimentos crescentes em pesquisa, e só o Estado se dispõe a empreender e correr os riscos quando se trata de apoiar linhas de pesquisa e apostas tecnológicas de resultados incertos. Em inovação não há outro caminho que não o das tentativas sucessivas baseadas em uma rede de pesquisadores capacitados, de equipamentos e laboratórios de última geração, conforme defende em seu livro *O Estado Empreendedor* a pesquisadora Mariana Mazzucato.

É o caminho incontornável para o Brasil: mais recursos para a pesquisa, mais investimento em recursos humanos e equipamentos para nossas universidades e institutos, e maior aproximação com o mundo da produção para acolher as demandas que tornem nossas empresas industriais e de serviços de fato inovadoras e competitivas.

O Brasil deve lançar mão das potencialidades exclusivas em setores nos quais acumulou condições excepcionais e únicas no cenário econômico mundial:

- O Brasil é a mais promissora fronteira agropecuária do planeta. A ONU espera que o País responda por 40% da

oferta futura de alimentos para a população mundial. Contamos ainda com 40% das terras agricultáveis disponíveis no planeta, com abundância de água; uma empresa pública criadora de tecnologia para a agricultura tropical, a Embrapa, e uma classe de produtores rurais e pecuaristas com quatro séculos de experiência, de história e de cultura no campo.

Essa agricultura mobiliza uma vasta cadeia de empregos, tributos e divisas nas próprias fazendas e em setores como transporte, máquinas e equipamentos agrícolas, fertilizantes e indústria farmacêutica veterinária. Superados os gargalos de logística e a sabotagem a pretexto de questões ambientais, o Brasil será único no mundo a possuir a cadeia completa da futura indústria de alimentos com alta tecnologia e proteção ambiental.

- O Brasil é a mais promissora fronteira mineral do planeta, principalmente na Amazônia, onde se situam os principais recursos minerais do mundo: petróleo, ouro, ferro, níquel, cobre, manganês, alumínio, zinco, prata, titânio, nióbio, potássio, paládio e diamante são alguns dos tesouros encontrados no solo e no subsolo da Amazônia brasileira.

O consumo de tais riquezas no mundo é inversamente proporcional a sua oferta, com um grande número de minas se esgotando e escassez de novas jazidas. A Amazônia é um subsolo de grande fertilidade em minérios e terras raras, e embora represente mais da metade do território nacional (4.500.000 km²) detém apenas 10% das

minas em atividade, quase todas concentradas em torno da província de ferro de Carajás.

Em qual país do mundo a segunda maior mina de potássio do planeta estaria inviabilizada, aguardando regulamentação de exploração mineral em terra indígena, já que parte do minério se encontra em terras dos índios Mura, no município de Autazes, no Amazonas?

Em qual país do mundo uma província de diamantes como a que temos na Terra Indígena Roosevelt, no município de Espigão do Oeste, em Rondônia, estaria imobilizada, saqueada por contrabandistas, sem render um vintém para os índios, nem tributos para o município, o estado, a União, ou divisas para o País, porque não se regulamenta a mineração em terra indígena?

Especula-se que os diamantes da Reserva Roosevelt poderiam produzir para o Brasil algo como 10 milhões de quilates por ano, o que a transformaria na maior mina do planeta, superior às existentes em Angola e Botsuana, na África.

Abandonada à própria sorte pela sociedade, pelo Estado e pelos governos, a Amazônia e suas riquezas fazem-nos lembrar o soneto *Lamento das Coisas*, de Augusto dos Anjos, em que o poeta paraibano denuncia “o choro da energia abandonada e a dor da força desaproveitada, que podendo mover milhões de mundos jazem ainda na estática do nada”.

A primeira providência é a regulamentação dos artigos 176 e 231 da Constituição Federal, que autorizam

e estabelecem as condições para o aproveitamento dos minérios em terra indígena e áreas de fronteira, pendente desde o governo do presidente José Sarney, com tentativas fracassadas nos governos de Fernando Henrique e de Lula.

Medidas urgentes devem ser adotadas para a concessão em massa dos direitos sobre as províncias minerais da Amazônia, sob regras rígidas de proteção ambiental e de direitos sociais das populações locais, atraindo investidores nacionais e estrangeiros para a região, combinando as concessões com políticas fiscais e de incentivo para que os minérios sejam processados localmente e dirigidos para a indústria de joias e de metais, biotecnologia farmacêutica e de alimentos.

- Bioeconomia, economia baseada na biodiversidade, é expressão que só faz sentido em países protetores do seu patrimônio natural como o Brasil ou naquelas nações que fizeram da biopirataria, legalizada ou não, o seu caminho para a prosperidade.

O Brasil, na Amazônia, pode associar o conhecimento tradicional dos caboclos e de suas populações indígenas ao conhecimento científico mais avançado para construir uma fabulosa indústria de alimentos, de energia, de cosméticos e perfumes, de produtos farmacêuticos em parceria com investidores nacionais e estrangeiros, atraídos pelas mais diversas formas de incentivos e vantagens que o Estado possa oferecer.

- A quarta marcha para o Oeste seria a outra grande fronteira do crescimento do Brasil com a missão de integrar a economia do País, principalmente as fronteiras mineral e agropecuária com a Ásia, via os portos do Pacífico no Chile e no Peru, através de uma rede de ferrovias, rodovias e hidrovias há muito planejadas e nunca implantadas.

Esta quarta marcha sucederia as três anteriores. A primeira, encetada pelos bandeirantes nos séculos XVI e XVII, nos deixou como herança o território continental demarcado no Tratado de Madri, preservado até os dias atuais. A segunda, no final do século XIX, produziu o ciclo da borracha e os sertanejos nordestinos que dela participaram impediram um enclave norte-americano em pleno coração da Amazônia, no atual estado do Acre, conquistado por eles e incorporado ao Brasil. A terceira marcha compreendeu o período Getúlio-Juscelino-governos militares, com o fluxo dos nordestinos para o Mato Grosso com Getúlio, a construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília com Juscelino, e os assentamentos agrícolas e as rodovias na Amazônia nos governos militares.

A América do Sul integrada por infraestruturas de transporte, energia e comunicação reuniria diversas bacias de grãos, proteínas e energia no propósito comum de desenvolver todos os países da região e permitir a exportação dos excedentes.

A infraestrutura sul-americana existe desde os peabirus, caminhos indígenas que ligavam São Paulo a Assunção e a Potosi nos séculos XVI e XVII, apenas não foi atualizada. Euclides

da Cunha deixou ensaios primorosos sobre a edificação de malhas ferroviárias na Amazônia e no Cone Sul. O esforço mais recente foi a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), voltada para a modernização da rede de transporte, energia e telecomunicações dos 12 países da região, concertada em Brasília no ano 2000 em reunião dos presidentes da América do Sul. O programa seria financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

A ambição de tal projeto está em contradição com a doutrina econômica arcaica que separa as razões de Estado dos interesses do mercado em vez de integrá-las em benefício do desenvolvimento. O Brasil não pode cavar um abismo entre o público e o privado, entre o Estado e o mercado, mas procurar se apoiar nas virtudes e vantagens que cada um pode oferecer.

Da mesma forma a integração sul-americana rejeita o sectarismo ideológico que fabrica as divisões artificiais entre os países da América do Sul em prejuízo de seus interesses e a serviço dos objetivos geopolíticos de potências quase sempre indiferentes aos problemas sul-americanos.

Outro enorme desafio é reduzir os entraves aos investimentos públicos e privados na teia de normas e regulamentos que bloqueiam o desenvolvimento.

O Brasil é um país programado para não crescer. Aqui, quem não produz manda em quem produz, quem não emprega manda em quem gera empregos, quem não paga imposto

manda em quem paga. Vivemos a esquizofrenia de um Estado que estimula e fomenta o desenvolvimento e convive com outro que o bloqueia e criminaliza. É claro que isso não pode dar certo e não pode continuar. Essa situação fica evidente na dificuldade de se iniciar uma obra pública ou privada e na facilidade de impedi-la ou paralisá-la.

Quando fui ministro da Secretaria de Coordenação Política e Relações Institucionais, sugeri ao presidente Lula a edição de uma Emenda à Constituição criando uma via rápida para obras de infraestrutura ou de interesse nacional, de tal sorte que apenas o procurador-geral da República tivesse a prerrogativa de propor a paralisação, com recurso diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) e prazo estabelecido para julgamento. Essa medida contornaria a indústria de suspensões promovida por iniciativa do Ministério Público, combinadas com decisões absurdas do Judiciário de primeiro grau, geralmente com o patrocínio de alguma ONG e ampla cobertura da mídia.

É uma verdadeira conspiração contra qualquer obra pública ou privada, previamente condenada ou por ameaçar o meio ambiente ou por alguma irregularidade, real ou fictícia. A cumplicidade dos governos com o aparato ambientalista neomalthusiano contribuiu para agravar a situação. O presidente Temer tentou fazer alguma coisa em relação ao minério na Amazônia e a regularizar parte de áreas agrícolas e foi obrigado a recuar por um *tuíte* de uma celebridade do mundo da moda, evidenciando as fragilidades dos governos diante dos interesses antinacionais alojados na administração pública, na mídia e no aparato das ONGs internacionais.

A retomada do desenvolvimento exige a reorientação do sistema financeiro público e privado para o crédito ao empreendedorismo que é a vocação pioneira do sistema bancário desde o financiamento do ciclo das grandes navegações até o crédito cooperativo para a agricultura e a pecuária. Era comum as casas bancárias incorporarem a seus nomes expressões como produção, lavoura, crédito agrícola, indústria, comércio, casos entre tantos dos hoje extintos Banco Mineiro da Produção, Banco da Produção do Estado de Alagoas, Banco da Lavoura de Minas Gerais, Banco do Comércio e Indústria, ou da modesta Cooperativa Agrícola Banco de Viçosa, de minha cidade.

O sistema financeiro organizado no ciclo cafeeiro financiou a industrialização de São Paulo e do Brasil com os excedentes do comércio da lavoura. O problema é o aparato financeiro ter se voltado para objetivos alheios ao desenvolvimento e aos interesses do bem comum e criado sua própria indústria de derivativos, atividade parasitária para um grupo de rentistas concentradores da riqueza produzida pela sociedade. O Estado pode fazer frente a esse processo usando seus próprios bancos de crédito e fomento e por meio de políticas públicas que pressionem a rede bancária a vincular sua atividade ao interesse social.

Por fim, a retomada do desenvolvimento pressupõe o respeito à democracia e a presença de um governo forte, com o vigor da legitimidade conferida pela defesa da soberania nacional, do desenvolvimento, da indústria e da agropecuária nacionais e da redução das desigualdades que afrontam a dignidade do povo e do Brasil.



Em 2015, acompanhei a presidente Dilma Rousseff em uma reunião dos BRICS (bloco de grandes economias emergentes, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) na cidade de Ufá, nos Urais, na Rússia. Certa noite, a presidente foi convidada para uma conversa reservada com o presidente russo, Vladimir Putin. Eu a acompanhei. Putin falou sobre os desafios dos BRICS, como ele os via, mas também das dificuldades enfrentadas no governo em áreas de conflito; a situação da Ucrânia, da Síria, do Irã, do petróleo, da relação com a União Europeia, e lá pelas tantas, ele informou à presidente a intenção de ampliar os contratos de fornecimento de alimentos para a Rússia com o Brasil e a Argentina, e ainda fez uma segunda observação. Ele disse: “Dilma, você sabe que esses contratos são de longo prazo”. Eu percebi haver nesse anúncio um receio de Putin em relação ao fornecimento de alimentos à Rússia por parte da Europa e dos Estados Unidos, que estavam impondo sanções ao país, principalmente no setor de serviços.

Embora não seja uma tradição a adoção de sanções na área de alimentos, os países sempre procuram uma posição defensiva em relação ao tema. E ali vi a importância do Brasil na segurança alimentar do mundo.

Em 2017, por ocasião dos 20 anos da devolução de Hong Kong aos chineses, o embaixador da China organizou um

jantar e eu partilhei a mesa com o embaixador, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o representante do presidente Michel Temer, Hussein Kalout. Lá pelas tantas, o embaixador, com um celular na mão, dirigiu-se a mim dizendo: ministro, a China dependerá cada vez mais do Brasil. Compreendi imediatamente a referência do embaixador, mas pedi que explicasse ao presidente da Câmara o sentido de suas palavras e então ele visualizou no celular uma cena de colheita de soja, provavelmente no Mato Grosso, e esclareceu os integrantes da mesa sobre a qual dependência se referia.

A mais importante batalha naval da Segunda Grande Guerra no Atlântico Sul envolveu destróieres ingleses contra o cruzador alemão Graf Spee, terror dos navios que transportavam carne e grãos da Argentina e do Uruguai para a Inglaterra. Londres sabia que resistiria a semanas, quem sabe meses, de bombardeios da Luftwaffe, mas não aguentaria dias sequer sem o trigo e a carne dos países do Prata. Depois de impor graves perdas à Marinha britânica, finalmente o Graf Spee foi posto fora de combate em uma batalha teatral na baía de Punta del Leste, no Uruguai.

A agricultura e a pecuária estão ligadas aos principais ciclos econômicos da história do Brasil. Do extrativismo do pau-brasil passamos à cana-de-açúcar que continuamos a plantar ininterruptamente por quase cinco séculos e conhecemos o ciclo do gado, responsável em parte pela expansão de nossas fronteiras para além do Tratado de Tordesilhas. Alcançamos o ciclo do café e do algodão, também o da borracha e chegamos hoje a uma vitoriosa agricultura tropical de alta produtividade

e alta tecnologia, apoiada pelo conhecimento de uma experiência vitoriosa chamada Embrapa.

A agricultura e a pecuária produzem para os brasileiros o alimento mais barato e acessível do mundo e constroem a avançada democracia social, a democracia da mesa, do mais sagrado e elementar direito humano, o direito à refeição de cada dia, o direito à vida.

No Brasil é mais correto falar das agriculturas desiguais, convivendo a intensiva em capital e tecnologia, com escala e peso nas exportações, e a de subsistência, de baixa tecnologia e quase nenhum capital, mas de importância social insubstituível, não só pelo alimento produzido, mas também por fixar na terra as famílias que dela sobrevivem.

O mundo rural não é criador apenas da riqueza, do emprego, dos tributos, das divisas a que me referi no capítulo 6, sobre a retomada do crescimento. A agricultura, a pecuária e o mundo rural estão na origem da construção do Brasil, construção material e espiritual, construção de valores, da cultura, da música de Villa Lobos, de Luiz Gonzaga, Tonico e Tinoco e nossos magistrais repentistas, dos quais podemos citar Pinto do Monteiro, no Nordeste e Jayme Caetano Braun, no Sul. Da literatura de José de Alencar, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, Raduan Nassar e dos nossos geniais cordelistas. A culinária mais simples e a mais sofisticada tiveram como laboratório uma cozinha na roça.

É inaceitável que essa atividade esteja associada a mazelas como trabalho escravo, crimes ambientais, ameaça às

populações indígenas, em difamação orquestrada por agentes da concorrência internacional da agricultura brasileira.

Quando fui indicado relator do Código Florestal, sequer integrava a Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara dos Deputados. Eu participava da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de onde acompanhava os relatos das rodadas do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) e a presença na agenda das questões relacionadas à agricultura e meio ambiente.

A verdade é que a agricultura e a pecuária na Europa não são propriamente atividades de mercado, o agricultor europeu é quase um funcionário público de uma atividade quase estatal fortemente subsidiada pelos tesouros de seus países. Nos Estados Unidos a situação é parecida. E o que fazem esses agricultores e esses países para enfrentar a dupla concorrência da agricultura brasileira em preço e produtividade? Recorrem ao duplo subsídio, aquele que recebem do Tesouro de seus países, e o outro destinado indiretamente pelo mesmo Tesouro a organizações não governamentais (ONGs) pagas para difamar a agricultura e a pecuária do Brasil.

Ao longo de 30 anos de vida pública pude testemunhar dezenas de vezes a ação deletéria de parte dessas organizações protegidas pela cumplicidade da desinformação, da alienação da mídia e de parcela da academia.

Há crimes ambientais na agricultura? Há e devem ser punidos exemplarmente para não alcançar os agricultores sérios e patriotas. O que precisa ser dito é que os criminosos são

minoria e escapam dos órgãos de fiscalização muitas vezes ocupados em perseguir inocentes.

Há ONGs sérias e humanitárias, interessadas em proteger a natureza e o bem comum? Há e são muitas, algumas empenhadas em projetos de elevada criatividade e preocupação social. Mas as que são mais ouvidas pela mídia são aquelas financiadas por dinheiro e interesses internacionais contra a agricultura brasileira.

A pressão sobre a agropecuária nacional vai crescer não apenas pela concorrência dos produtores norte-americanos e europeus. Há um elemento novo e mobilizador de grandes interesses internacionais e que se combina com os interesses comerciais da agricultura e da pecuária dos Estados Unidos e da Europa: é a agenda do clima. A meta do milênio de zerar a emissão de carbono precisa ser compreendida para que se entenda a encruzilhada em que o Brasil se encontra.

Carbono zero é a tradução de captação no mesmo volume de emissão, ou seja, os países emissores de carbono não precisam parar a emissão, basta capturar esse carbono de alguma forma e em algum lugar do planeta. Sequestrar carbono custa caro, as tecnologias não estão suficientemente desenvolvidas, restando o caminho mais tradicional da retirada de carbono via florestas nativas ou áreas reflorestadas. O problema é que para atingir tal meta o mundo precisaria de cerca de 9 milhões de quilômetros quadrados de florestas e reflorestamentos, algo como um Canadá inteiro. Onde encontrar tais áreas? O Brasil cabe como uma luva nesse mapa e daí se explica toda a campanha pelo desmatamento zero (estou falando

de desmatamento legal, permitido por lei), e pela desantropização da Amazônia e quem sabe do Cerrado.

O Brasil terá que contar com uma diplomacia verde capaz de explicar o esforço nacional de produzir alimentos com proteção ambiental, mas também precisará de firmeza de convicções na disputa de seus interesses nacionais legítimos e de seus agricultores e criadores.

Um abismo cultural separa o homem urbano, litorâneo do mundo rural. Mas é esse homem urbano o executivo, o legislador, o juiz, o promotor, o fiscal e o jornalista que administra, legisla, julga, investiga, fiscaliza e noticia tudo sobre um universo - o campo - que ele ignora e sobre o qual se mantém desinformado, munido apenas de preconceitos do senso comum.

A sociedade brasileira, principalmente as camadas médias urbanas e litorâneas, tão distantes e alienadas do Brasil profundo e rural, precisarão tomar consciência de que “O Brasil não é só litoral”, como disse o poeta.



Tenho a ideia de que sobre a Amazônia pesa o que denominei Maldição de Tordesilhas, a incapacidade nacional de incorporar de fato ao Brasil o território que nossos antepassados nos legaram de direito.

O Tratado de Tordesilhas, celebrado em 1494, já pressupunha a disputa pela região compreendida por tudo o que é hoje Brasil a oeste do meridiano imaginário, que cruza de Belém, no Pará, a Laguna, em Santa Catarina, separando a faixa litorânea do Brasil profundo.

Esse Tratado era a parte final de uma longa negociação de fronteiras, o corolário de um processo de limites entre Portugal e Espanha, mas que se projeta hoje como um dos principais documentos da História Universal. Ele era elemento inicialmente secundário de um processo histórico que se desenvolve até nossos dias e procurou colocar ordem nas atribuições do início do avanço dos europeus sobre o resto do mundo e disciplinar as disputas entre Portugal e Espanha em busca da conquista do então chamado Mar Oceano, o nosso atual Atlântico.

O Brasil e sua Amazônia aparecem então no centro das disputas geopolíticas das grandes potências. Aí estavam as terras desconhecidas ainda não descobertas, mas intuídas pelos geógrafos e pelos estadistas. Isso em termos, pois a assimetria era gigantesca entre a Espanha dos Habsburgos, no tempo

dos descobrimentos, e o minúsculo Portugal da Casa de Avis. Castela era a cabeça de uma superpotência mundial, senhora não só de 4/5 da Península Ibérica, como do Norte da Itália e dos restos do Império Romano-Germânico. Nesse contexto, o minúsculo Portugal procurava salvar sua soberania e sobreviver cercado pelo abraço de urso dessa Espanha gigantesca. Terminaram se impondo a audácia e a habilidade de seus navegadores.

Voltemos a Tordesilhas, a pequena cidade onde os embaixadores dos reis João II, de Portugal, e Fernando II, da Espanha, assinaram o célebre Tratado que dividiu o planeta Terra entre os dois reinos ibéricos e marcou, também, o final do período em que o Vaticano era o mediador mundial das relações entre os estados. Daí em diante as monarquias absolutas foram superando o poder dos papas, e isso influenciou no processo de colonização das Américas, inclusive do Brasil, pois, assim como Tordesilhas assegurou um espaço para a Espanha, seu colapso liberou os bandeirantes brasileiros para conquistar 2/3 do território atual do Brasil, incorporando também a Amazônia.

Aos poucos outros atores entraram no jogo, como Inglaterra, França, Holanda, no final a Itália, a Alemanha e já os próprios Estados Unidos, um marco do grande salto da Europa para o domínio do mundo, num processo concluído com o neocolonialismo do Século XIX e a construção do Império Britânico, onde o Sol nunca se punha, no dizer da rainha Vitória.

Tordesilhas marcou o fim do estabelecimento de limites na Península Ibérica e completou uma série de outros tratados que entraram pelo Oceano Atlântico depois de Cristóvão

Colombo ter chegado à América, informando existir muito mais terras no Hemisfério Ocidental.

O rei de Portugal já tinha ideia da existência dessas terras quando propôs alterar o tratado então vigente, a *Bula Inter Coetera* (nesta o meridiano ficava a apenas 100 léguas) para o Tratado de Tordesilhas, definindo pertencerem a Portugal as terras a leste deste meridiano, que estaria 360 léguas a oeste de Cabo Verde, a partir da ilha de Santo Antão, e depois desse meridiano as terras seriam da Espanha.

Esse acordo ensejou o comentário do rei francês, Francisco I, primo dos reis de Espanha e Portugal, que dizia não ter conhecimento da existência de um testamento de Adão dividindo o mundo entre seus parentes, como já registrei no capítulo 2 deste livro. Era um sinal do início da contestação do poder de arbitragem dos papas.

O Brasil contemporâneo não correspondeu aos esforços e à visão dos portugueses que promoveram aquela suprema luta para incorporar ao Brasil essas terras que pertenceriam à Espanha, a oeste de Tordesilhas. Foi um legado dos bandeirantes, de conquistadores como Pedro Teixeira, que com os índios canoieiros e flecheiros entrou pela América adentro junto aos missionários jesuítas, com ideais de catequisar os pagãos. Eles incorporaram esses habitantes autóctones à cultura dos colonizadores e os converteram em brasileiros dos tempos atuais. Esse feito dos nossos antepassados, dos portugueses, não teve correspondência entre nós depois da Independência.

Quando digo integrar de fato quero dizer integrar demográfica, econômica, científica e tecnologicamente. Boa parte da

Amazônia permanece como o “deserto ocidental” da crônica de Craveiro Costa. Isso é ainda mais verdade quando se trata das terras do Arco Norte, ou seja, ao Norte do rio Amazonas. A Amazônia Setentrional e a Amazônia Ocidental permanecem como grandes vazios demográficos. De tal sorte que quando fui ministro do Esporte tivemos dificuldade para localizar uma das subsedes da Copa do Mundo em Manaus exatamente pela inexistência de infovias na região.

Há aproximadamente 20 mil milhas navegáveis nos rios da Amazônia. Aparece quase que solitária a atribuição da Marinha de fiscalizar aquelas águas; o sistema ferroviário é inexistente e o sistema de rodovias vive abandonado ou bloqueado pelos órgãos ambientais, como é o caso da rodovia Porto Velho-Manaus. Quando fui ministro da Ciência e Tecnologia e, depois, ministro da Defesa, tínhamos um projeto para usar os rios na construção de infovias fluviais, e chegamos a inaugurar um trecho experimental, mas isso tudo demandava dinheiro e os recursos eram poucos, quase inexistentes.

Os grandes fundos que vão para a Amazônia não se destinam a desenvolver a região, mas a bloquear seu desenvolvimento. Esse déficit na área de infraestrutura é uma das razões que dificultam o crescimento local. Quando não há infraestrutura, presença demográfica, economia, a região fica mergulhada no atraso. Os estados da região Norte não somam nem 5% do PIB brasileiro. Está ali a mais elevada taxa de mortalidade infantil, de doenças infecciosas, de analfabetismo, de abandono das populações, principalmente das mais pobres, e entre as mais pobres, o abandono das indígenas.

Dos três grandes troncos civilizatórios que formaram o Brasil, o indígena é o menos protegido. Os brancos, os mestiços e os negros, a partir das sociedades urbanas, buscaram seus espaços, suas reivindicações, enquanto os índios permaneceram nos ermos, relegados pela sociedade e pelo Estado, vivendo da assistência de grupos filantrópicos, mas também submetidos à manipulação interesseira de ONGs e governos estrangeiros.

Certa vez fui visitar uma aldeia yanomami perto da fronteira com a Venezuela na companhia do então coronel Eduardo Villas-Bôas, chefe da assessoria parlamentar do Exército no Congresso quando eu era presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e do comandante da Brigada de Infantaria de Selva de Boa Vista, o saudoso general Cláudio. Essa visita foi provocada por uma denúncia publicada pelo jornal norte-americano *The New York Times* a partir de fontes da sociedade brasileira, que sugeriram ao jornal a notícia de que estaria havendo abuso sexual, estupros e outras violências por parte dos soldados na região da Amazônia e na fronteira, e as vítimas seriam mulheres indígenas. Decidi responder ao artigo do jornal, mas depois de visitar alguns pelotões de fronteira na selva. As visitas comprovaram que mais de 90% dos integrantes dos pelotões eram índios que nas suas licenças, voltando às aldeias de origem, naturalmente tinham relações com mulheres índias. Ali não há mulheres alemãs, gaúchas ou argentinas. São mulheres das tribos. Esses soldados tinham relações com as índias segundo as tradições indígenas. Naturalmente, em razão de os militares receberem o

soldo, algumas dessas relações resultaram em ações judiciais, em demandas de reconhecimento de paternidade ou pensão, que foram transformadas, na judicialização, em denúncias de abusos, com as índias instruídas pelos militantes dessas ONGs a pedir reparações, vantagens financeiras e a reivindicar direitos que, antes, não eram considerados pela cultura ancestral.

Ao chegarmos em uma aldeia perto de um pelotão de fronteira nos deparamos com uma jovem representante de uma ONG que impediu a entrada do coronel e do general, concordando com a minha presença por ser deputado federal. Os dois militares aquiesceram, provavelmente tentando evitar um incidente. O estado da oca no seu interior era deplorável, com grande volume de fuligem produzida pelos inúmeros fogos acesos. As mais de uma dezena de famílias indígenas apresentavam evidente desnutrição dos adultos, velhos e crianças, muitos deles portadores de doenças infecciosas, segundo a própria moça da ONG.

A certa altura, perguntei por que não dotar a habitação de luz elétrica e água encanada, que poderiam ser trazidas do pelotão de fronteira, mas ela contestou, dizendo que tal medida alteraria a cultura dos índios.

Ao sair da oca, encontrei algumas crianças indígenas correndo atrás de uma bola e me movimentei para fazer companhia a elas, quando comentei com a jovem integrante da ONG: “Pelo menos o futebol é fator de integração, torcemos todos pela mesma seleção”, ao que ela contestou: “não, senhor! O senhor torce pela sua seleção e eles torcem pela seleção deles”. Voltei-me para o coronel e o general e partimos.

A Amazônia é um rosário de carências, o menor IDH do Brasil, e o maior índice de analfabetismo e de doenças infecciosas. É também a região mais ignorada e menos conhecida dos brasileiros.

A mídia do Sul e do Sudeste nem sabe localizá-la no mapa e quando publica matérias sobre os dramas da região busca sempre opinião de uma ONG que tem um escritório em São Paulo e uma sede na Europa ou nos Estados Unidos.

Em uma das operações conduzidas pelo Ministério da Defesa na selva percebi uma jovem tenente da Aeronáutica escovando os dentes de uma criança de quase 10 anos. Aproximei-me e perguntei à tenente se o menino já não tinha idade para escovar os próprios dentes e ela respondeu que ele nunca tinha visto uma escova de dentes na vida. Em outra ocasião, ao visitar um pelotão na fronteira com o Peru, recebi o prefeito do município com o pedido para manter a tenente médica do Exército por ser a única profissional a atender a população.

Certo dia descendo o rio Purus de canoa, vi um grupo de crianças saindo de uma pequena embarcação e perguntei ao piloto do que se tratava. Ele respondeu ser uma escola e então pedi para nos dirigirmos à margem do rio pois eu queria visitar o estabelecimento. Era uma casa simples, a aproximadamente 100 metros da margem do rio. Havia cartolinas pelas paredes com apontamentos didáticos indicando que ali ministrava um professor aplicado e orgulhoso de seu ofício. No chão, um colchão arrodado por tocos de velas. Perguntei ao professor do que se tratava e ele respondeu serem velas usadas para preparar as aulas à noite. A escola não tinha luz. Observei a ausência de

torneiras pela casa e comprovei a falta de água encanada na escola, mesmo a poucos metros de um dos rios mais caudalosos do mundo. O professor vivia ali e me disse que só ia à cidade uma vez por mês para receber o seu salário. Quando voltei a Brasília fui informado pelo MEC de que no Brasil havia milhares de escolas naquelas condições, a maioria delas na Amazônia. Nunca vi uma ONG ambientalista sequer citar a condição dessas crianças brasileiras. A vida delas para o neomalthusiano importa menos que a vida de uma árvore ou de um bicho da floresta.

A superação da Maldição de Tordesilhas pressupõe um grande esforço da sociedade brasileira, do Estado e da população, orientado pelas seguintes diretrizes:

- Afirmação da plena soberania nacional sobre a Amazônia brasileira, sem qualquer tipo de concessão ou de tutela por parte de potências hegemônicas ou organismos internacionais;
- Reconhecimento do direito das populações da Amazônia, indígenas, ribeirinhos, caboclos, agricultores e pecuaristas ao pleno desenvolvimento em suas atividades produtivas e de subsistência, com acesso a infraestrutura de transporte, comunicação, assistência técnica e serviços públicos de educação, saúde e segurança;
- Proteção do Estado às populações indígenas para preservar a cultura, tradições e hábitos e promover sua integração à sociedade nacional, segundo a doutrina

patriótica e humanista do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, amigo dos índios e do Brasil;

- Compromisso com a proteção da natureza, dos biomas amazônicos, das florestas, da biodiversidade, da fauna, da flora, com a repressão implacável aos crimes ambientais;
- Zoneamento socioeconômico e ecológico detalhado da Amazônia para orientar as ações de desenvolvimento combinadas com a elaboração de um inventário completo e periodicamente atualizado do patrimônio natural da região;
- Aproveitamento do saber acumulado pelas universidades e institutos federais da região, com destaque para o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) e o Museu Emílio Goeldi, do Pará, em cooperação com outras universidades brasileiras e institutos e universidades estrangeiras, desde que as pesquisas sejam voltadas para o desenvolvimento das forças produtivas locais e preservação do meio ambiente.

O Brasil deve ainda adotar medidas enérgicas e de grande visibilidade em matéria de defesa, para dissuadir crimes transfronteiriços, aventuras intervencionistas de qualquer natureza e para demonstrar o zelo do Estado pela Amazônia:

- Construção da Base Naval da Segunda Esquadra em local já escolhido pela Marinha junto ao porto de águas profundas

de Itaqui, Maranhão, e cuja transferência dos domínios do Exército para a Marinha foi iniciada em minha gestão no Ministério da Defesa. Além da Segunda Esquadra, o local deve também receber uma base de submarinos para vigiar o Atlântico, ao Norte do Brasil, mas principalmente as áreas adjacentes à entrada da Bacia Amazônica.

- Construção ou conversão de uma das bases aéreas (Boa Vista e Tiriós seriam boas alternativas) da Amazônia em base aeroespacial voltada para o Caribe e o Atlântico;
- Ampliação dos Pelotões Especiais de Fronteira e criação de Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPORs) em comunidades com grande presença indígena para promover oficiais índios nos quadros do Exército, que já conta com elevado número de praças dessa origem.
- Atenção especial ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e intensificação de operações ACISO (Ação Cívico Social), com a participação das Forças Armadas, das prefeituras, dos governos estaduais e das comunidades locais.
- Fortalecimento da presença da Marinha nas águas interiores da Amazônia em missão de vigilância e prevenção de crimes locais e transnacionais, sempre que possível em parceria com a Polícia Federal e as polícias civis e militares dos estados da região.

O interesse pela Amazônia é antigo tanto quanto a desconfiança de nossos estadistas em relação à cobiça estrangeira. O Marquês de Pombal, ministro forte, déspota esclarecido do rei Dom José, enviou o próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para governar o Pará. D. Pedro II em carta à amiga condessa de Barral manifestava contrariedade pela reivindicação dos Estados Unidos para a abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira. O imperador temia que esse processo levasse o Brasil ao mesmo destino da China, cujos portos estavam ocupados por potências estrangeiras.

Euclides da Cunha, Josué de Castro, Leandro Tocantins, Arthur Cesar Ferreira Reis e outros intelectuais patriotas escreveram páginas memoráveis sobre a Amazônia e seus desafios. Recentemente, o grande pesquisador brasileiro há pouco falecido, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, depois de se aposentar pelo Instituto Pasteur na França, instalou em Porto Velho, com apoio da Fiocruz e do governo de Rondônia, um centro de pesquisa voltado para o combate à malária, demonstrando que sempre houve no Brasil intelectuais e cientistas com profunda devoção ao interesse nacional.

O ano de 2020 inaugurou uma nova era em Wall Street, marcada pela presença da água na condição de uma das *commodities* negociadas na Bolsa de Valores. Água e floresta, floresta e água, perdição ou salvação da Amazônia e do Brasil. 350 mil quilômetros quadrados de água doce na estação de cheia e mais de 200 mil metros cúbicos de vazão de água doce por segundo, correspondendo a 20% da vazão de todos os rios do mundo. Isso é a Amazônia, isso é Brasil.

CAPÍTULO 9

QUINTO MOVIMENTO

As Forças Armadas como parte da reconstrução do Brasil





No final de 2015 acompanhei a presidente Dilma Rousseff em viagem à Suécia e à Finlândia na condição de ministro da Defesa e a missão tinha como objetivo ampliar a cooperação científica, tecnológica e militar com a Suécia, país com o qual mantínhamos um ambicioso projeto de fabricação do caça binacional Gripen. A viagem foi estendida à Finlândia, que demonstrara algum interesse na aquisição dos caças binacionais e na fabricação de lanchas-patrolhas para as marinhas finlandesa e brasileira.

Na saudação aos meus anfitriões elogiei a tradição militar e a bravura do soldado finlandês, recordando o episódio da guerra russo-finlandesa de 1940, quando o Exército da Finlândia, sob o comando do general Gustaf Mannerheim, bateu-se com bravura contra o poderoso Exército Vermelho. Notei que a reunião acontecia em uma sala simples, austera, com uma mesa rústica de madeira, relativamente pequena, e toda riscada, a demonstrar que em algum momento fora bastante usada. Ao agradecer minha referência elogiosa ao soldado de seu país e ao seu comandante, o ministro finlandês disse: “Ministro, todas as operações da resistência foram traçadas pelo general Mannerheim nesta mesa, em torno da qual estamos reunidos”. Ao preservar aquela mesa, a Finlândia venerava um momento singular da sua história, da sua memória, dos seus heróis. A mesa rústica era parte do

orgulho nacional finlandês e a presença dela na sala principal do Ministério da Defesa era mais do que o testemunho do passado, era o chamamento presente, ao dever dos responsáveis pela defesa do país.

Assim são as Forças Armadas em todo o mundo, cultuadas, reverenciadas como instituições construtoras da emancipação nacional na guerra e na paz. Estados Unidos, China, Rússia, França, Vietnã dedicam generosos orçamentos para a defesa e estimulam entre a população o respeito e a gratidão por suas organizações em armas.

No Brasil, as Forças Armadas acumulam uma dupla missão: defender e construir o País. A defesa como atividade fim, e a construção como ação subsidiária nas lacunas e deficiências do Estado nacional.

O Exército brasileiro, em decreto assinado pelo presidente Itamar Franco e pelo ministro do Exército Zenildo Zoroastro de Lucena, firmou a data de sua fundação no longínquo 19 de abril de 1648, nos campos dos Guararapes, em Pernambuco, quando um exército de índios, negros, mestiços e brancos derrotou as tropas holandesas selando o fim da ocupação batava no Nordeste do Brasil. Os comandantes desta batalha, o negro Henrique Dias, o índio Poti Filipe Camarão e os mestiços André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira foram desde então considerados fundadores do Exército Brasileiro.

A Guerra da Independência deu ao Exército e à Marinha o batismo de fogo e a estreia de dois futuros heróis, o jovem tenente Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, comandante na Guerra do Paraguai e patrono do Exército, e

o voluntário Joaquim Marques Lisboa, depois Marquês de Tamandaré, herói do Paraguai e comandante da Marinha.

A Regência encontrou o Brasil mergulhado na anomalia de ser uma monarquia sem monarca e um império sem imperador. Campeava a anarquia e quatro guerras civis simultâneas, aqui referidas no capítulo 4, ameaçavam a unidade do País e a integridade do território: a Farroupilha no Rio Grande do Sul, a Sabinada na Bahia, a Balaiada no Maranhão e a Cabanagem no Pará. O regente Feijó, duro e austero, comunicou ao Parlamento que o País era ingovernável e renunciou. Apenas duas instituições estavam acima das aspirações dos caudilhos e dos regionalismos radicalizados: o Exército e a Marinha, portadoras por vocação e por natureza da única consciência nacional capaz de refrear o ânimo incendiário dos interesses locais e impor pela força a razão nacional. Até que a maioria conferida ao jovem imperador restabelecesse a referência da autoridade e da unidade do País.

A Guerra do Paraguai foi a declaração de maioria das Forças Armadas, senhoras do triunfo nos rios e nos campos de batalhas: Tuiutí, Riachuelo, Passagem de Humaitá, Lomas Valentinas, Avaí e Itororó cobriram de prestígio e glória os soldados e seus comandantes.

A convivência entre soldados e oficiais no acampamento e no convés do navio selou o companheirismo e a cumplicidade dos combatentes em torno das causas da Abolição e da República. A tropa retornou dos campos paraguaios abolicionista e republicana e foi força decisiva para decretar a libertação dos escravos e o fim da Monarquia no Brasil.

O marechal Deodoro, presidente do Clube Militar, anunciou a sentença de morte da escravidão quando declarou que o Exército não mais cumpriria o papel de capitão do mato na busca dos escravos fugidos. No episódio da República, seu prestígio foi suficiente para desencorajar qualquer reação a uma República que destronou uma Monarquia desgastada, mas com um imperador dotado de simpatia e respeito da população.

Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto governaram por um período muito breve e no caso de Floriano, acossado por uma rebelião no Rio Grande do Sul liderada por caudilhos gaúchos e mercenários uruguaiois, e outra no Rio de Janeiro, conduzida por oficiais da Marinha simpatizantes da Monarquia ou insatisfeitos com os rumos da República.

O protagonismo militar na política prolongou-se pela Revolta dos Tenentes; conheceu um momento decisivo na Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas e Góes Monteiro, na deposição do mesmo Vargas em 1945, e depois no suicídio dele em 1954, no Golpe Militar de 1964, e desde então sofre um declínio importante em matéria de intervencionismo em assuntos institucionais. Capítulo decisivo foi a participação do Brasil na Segunda Grande Guerra, assunto abordado no capítulo 5 deste livro.

Mas a presença das Forças Armadas é edificante nas realizações ligadas à ciência, à tecnologia e às obras de caráter social. O almirante Álvaro Alberto criou o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e o Programa Nuclear Brasileiro. Seu pioneirismo deu à Marinha a primazia na condução do Programa

Nuclear Paralelo e na fabricação da centrífuga que permitiu ao Brasil autonomia no enriquecimento de urânio.

O brigadeiro Casimiro Montenegro Filho concebeu o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que está na origem da indústria aeronáutica nacional e do Programa Espacial Brasileiro.

Quando a seca assola o sertão, a Operação Pipa, comandada pelo Exército, assegura a chegada da água aos sertanejos. Na Amazônia muitas vezes é o socorro solitário do soldado a única esperança do índio e do ribeirinho doente.

Política de defesa é a composição de dois elementos: escolha e destino. Por escolha, as políticas traçadas pelos governos e pelos caminhos determinados pelas próprias instituições armadas; por destino, a geografia, a população, a economia e as imposições incontornáveis da geopolítica.

A escassez de recursos limita a capacidade operacional e a manutenção das nossas Forças Armadas no estado da arte das organizações correlatas em todo o mundo.

Quando ocupei o Ministério da Defesa, houve um momento em que no comando da Força Naval de Paz da ONU no Líbano (UNIFIL) a Marinha não dispôs de uma fragata para substituir a que estava na missão (passavam todas por manutenção ou reparo), o que nos obrigou a enviar uma corveta. Em audiência com a presidente Dilma e os comandantes militares, observei que o Brasil caminhava para a situação de uma Marinha sem esquadra, e sugeri a retomada do projeto da própria Marinha de construção das quatro corvetas classe Tamandaré. A presidente autorizou o reinício da tramitação do projeto e ainda no

Ministério recebi o ministro das Relações Exteriores da Itália, país considerado pela Marinha parceiro ideal na revisão do projeto e na construção das quatro embarcações.

No Ministério da Defesa, propus ao Congresso a elaboração de uma Emenda à Constituição fixando o mínimo de 2% para o orçamento da Defesa e junto à presidente Dilma Rousseff defendi uma nova repartição do Fundo do Pré-Sal para contemplar os investimentos em defesa nacional. A relação orçamento de defesa/PIB apontava a posição brasileira abaixo da média mundial e sul-americana.

Como escrito nos documentos oficiais do Ministério da Defesa (Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa), a defesa nacional resulta do desenvolvimento nacional e serve ao desenvolvimento nacional, assim como a tecnologia de defesa e a indústria nacional de defesa pressupõem a existência da tecnologia nacional e da indústria nacional.

É conhecida a prática adotada pelos países detentores de tecnologias sensíveis na área de defesa de proibir a sua transferência para terceiros em qualquer circunstância. O Brasil só dominou o enriquecimento do urânio quando qualificou cientistas civis e oficiais da Marinha para o seu Programa Nuclear Paralelo. A autonomia nacional em matéria de defesa só é possível com a correspondente autonomia em ciência, em tecnologia e capacidade industrial.

Como fatores de dissuasão em matéria de defesa, o Brasil precisa aperfeiçoar permanentemente o seu Programa Nuclear e retomar a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), cujo objetivo é levar ao espaço um satélite construído no

Brasil, lançado de um foguete fabricado no Brasil e de uma base de lançamentos localizada também no Brasil.

As Forças Armadas elegem como principais itens de seus projetos estratégicos:

- Na Força Aérea, o Projeto F-X2, dos caças Gripen NG, o Cargueiro Militar KC-390 (já em operação) e o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE).
- Na Marinha, o reaparelhamento da Esquadra, com a construção das Corvetas Classe Tamandaré e do Navio-Aeródromo, e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) convencionais e de propulsão nuclear.
- No Exército, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), o Projeto Guarani (blindado) e o Projeto de Defesa Cibernética.

No capítulo sobre a Amazônia, apontamos um conjunto de providências na área de defesa voltadas especificamente para a região.

O Brasil desfruta de enorme prestígio internacional decorrente da tradição pacífica do País, da vocação de nossa diplomacia para a mediação dos conflitos em um mundo pleno de confrontos, pela qualidade humana do nosso soldado, provada nos campos da Itália na Segunda Guerra e em quantas missões de paz da ONU fomos convocados a realizar.

O Brasil deve proteger esse patrimônio, essa vocação pacífica, essa diplomacia voltada para a mediação, e a melhor forma de fazer isso é contar com forças armadas adestradas e equipadas para defender a soberania da Pátria diante de um mundo carregado de horizontes sombrios e ameaçadores.

As Forças Armadas têm a atribuição de aprofundar seus laços com a Nação como um todo, com sua história, sua memória e identidade, desviando-se das armadilhas ideológicas e políticas que dividem a população e o País. Vincular-se com a centralidade da Questão Nacional é seu destino, e se há uma reforma curricular a ser promovida nas suas instituições de ensino não é para introduzir o contrabando da agenda identitária infelizmente já infiltrada em nossas escolas públicas e privadas, mas ao contrário, é para valorizar o estudo da história e dos intérpretes da formação social brasileira. Um oficial superior das Forças Armadas tem a obrigação de conhecer a obra de Gilberto Freyre e Euclides da Cunha, por exemplo, sem os quais é impossível compreender verdadeira e profundamente o Brasil.

CAPÍTULO 10

QUINTO MOVIMENTO

Ciência, Tecnologia e Inovação





O domínio da ciência, da tecnologia e da inovação foram cruciais para determinar que países predominariam e quais ocupariam um papel subordinado na divisão do trabalho em escala mundial. A hegemonia econômica e militar está cada vez mais relacionada com a capacidade científica e tecnológica de cada nação.

Apoiado nas tecnologias disponíveis para a navegação, Portugal, um pequeno país europeu, na passagem do século XV para o XVI, conduzido por navegadores intrépidos, transformou-se em um poderoso império colonial usando a bússola, o astrolábio, a vela triangular e a caravela. A Escola de Sagres reunia as condições de uma escola formal e de um estaleiro onde se acumulou o conhecimento necessário para a aventura das grandes navegações.

A máquina a vapor foi invenção de um filósofo e matemático grego, Heron de Alexandria, a partir do uso da pressão resultante da água aquecida para produzir energia mecânica. A criação ficou esquecida durante séculos até que técnicos ingleses adaptaram o princípio para movimentar teares na indústria têxtil britânica, obtendo com isso a elevação exponencial da produtividade das fábricas do país. O passo seguinte foi sua adoção para movimentar as locomotivas para transportar mercadorias e passageiros em larga escala, os navios a vapor singrando os mares em velocidade muito superior à

dos barcos a vela, e principalmente as canhoneiras a vapor, que passaram a ditar a *Pax Britannica* e o controle da Marinha Real sobre os mares do mundo.

Em 1793 o rei George III despachou Lord Macartney e uma numerosa delegação à China com a intenção de abrir o mercado oriental às novidades da indústria britânica. O imperador Qianlong ofereceu medidas e banquetes aos emissários britânicos, mas desconheceu qualquer oferta de comércio e sequer aquiesceu ao pedido britânico de abertura de uma embaixada no país.

Os britânicos enviaram outras delegações até que resolveram abrir os portos chineses com suas canhoneiras a vapor. Para encurtar a história, a China foi ocupada por várias potências ocidentais e Hong Kong só foi devolvida pelos ingleses em 1997. A máquina a vapor deu ao império britânico 150 anos de domínio sobre o mundo.

A transformação da matéria em energia era um desafio que mobilizava a ciência no princípio do século XX, quando o físico alemão Albert Einstein revelou a equação $E=mc^2$ (energia é igual a massa vezes a velocidade da luz ao quadrado), capaz de transformar uma pequena quantidade de matéria em uma enorme quantidade de energia. A descoberta de Einstein gerou tecnologias para fins pacíficos, inclusive medicinais, mas o uso mais importante, mais conhecido, mais duradouro e mais terrível da equação de Einstein foram as bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki ao final da Segunda Guerra Mundial. O domínio do átomo e o seu uso militar permitem aos Estados

Unidos a manutenção de uma base nuclear no arquipélago japonês até os dias de hoje.

Atualmente, Estados Unidos e China escalam uma disputa geopolítica mundial carregada de fortes acusações de parte a parte envolvendo a tecnologia 5G, capaz de transportar dados em velocidade superior às gerações anteriores, com impacto na produtividade da indústria e dos serviços e nas atividades de inteligência.

O Brasil deve muito de seu desenvolvimento ao espírito científico e inovador de seus filhos nas diversas áreas do conhecimento e do empreendedorismo. Foram inovadoras pioneiras nossas populações indígenas no uso de plantas nativas para o tratamento de padecimentos diversos como registra o historiador Jorge Caldeira no livro *História da Riqueza no Brasil*. Foram inovadores os bandeirantes, dilatadores de fronteiras, revogando as convenções e os tratados da época. Empreendedores foram Mauá, empresário no Império, Delmiro Gouveia no sertão de Alagoas, Roberto Simonsen e José Ermírio de Moraes na indústria, Celso Garcia Cid na pecuária, Alysso Paulinelli, criador da Embrapa, e Johanna Dobereiner ao descobrir a fixação biológica do nitrogênio das plantas.

Foram inovadores nas ciências da saúde Osvaldo Cruz, Carlos Chagas, Vital Brasil, Nise da Silveira, Rocha Lima, Sérgio Ferreira e Samuel Pessoa. Pioneiros e inovadores em física e química aplicadas ao desenvolvimento foram Alberto da Mota e Silva, Cassimiro Montenegro, Cesar Lattes, Mario Schenberg, José Leite Lopes, Othon Pinheiro, Rex Nazaré e Rogério César de Cerqueira Leite. Nas ciências sociais, Oliveira

Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Anísio Teixeira, Arthur Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Darcy Ribeiro e tantos outros que descortinaram interpretações críticas, mas otimistas da formação social brasileira.

Quando assumi o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, convidei a professora Mariana Mazzucato, autora do instigante livro *O Estado Empreendedor*, a que me referi no



ELIFAS ANDREATO

capítulo 6, e autoridade em economia da inovação, para oferecer uma apreciação sobre a rede de pesquisa formada pelos institutos do País e pelas universidades. Ela observou que o Brasil possui uma sofisticada estrutura de ciência e pesquisa, tem institutos e universidades de bom nível e apontou defeitos passíveis de correção, como a necessidade de renovação dos quadros de pesquisadores e a aproximação da ciência e da pesquisa produzidas pelo Estado com as demandas do setor produtivo via as encomendas promotoras de inovação voltada para o desenvolvimento.

Ainda no MCTI, descobri ser dos raros ministérios sem qualquer recurso proveniente de órgãos internacionais de fomento. Viajei a Washington e acertei com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno, o empréstimo de 2 bilhões de dólares para o MCTI. Posteriormente, o Ministério do Planejamento autorizou o empréstimo de 1,4 bilhão de dólares do BID para a pesquisa no Brasil.

Outra surpresa na minha passagem pelo MCTI foi não encontrar ali nenhuma obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como se fosse possível crescer sem ciência, tecnologia e inovação. Levei à presidente Dilma a proposta de incluir no PAC o Sirius Acelerador de Partículas de Luz Síncronon, de Campinas, São Paulo, e o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) para a produção de radioisótopos e radiofármacos, em Iperó, São Paulo. As duas sugestões foram acolhidas pela presidente. Em 2018, o presidente Michel Temer lançou a pedra fundamental do reator no Centro

Experimental de Aramar, e em 2020 o presidente Jair Bolsonaro inaugurou a primeira etapa do novo Acelerador de Partículas.

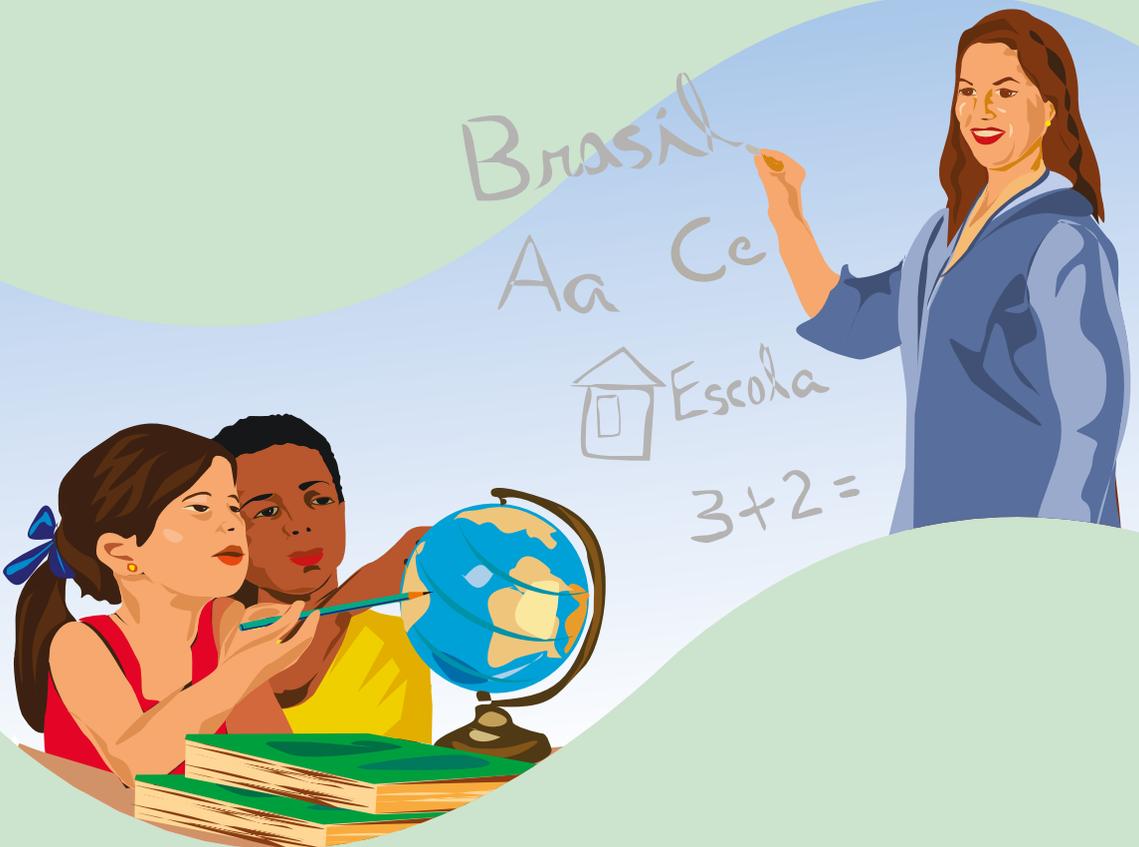
Na partilha dos recursos do Fundo do Pré-Sal, 75% foram para a Educação, 25% para a Saúde e zero para a Ciência, Tecnologia, Inovação e Defesa. Em audiência com a presidente Dilma, observei que Educação e Saúde se faziam com ciência e pesquisa, e eram atividades relacionadas com a Defesa e que, portanto, a partilha dos recursos do Pré-Sal deveria ser feita levando em conta a proposta por mim apresentada. A presidente Dilma me autorizou a redigir uma proposta de novo decreto para a partilha dos recursos, mas em seguida o governo dela terminou.

Ainda assim tentei convencer o governo a elevar o orçamento do MCTI para o mínimo de 2% do PIB, já que ciência e pesquisa são atividades intensivas em recursos humanos qualificados, equipamentos de última geração e custeio elevado para a produção do conhecimento.

CAPÍTULO 11

QUINTO MOVIMENTO

A educação





A catequese dos jesuítas converteu-se na primeira ação educacional de grande alcance no início da colonização. Os padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, sob a proteção do cacique Tibiriçá, fundaram uma escola para crianças indígenas em São Paulo de Piratininga e Anchieta escreveu a primeira gramática em língua Tupi e sacramentou a adoção da língua do colonizado em substituição ao idioma do colonizador.

Às populações indígenas que aqui habitavam reuniram-se aventureiros e renegados brancos europeus, e depois os africanos trazidos como escravos para construir uma etnia nova e uma civilização inédita, mestiça, em constante busca de identidade, de direitos e de futuro.

A mobilidade social permitida na sociedade é a exata medida do seu caráter democrático. E a qualidade da educação oferecida aos cidadãos é um instrumento que permitirá a maior ou menor mobilidade entre eles.

É de se destacar o esforço recente de diversos governos em prover o Estado de instrumentos de valorização da educação. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) no governo Fernando Henrique Cardoso foi seguido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) ampliado para alcançar o ensino médio no segundo governo Lula.

O que choca é confrontar esse esforço com o desempenho decepcionante do Brasil em exames como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), sob responsabilidade da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Entre 79 países avaliados, o Brasil ficou sempre abaixo da 50^a e mesmo da 60^a posição, atrás de países devastados pela guerra como o Vietnã e de nações com o dever de educar centenas de milhões de estudantes como a China. Nas três disciplinas avaliadas, leitura, matemática e ciências, os resultados nos descrevem como uma tragédia educacional.

É evidente que há fatores além dos recursos destinados à educação e das escolhas pedagógicas para explicar nosso fracasso. Quais seriam?

A redemocratização do País trouxe enormes benefícios para a sociedade brasileira, mas falta sensibilidade e coragem para reconhecer e abordar os efeitos colaterais indesejáveis da incompreensão do que seja verdadeiramente uma democracia.

Liberais conservadores e progressistas que lideraram o processo de redemocratização confundiram três categorias históricas e jurídicas: governo, Estado e Nação, e na confusão, ao prevenir a sociedade contra fenômenos autoritários como o Regime Militar, terminaram por fragilizar o próprio Estado nacional e golpear a ideia e o conceito de Nação, por associarem equivocadamente Estado e Nação a governo militar.

A confusão produziu um paradoxo: ampliou as responsabilidades do Estado na dotação de recursos para a educação, mas reduziu suas atribuições na formulação do conteúdo e dos currículos da aprendizagem, que passou a flutuar ao

sabor das pressões dos mais diferentes interesses de corporações quase sempre alheias ao interesse nacional.

Hierarquia e disciplina, princípios fundamentais em qualquer atividade de ensino e aprendizagem, por associação com o militarismo, foram praticamente banidos das instituições educacionais, com as exceções de sempre. Professoras e professores, de sacerdotes encarregados da missão da transmissão do conhecimento, cultuados pela sociedade, pelo Estado, pela família e pelos alunos, acabaram despojados do elevado conceito social de que desfrutavam.

Em resumo, educar uma criança para a vida e para o futuro passou a não ter distinção nenhuma de trocar um curativo num posto de saúde ou organizar o trânsito nas ruas da cidade. A questão aqui é que toda prestação de serviços públicos pode admitir falhas passíveis de correção, mas um curativo mal feito pode ser trocado por outro sem maiores problemas, enquanto um ensino fundamental defeituoso marcará a vida do aluno definitivamente.

A educação já não é mais a geradora de promessa de futuro, a esperança mobilizadora e disciplinadora das energias de mães, de pais e das próprias crianças, a causa que justificava sacrifícios e renúncias para ser alcançada. Não, a educação tratada como um serviço a mais ofertado pelo Estado conformou-se finalmente como direito de todos e obrigação de ninguém.

As eleições diretas para escolha de dirigentes nos três níveis de ensino despiram-se da preocupação e do conteúdo coletivo e nacional para assumir a dimensão de disputas de plataformas sindicais, com as honrosas exceções de sempre.

O orçamento compatível com a função social da educação e as condições adequadas para o exercício pleno do magistério são providências que o Estado e a sociedade devem tomar para a alteração da tragédia educacional que testemunhamos.

O Estado nacional precisa ser o protagonista central da educação, o responsável por orientar seu conteúdo em benefício do interesse geral, sem fragmentá-lo em concessões a interesses localizados, corporativos ou da agenda identitária.

A educação crítica deve ser também patriótica e cabe à escola estimular o saudável orgulho nacional nas crianças, fortalecendo os laços de pertencimento e de solidariedade da comunidade pelo ensino da história e comunhão dos símbolos e valores nacionais.

Por fim, restituída ao seu papel grandioso, a escola será a plataforma de promoção social de todos os brasileiros, independentemente de sua origem de classe, a promessa de democracia profunda e duradoura.

Em educação, o Brasil deve inspirar-se no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de Anísio Teixeira e o grupo de educadores que viam na igualdade entre os homens e no direito de todos ao ensino público, livre e aberto o caminho de afirmação da Nação e de combate às desigualdades sociais. Nada mais atual.

CAPÍTULO 12

QUINTO MOVIMENTO

A democracia e seus desafios





O Brasil nasceu democrático. Pode-se afirmar, sem o receio da ingenuidade, essa verdade histórica confirmada pelos fatos. Os primeiros vagidos da organização social do País foram a licença popular para o controle do Estado e a necessidade de legitimidade dos governos e do poder. A primeira instituição a funcionar na recém-instalada colônia da Terra de Santa Cruz foi uma Câmara de Vereadores, um Parlamento eleito de onde emanava a legitimidade do poder e a autoridade conferida a um grupo de pessoas que hoje seriam chamadas de cidadãos. A Câmara de Vereadores de São Vicente, na Baixada Santista, hoje estado de São Paulo, foi a primeira Casa legislativa das Américas instituída oficialmente em 1532.

Nessa época, Portugal, a potência metropolitana, assim como o restante da Europa, vivia sob o tacão das monarquias absolutistas, controladas por laços de sangue e aristocracias econômicas. A outra ponta do relacionamento da colônia sul-americana, as nações asiáticas alcançadas pelas caravelas dos navegadores que se abasteciam por aqui para a grande travessia rumo ao Oceano Índico, eram regimes autocráticos milenarmente estratificados no Oriente.

Os primeiros habitantes europeus que se fixaram no Brasil, muitos deles cristãos novos, judeus convertidos ao cristianismo para escapar das fogueiras da Inquisição, constantemente

ameaçados por navegadores sem bandeira dedicados à pilhagem, os ditos piratas, que infestavam o litoral brasileiro, foram relegados ao abandono pela metrópole e criaram suas próprias instituições para sobreviver naquela situação precária.

Enquanto nos territórios hispânicos eram instalados governos militares, como o de Francisco Pizarro no Peru e Hernán Cortez no México, no Brasil os degredados e os mamelucos, estes já filhos dos europeus com as índias nativas, procuravam se organizar como podiam.

As câmaras de vereadores foram o verdadeiro poder colonial responsável pela administração civil, da Justiça, e até da defesa. A metrópole intervinha, quase sempre brutalmente, somente em casos esporádicos ou para cobrar tributos.

Estas câmaras funcionavam muitas vezes com vereadores analfabetos, mas eram um poder de fato, por elas passaram a aprovação da Independência, a Abolição e a República, oficialmente proclamada pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Quando se observa hoje o panorama institucional, é difícil uma leitura otimista do modelo criado pelos britânicos e que se implantou com sucesso nos Estados Unidos e na Europa ocidental e ficou conhecido pelo nome genérico de democracia.

Apoiada no sucesso do casamento da liberdade econômica com as liberdades políticas, a democracia prosperou em sociedades que combinaram a criação de riqueza com uma relativa equidade na sua distribuição. Acontece que o sistema cessou de distribuir riqueza e de crescer, passando a carrear o fruto do trabalho comum para as mãos de poucas pessoas, usando

mecanismos de um sofisticado sistema financeiro para transferir e concentrar renda.

Em comemoração aos seus 175 anos de vida, a influente revista inglesa *The Economist* publicou, em 2018, um corajoso ensaio de balanço do liberalismo, do qual é porta-voz desde o número zero, com críticas às deformidades do sistema e traçando um panorama sombrio para o futuro das democracias. O editorial da revista acusava o liberalismo de ter se convertido em um modelo que só produzia decepção e mágoa para a maioria das pessoas.

Ensaístas e acadêmicos ocupam-se cada vez mais em examinar as causas da crise das democracias e todos apontam a concentração de riquezas e o fim da esperança como dois traços comuns da perda de prestígio do ideal liberal. A crise do modelo liberal de democracia vem acompanhada do questionamento de suas instituições centenárias: o Parlamento, os partidos políticos e a liberdade de imprensa.

O filósofo alemão Hegel, em seu livro *Filosofia da História*, cita uma conversa entre o poeta alemão Goethe e o imperador francês Napoleão Bonaparte sobre a natureza da tragédia, na qual Napoleão afirmou: “A nova tragédia se diferencia essencialmente da antiga pelo fato de hoje não existir mais o destino ao qual os homens estariam sujeitos e que no lugar dele teria surgido a política”. O que há de atual na conversa do início do século XIX entre Hegel e Napoleão? A relação entre tragédia, destino e política.

Na antiguidade a tragédia e o destino eram atribuições dos deuses que foram subtraídas pela política. Com a política

a vontade dos deuses e de seus oráculos foi substituída pela vontade dos homens, que passaram a ser responsáveis pelo próprio destino e, portanto, pela própria tragédia.

Na antiguidade os deuses podiam iludir os homens como conta o historiador Heródoto no seu livro *História* o caso do rei da Lídia, Creso, que preparou uma guerra contra a Pérsia e consultou os oráculos de Delfos sobre o seu destino na empreitada militar e recebeu como resposta que um grande império desapareceria ao final da guerra. Creso foi derrotado por Ciro e perdeu o reino. Ao cobrar dos deuses a sentença dada, recebeu como resposta que de fato um império iria desaparecer, mas não disseram qual.

Hoje há novos deuses da modernidade, iludindo os homens da mesma forma e pretendendo afastar da política o domínio do destino humano: são as corporações públicas e privadas, o Judiciário, o Ministério Público, a mídia, as instituições financeiras. As corporações apontam os vícios da política, a corrupção, a manipulação eleitoral e o despreparo dos políticos e exibem a meritocracia do concurso e do êxito financeiro como trunfos capazes de corrigir qualquer morbidez das instituições. Acontece que as corporações não dispõem dos mecanismos das instituições políticas nem de sua pluralidade para debater, absorver os conflitos e mediar as decisões, além de não serem fiscalizadas nem submetidas ao rigoroso escrutínio do voto popular. São instituições profundamente narcisistas e autocentradas, com baixa noção do interesse público e do interesse nacional, voltadas, com honrosas exceções, para ampliar poderes e se multiplicar.

Outra tragédia da vida democrática nacional é o rompimento do equilíbrio entre os poderes. Quando liberais conservadores e progressistas selaram o pacto constitucional de 1988, o Brasil recém tinha saído de um regime militar e o antídoto encontrado por essa aliança liberal foi o empoderamento de corporações civis como uma espécie de vacina contra a poderosa corporação militar. Após a Constituinte, com os militares recolhidos às suas funções profissionais, testemunhamos o processo de judicialização da política, e por consequência a politização do Judiciário. Sempre que a oposição perdia uma votação em uma casa legislativa recorria ao Judiciário, muitas vezes em parceria com a imprensa e com o Ministério Público.

Um parlamentar de oposição, um jornalista e um integrante do Ministério Público formaram a tríade que organizou a oposição no Brasil, fosse qual fosse a orientação política e ideológica do governo do dia. É verdade que essa associação denunciou irregularidades graves dos governos e dos governantes, mas criou uma espécie de indústria da denúncia, e ao não separar as instituições de seus ocupantes terminou por gerar o desgaste da própria democracia, em vez de depurá-la e fortalecê-la.

A Questão Nacional foi quase descartada da atuação do Judiciário. A operação Lava Jato, se serviu para punir corruptos, destruiu empresas nacionais, engenharia nacional, patrimônio nacional e acobertou manipulação para favorecer objetivos políticos e ideológicos. O Supremo Tribunal Federal (STF) desperdiça a inteligência e o conhecimento de seus ilustres integrantes em torno de uma agenda universal, como se fosse a suprema corte do mundo, das causas gerais, invariavelmente ligadas aos costumes

e ao comportamento, e não o tribunal constitucional da Nação brasileira, instituído pelo Estado nacional para cuidar em primeiro lugar e acima de tudo dos problemas e dos dilemas do Brasil.

Não tem sido fácil a construção da vida democrática no Brasil. Dois presidentes destituídos (Collor e Dilma) dos cinco últimos eleitos, ameaças aos demais poderes por parte do atual chefe do Poder Executivo, visível perda de prestígio das instituições democráticas, produzindo frequentes tumultos na vida política nacional. Poderia ser diferente? Não creio. As desordens apenas revelam os conflitos naturais na democracia de um País marcado por desigualdades, desajustes e desequilíbrios em busca de soluções e alternativas. Aliás, a turbulência é antes a prova de que a democracia existe e funciona do que apenas ameaça à sua existência. O fator de risco à democracia é a sua superficialidade e a incapacidade de corrigir as desigualdades ou absorver os choques produzidos por elas.

A propósito, em magistral conferência lida na Sociedade dos Amigos da América, no Rio de Janeiro, em 1947, a inteligência superior de Gilberto Freyre foi capaz de perceber as fragilidades da democracia em sua *alma mater*, os Estados Unidos da América. A começar pelo título da conferência, *O Camarada Whitman*, quase uma provocação, às vésperas da Guerra Fria, homenageando o poeta transgressor. Nas palavras de Freyre, “se lhe faltava essa virilidade ou essa capacidade de resistir às fúrias dos inimigos, é que a democracia não merecia sobreviver”. Para Whitman, ainda segundo Freyre, a antidemocracia não era só a monarquia absoluta, mas também a plutocracia poderosa, o capitalismo industrial com seus novos reis ou

barões instalados no alto de bancos e de empresas privilegiadas. Nada mais verdadeiro, nada mais contemporâneo. Freyre ironizou a democracia americana como uma espécie de democracia carnavalesca, reduzida a três dias de festejos eleitorais e nada mais. Como Santo Antônio falando aos peixes e o Padre Vieira aos fiéis do Maranhão nos idos de 1600, Gilberto Freyre falou sobre democracia ao Brasil e aos brasileiros na exaltação do grande poeta norte-americano do século XIX.

A democracia brasileira não haverá de ser cópia de modelos prontos, importados de civilizações pretensamente superiores por serem mais ricas e mais antigas. Nossa democracia é vocacionada para combinar forças heterogêneas, em coalizões amplas que façam as transições e as rupturas que fizemos na expulsão dos holandeses, na Independência, na Abolição, na República e na Revolução de 1930. As forças são heterogêneas porque o País é heterogêneo, desigual, desajustado, desequilibrado, e reivindica composições políticas, sociais, ideológicas, aptas a reunir as energias necessárias para romper as cadeias do atraso. Atraso econômico, atraso social, atraso científico, atraso tecnológico, atrasos que amarram a criatividade e o progresso da Nação.

O Brasil não corrigirá as deficiências de sua democracia fiado no messianismo de corporações imaturas e adolescentes. A democracia no Brasil não será forte em um País frágil econômica e socialmente. O Brasil precisa de uma economia forte em uma Nação socialmente equilibrada para que o povo também seja forte. E aprendendo a lição do poeta segundo a qual “rei fraco faz fraca a forte gente”, o Brasil exige um governo forte. Democrático, mas forte, para conduzir o País rumo ao futuro.



O Brasil nasceu no cenário internacional como uma grande potência ao ganhar uma cadeira no Congresso de Viena, em 1815, como interlocutor dos países vencedores da guerra contra Napoleão Bonaparte. Ali seis reis europeus redividiam o mundo.

Na sua estreia diplomática, o processo político de criação do Reino do Brasil devolveu a Portugal seu lugar na Europa antes do desmonte político e territorial produzido pelos franceses, entre 1806 e 1815. Foi o território brasileiro, com seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados, e a economia da Colônia globalizada, com mercados na África, Ásia e Oceania e, principalmente, pelo trono de um dos mais resistentes absolutismos europeus no Rio de Janeiro, que permitiram ao esfarrapado Portugal sentar-se à mesa ao lado da Áustria, da Prússia e da Rússia para compor a Santa Aliança (tendo a Inglaterra vitoriosa como observadora e a França dos Bourbon restaurada na condição de interlocutora, mas nenhuma das duas com *status* de delegadas), enquanto países ricos e poderosos, como Espanha, Itália, nórdicos e centrais ficaram na antessala sem direito de participar das reuniões.

Ali, sem as cartas de seus pares, o Brasil deu seus primeiros e cautelosos passos na diplomacia mundial, no papel de algodão entre os cristais, pois somente um delegado com o perfil do representante português poderia operar a composição

entre aqueles orgulhosos monarcas que voltavam humilhados a seus tronos. Essa é a posição até hoje desempenhada pelo Brasil na comunidade internacional.

Portugal, a nação-mãe, estava em frangalhos, mas a participação de seu Exército e Marinha foi decisiva para a derrota do imperador francês no front ibérico, e um forte contingente lusitano combateu em Waterloo, onde o corso sofreu sua última derrota antes de ser preso e exilado na solitária ilha de Santa Helena, antiga possessão portuguesa no meio do Oceano Atlântico sul.

Numa engenhosa negociação, criou-se um conceito depois espalhado pelo mundo colonial da segunda leva do imperialismo europeu: as comunidades de nações autônomas sob o comando de uma metrópole mãe. O Reino de Portugal, Brasil e Algarves, formado por estados independentes, reconhecidos pela comunidade internacional, mas associados política e economicamente, foi o modelo para, já no século XX, no desmonte dos grandes impérios coloniais, constituírem-se o *Commonwealth* britânico, a *Communauté française*, a Zona de Prosperidade Asiática dos japoneses (depois da guerra cognominados Tigres Asiáticos) e outros sistemas semelhantes liderados por Itália, Holanda, Bélgica, Alemanha, que foram se desfazendo sob os embates da Guerra Fria e da desagregação política desses estados precariamente criados na África e na Ásia (sobrevivem Canadá, Austrália e Nova Zelândia). O Brasil esteve na gestação desse sistema, até se separar do Reino Unido e se converter de país europeu agregado em ator sul-americano e, depois, pan-americano.

Esse legado o Brasil independente manteve, tanto na Monarquia quanto no período republicano. A Monarquia constitucional brasileira foi um modelo para a liberalização da Europa no século XIX, com a participação ativa de Dom Pedro II na abertura democrática, compondo quadros importantes como o de ser o primeiro chefe de estado estrangeiro e visitar a França após a derrota para a Alemanha em 1872, ou de ter sido o primeiro rei de sangue a visitar os Estados Unidos, constringendo seus colegas reis, que detestavam a América do Norte, então uma república que apoiava a subversão anti-monarquista na Europa absolutista.

Sem esquecer que Dom Pedro I, voltando ao velho mundo como Dom Pedro IV, liderou uma revolução armada em Portugal para assegurar o trono à sua filha, Dona Maria II, mas com uma proposta política de monarquia constitucional, o que provocou reações ferozes dos reis absolutistas e, por pouco, não fosse a mão forte da Inglaterra, também um país constitucionalizado, a brasileira Maria da Glória não teria sentado no trono do Palácio Real de Queluz.

Na República, para resumir a participação de nosso País no primeiro plano da política internacional, basta lembrar as participações de tropas brasileiras nos conflitos mais importantes do século XX: na Primeira Guerra Mundial, a Marinha operou ofensivamente no Atlântico, até os limites do Canal da Mancha, e uma missão médica militar atuou no *front* francês. Na Segunda Guerra é para lá de conhecida a presença física de tropas de infantaria e da Força Aérea no *front* italiano, decisivo no rompimento da Linha Gótica, sistema defensivo alemão

atacado simultaneamente por forças dos Estados Unidos, Inglaterra, Brasil, Nova Zelândia e do governo dissidente da Itália livre.

No mais sério conflito do período da Guerra Fria, o interminável enfrentamento entre árabes e israelenses, o Brasil atuou uma vez mais como pacificador e enviou tropas para o Oriente Médio para compor a primeira força de paz das Nações Unidas, o histórico Batalhão Suez, que permaneceu anos entre as tropas hostis de Egito e Israel assegurando a paz por mais de uma década.

Portanto, o estereótipo recente de o Brasil ser um pária na cena mundial é falso, pois não corresponde à nossa História nem à presença contemporânea do Brasil no mundo, entre as 10 maiores economias, o quinto maior território e a maior potência militar do subcontinente sul-americano. Não é pouco.

Entretanto, o papel mais destacado no sentido de reorganização do mundo não se dá nas disputas de força entre as potências, mas como mediador e formulador da cooperação internacional. Não esquecer que o Brasil deu o primeiro presidente da Organização das Nações Unidas (ONU), o chanceler Oswaldo Aranha, e daí em diante esteve à frente de todos os esforços para a organização de sistemas de arbitragem e composição de interesses, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), a Organização Mundial da Saúde (OMS), e assim contribuiu para gerar mais de uma centena de entidades, organizações e agências que, bem ou mal, vêm garantindo a paz e reduzindo atritos às mesas de negociações, onde antes se disputavam diferenças a bala.

A memória diplomática nacional guarda um lugar de honra para a delegação brasileira na Conferência de Haia, em 1907, quando Ruy Barbosa projetou-se como o “Águia de Haia” ao defender a igualdade jurídica entre estados soberanos e ter a força de seus argumentos reconhecida na conferência e na imprensa internacional.

Conforme já recordei no capítulo 5, o sociólogo francês e ex-professor da USP na década de 1930, Roger Bastide, grande conhecedor do Brasil, invocou a obra de Gilberto Freyre para propor o Brasil como líder de uma civilização alternativa, baseada na herança latina e ibérica, ao conflito entre os mundos anglo-saxão (Estados Unidos) e eslavo (Rússia soviética). A premissa de Bastide permanece atual, é que o profeta francês não contou entre nós com missionários à altura de sua profecia.

Há diplomacias que operam para afirmar o domínio dos impérios como instrumento auxiliar do poder armado. A nossa é a diplomacia vocacionada para a mediação, na concepção de Gilberto Freyre. Resolvemos conflitos pré-nacionais, como foi o caso de Alexandre de Gusmão no Tratado de Madri, extinguindo as demandas do Tratado de Tordesilhas e alargando as fronteiras do Brasil.

Decidimos nas mesas de negociações, mais do que nos campos de batalha, todas as disputas do Prata, exceção feita à Guerra do Paraguai e outros conflitos de menor repercussão. Mais recentemente, quando Peru e Equador pegaram em armas por um litígio de fronteira, confiaram ao Brasil a pacificação de suas reivindicações.

O Brasil e sua diplomacia foram sempre parte da solução dos problemas, mas hoje (2021), fruto da desorientação e sectarismo do governo e de sua política externa, vamos nos transformando em parte do problema, dissolvendo em arroubos de ignorância e de alianças espúrias o interesse nacional legítimo e a reputação respeitável conquistada.

Ocupamos o mesmo hemisfério da maior potência financeira, econômica, militar e cultural do mundo, os Estados Unidos, em uma relação marcada por disputas, alianças, desconfianças recíprocas e identidade comum em valores importantes para a humanidade. Somos os filhos de marinheiros intrépidos das grandes navegações e nossos portos abriram-se para os perseguidos religiosos, os renegados políticos, os famintos, os sem-terra, os sem-esperança e os sem-futuro.

Quando a fome varria os campos da Europa e a espada do sectarismo religioso e político ameaçava os vencidos, era um porto nas Américas, no Sul ou no Norte, o refúgio seguro. É verdade que esses mesmos portos testemunharam por séculos a infâmia do tráfico negreiro dos africanos aprisionados por seus próprios irmãos em África e vendidos nas Américas por comerciantes de vidas humanas.

Se no passado monárquico os Estados Unidos estimularam rebeliões de inspiração separatista, na proclamação da República foram decisivos aliados do Marechal de Ferro para pacificar o País e na Segunda Guerra parceiros do presidente Vargas no esforço de industrialização do Brasil. Na Guerra Fria a geopolítica foi o crivo que conduziu os Estados Unidos à participação

no golpe de 1964 e ao acobertamento de sinistros professores de tortura, sob a proteção de missão oficial. O Brasil conheceu a sabotagem contra seus programas nuclear e espacial, o que levou o presidente Ernesto Geisel a romper o acordo militar com os Estados Unidos e a montar o Programa Nuclear Paralelo.

Geisel contrariou as expectativas geopolíticas norte-americanas e reconheceu os governos de esquerda surgidos da desintegração do projeto colonial português na África, gesto seguido de maior valorização da agenda africana por seu sucessor João Figueiredo.

Na América do Sul, marchamos para quase dois séculos de paz com 10 diferentes vizinhos e 17 mil quilômetros de fronteiras comuns em regime de cooperação e amizade, agora ameaçado pela truculência da diplomacia “ideológica” dos atuais governantes. A integração sul-americana é o primeiro dos círculos concêntricos de nossa política externa.

O mundo lusófono e a África ocidental integram o valioso patrimônio de nossa herança cultural e do nosso entorno estratégico e por isso mesmo são itens obrigatórios de nossa agenda diplomática.

O presidente Geisel reatou as relações diplomáticas com a China, o presidente José Sarney celebrou com os chineses o importante acordo para a fabricação do satélite binacional CIBERS, o presidente Fernando Henrique ampliou os laços comerciais e o presidente Lula deu contornos definitivos à aproximação dos objetivos estratégicos entre Brasil e China.

Diante da escalada nas relações entre Estados Unidos e China, o Brasil deve proteger em primeiro lugar seus objetivos

nacionais próprios e manter a equidistância que consagrou sua diplomacia independente. Na América do Sul, liderar para não permitir a militarização da região, nem a dividir em alianças caóticas como as do período da Guerra Fria. Nem afrontar nem aceitar afronta, esse precisa ser o princípio norteador de nossa relação com os Estados Unidos. Devemos estar sempre prontos a negociar os conflitos naturais surgidos de objetivos nacionais distintos e a não ceder quando a soberania nacional estiver em jogo.

O mundo que se avizinha, carregado das tensões resultantes da disputa geopolítica entre Estados Unidos e China, desafiará todos os recursos de nossa diplomacia. Caberá a ela defender com intransigência os interesses nacionais e ser suficientemente flexível para compor alianças conjunturais e contornar os riscos de isolamento para assegurar protagonismo nas grandes questões do instável cenário internacional.



No final do inverno de 1944-1945, no *front* italiano, conta o primeiro sargento, Nilton Vasco Gondin, que um pelotão da Companhia de Comunicações da Força Expedicionária Brasileira (FEB), comandada pelo major comunista Henrique Oest, foi subitamente convocado e embarcado em caminhões para uma missão secreta, tamanha a desinformação, até dos oficiais.

Viajaram algumas horas, cada vez mais distantes da linha de fogo e chegando a Florença desembarcaram em meio a um agrupamento de soldados de várias nacionalidades, quando, sob o olhar severo de um típico primeiro-sargento, foram colocados em forma, como tropa de revista. Foi só o que deu para entender: algum figurão estaria chegando. E ali estavam representados, por nacionalidades, todos os exércitos que compunham a frente dos Apeninos.

Ele notou a disposição das frações: bem à direita, onde o homenageado começaria sua revista, ingleses, escoceses, norte-americanos brancos, negros americanos, brasileiros, neozelandeses, italianos livres, indianos, árabes. Essa a ordem racial. Entretanto, chamou a atenção que o grupamento brasileiro era a única tropa multirracial, com brancos, loiros, morenos, mulatos, pretos, índios e até um nissei, o segundo-tenente (CPOR) Massaki Udihara. Aquilo deixou todos abismados, perguntando como conseguiam manter um exército

com aquela mistura, ao que o sargento Nilton Vasco Gondin, com forte sotaque alemão da cidadezinha de Selbach, no Rio Grande do Sul, respondeu: “nós somos assim”. Isso já era o Brasil há quase um século. Em tempo: o visitante recebido com tantas honras militares era o primeiro-ministro britânico Winston Churchill, inspecionando os preparativos para a grande ofensiva aliada contra a Linha Gótica, a grande fortaleza do Eixo no Norte italiano, rompida pelo Brasil dias depois com a tomada de Monte Castelo. Ali nos campos da Itália o Brasil deixava marcada a sua imagem de caldeirão das raças mestiças.

A formação do Brasil é, na verdade, a celebração da mestiçagem desde suas origens. O fenômeno é descrito de forma poética por Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro*, no qual ele descreve como o português e a índia geraram os primeiros brasileiros nascidos de pai português e de mãe nativa, criados pela mãe e falando o idioma materno.

A mãe índia e o pai português sabiam que aquela criança não era indígena nem portuguesa, era mestiça. Esse primeiro brasileiro foi obrigado, portanto, a encontrar uma nova identidade, a identidade de brasileiro, embora não tivesse nesses tempos esse nome. Mameluco, chamavam, copiando erradamente o gentílico dos mestiços não árabes do Oriente Médio. Era, entretanto, um espécime humano diferente dos demais, novo na natureza, um brasileiro, podemos dizer hoje com segurança.

Sem renegar a ascendência materna, mas buscando também com ela a sua semelhança, e sem negar a origem paterna

portuguesa, mas colhendo dela a outra parte da sua identidade, foi o tipo predominante na primeira geração de filhos da terra. Aí nasce o mestiço, mesclado no sangue, na psicologia, na sua cosmogonia, o mestiço completo, na alma, na cultura, na visão de mundo.

É esse o brasileiro de origem, apelidado de Mameluco; é esse o brasileiro de raiz; é esse o brasileiro que, em São Paulo, dá origem aos bandeirantes, aos povoadores, é esse brasileiro formador das mais antigas famílias paulistas, baianas e pernambucanas.

A aliança do indígena com o português, consumada em casamentos promovidos na maioria das vezes pelos chefes tribais, deu ao colonizador o chamado mameluco, que reuniu as qualidades humanas do índio e do português. O conhecimento da geografia do índio e o senso de organização do colonizador foram assimilados pelo mameluco, que liderou a penetração nas profundezas do continente e deu ao indígena nativo a autonomia para marchas de milhares de quilômetros, com a gestão e os produtos duráveis introduzidos pelos portugueses, como os cereais, as aves domésticas, os instrumentos de metal, como facões e machados, e principalmente as armas de fogo.

Nem os pioneiros americanos nem os aventureiros hispânicos iniciaram sua penetração no território unindo tantas etnias num esforço solidário: europeus, indígenas e africanos numa empreitada comum. A experiência brasileira é única.

A união da mulher indígena com o português gerou o fenômeno do cunhadismo, pelo qual o português adquiria laços de

parentesco e aceitação na tribo pelo casamento. Reza a lenda que João Ramalho podia mobilizar cinco mil “parentes”, os cunhados, em arco e flecha. Quando o primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza, chegou à Bahia encontrou o náufrago português Diogo Álvares, o Caramuru, casado com a índia Paraguaçu e pai de muitas filhas, uma das quais ofereceu em casamento a Tomé de Souza na mais pura configuração da cultura indígena, como sendo um nativo.

Constrangido, afinal era o governador e casado, Tomé de Souza achou um jeito ali de casar, um casamento meio paralelo, com a filha de Caramuru, que deu origem a uma dessas famílias baianas tradicionais, depois povoadoras dos sertões, das fazendas, os Dias D’Ávila.

A verdade é que o Brasil nasceu sob o signo da mestiçagem e o fenômeno se aprofundou com a presença africana no Brasil. Os laços entre a mulher africana e o português criaram gerações de mulatos, alguns dos quais chegaram a ter destaque na vida política, econômica e cultural da época. Também houve a miscigenação de homens africanos com mulheres indígenas, uma das principais bases de cruzamento de mestiçagem, gerando o cafuzo, principalmente no Nordeste.

A mestiçagem marcou definitivamente a formação social brasileira no sangue, nos traços fisionômicos, na psicologia, nos hábitos de higiene, na religiosidade, nas artes e na ideia que o brasileiro faz de si na resposta simples e direta do sargento de sotaque alemão em Florença: “Nós somos assim”. Esse “Nós” é a dissipação definitiva das diferenças raciais e



ELIFAS ANDREATO

a afirmação completa da identidade nova, da identidade de brasileiro.

Machado de Assis, ele próprio mulato, trata os conflitos humanos com certo distanciamento dos conflitos raciais, embora estes apareçam em um ou outro conto do grande escritor brasileiro. Já os personagens de Euclides da Cunha, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa são os brasileiros mestiços puros,

os sertanejos, os vaqueiros, os jagunços de *Os Sertões*, *Vidas Secas*, *São Bernardo*, *Grande Sertão: Veredas*, *A Hora e a Vez de Augusto Matraga*.

A mestiçagem religiosa adotou o sincretismo de distintos credos, fundindo em liturgias novas, em deuses e santos novos a religiosidade do católico europeu, do indígena e do africano, com o culto de Nossa Senhora e de Iemanjá, de São Jorge e Ogun, e a lavagem da Igreja do Bonfim com água de cheiro espargida pelas baianas ao som da percussão e dos cânticos de origem africana.

A mestiçagem é ainda mais exaltada na música, na fusão dos ritmos e dos instrumentos de tradição europeia, indígena e africana. A percussão mais africana dos ritmos baianos ou mais indígena nos ritmos do Pará e do Norte do Brasil como observou certa vez em interessante depoimento a cantora Fafá de Belém, ela própria magistral intérprete dos dois ritmos. A escultura do mulato Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, é o ponto culminante do Barroco brasileiro e do sincretismo nas artes plásticas.

A inspiração de Carlos Gomes em *O Guarani* e de Villa Lobos em *Trenzinho Caipira* não deixa de ser homenagem à mestiçagem, desdobrada no samba, na Bossa Nova, no Tropicalismo, no Baião, no Xote e no Xaxado, em Donga, Noel Rosa, Ângela Maria, Caetano Veloso, Chico Buarque, Marinês, Gilberto Gil, Beth Carvalho, Cartola, Paulinho da Viola, Elis Regina, Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, João Do Vale, Jorge Mautner, João Donato, e tantos quantos geniais criadores de ritmos da rica música popular brasileira.

A culinária é outro reino da mestiçagem no Brasil e espaço de afirmação de nossa identidade. No despertar do nacionalismo, famílias brasileiras de origem portuguesa abandonavam os sobrenomes lusitanos; os Pereira e os Ferreira trocados por Araripe, Tupinambá, Tibiriçá, Sinimbu e outros que permanecem até hoje. Mas também substituíram a farinha de trigo pela farinha de mandioca, o vinho do porto pela aguardente de cana. A fusão das culinárias portuguesa, indígena e africana edificou as maravilhosas cozinhas regionais brasileiras, a mineira, a paraense, a baiana, a pernambucana, que podem ser consideradas sem qualquer favor entre as mais sofisticadas do mundo.

A língua portuguesa é outro terreno em que a mestiçagem deitou raízes na fonética, no sotaque e no vernáculo. O africano ditou o ritmo do português falado no Brasil e o indígena nos deu a denominação de quase tudo de nossa geografia, fauna e flora.

É essa riqueza, essa diversidade que o identitarismo financiado e imposto de fora para dentro trabalha para destruir no Brasil, substituindo a nação mestiça de 500 anos por uma entidade nova, formada por pretos e brancos, sem se reconhecer no seu passado, na sua história e na sua memória. É como se nos dissessem: vocês permaneceram 500 anos em pecado, no erro da ideia da miscigenação, façam autocrítica, reconheçam o engano e se mirem na América, dividida em duas raças.

Diante da ofensiva contra a mestiçagem por parte do mercado, da mídia e da academia cabe ao Estado a tarefa de defendê-la difundindo-a e valorizando-a no sistema educacional,

nas Forças Armadas e nos espaços públicos ainda não dominados pelo identitarismo.

Anders Breivik, o jovem supremacista branco norueguês que matou dezenas de seus compatriotas em um acampamento perto de Oslo, escreveu um manifesto para justificar seus crimes no qual o Brasil é várias vezes citado como exemplo de sociedade degenerada pelo processo de miscigenação. Em 2019, o atirador Brenton Tarrant, que atacou uma mesquita na Nova Zelândia, definiu o Brasil como mau exemplo pelas concessões feitas à mestiçagem.

A onda negacionista contra a história e a memória no Brasil mobiliza grupos críticos da mestiçagem tanto brancos quanto negros. Por essas teorias, o Brasil não teria um povo novo, mestiço, mas seria apenas o espaço de uma disputa entre brancos e negros, transplantada de solo europeu e africano para os trópicos da América do Sul. “Mestiço é que é bom”, proclamou Darcy Ribeiro sem exclusividade e sem renegar negros, brancos e indígenas formadores do povo brasileiro.



Vamos falar das profundezas de nossas origens. Vou recapitular um pedacinho deste livro para que as coisas fiquem muito claramente situadas: Sou um filho do sertão, da zona rural da Viçosa das Alagoas, cujo povoamento deveu-se aos remanescentes dos índios caetés, da tribo dos cambembes, dos negros quilombolas de Palmares e de agricultores portugueses que por lá se estabeleceram. E antes que me cobrem chamar de sertão um município localizado na transição da Zona da Mata para o Agreste alagoano, esclareço sempre me referir ao sertão ou sertões a partir do conceito antigo e não ao Sertão como semiárido do Nordeste. Sertão como tudo o que não é litoral, não é urbano e não havia sido tocado pela ocupação demográfica do europeu e de seus descendentes nos primórdios da colonização, sertão como Brasil profundo, Brasil rural.

O Quilombo dos Palmares estendeu-se da Zona da Mata de Alagoas até Pernambuco, durante quase todo o século XVII, durou 90 anos, até o seu extermínio em 1695. Ocupava os vales dos rios Mundaú e Paraíba, que cruza o meu município. Os nomes dos antigos quilombos foram conservados em Viçosa nas fazendas e povoados como Caçamba, Mata Escura e Sabalangá, provavelmente o mais organizado de todos por ter sido o último refúgio de Zumbi dos Palmares, onde foi morto em uma emboscada organizada pelos cabos de guerra de

Domingos Jorge Velho. Zumbi foi atraído para uma cilada às margens do riacho Gurugumba, afluente do Paraíba.

É de se destacar que os homens de Domingos Jorge Velho eram poucos, mas foram apoiados por uma infantaria indígena, que de fato fez a guerra contra os quilombolas sob a promessa da concessão de terras para o assentamento das aldeias, o que terminou acontecendo. A morte do comandante da resistência negra foi detalhada em ata pelos responsáveis por sua execução e isso permitiu a posterior localização exata do lugar do último combate depois da descoberta dos documentos nos arquivos portugueses pelos historiadores.

Alagoas ficou marcada pela presença do que um cronista apelidou de “Tróia negra”. Em Maceió há um palácio chamado Zumbi; uma comenda oferecida pelo governo de Alagoas recebe o nome de Zumbi; o aeroporto é Zumbi dos Palmares; há o município de União dos Palmares, cujo time de futebol se chama Zumbi, de tal forma que Zumbi figura na galeria de grandes alagoanos ao lado de nomes como Deodoro, Floriano, Góes Monteiro, Graciliano Ramos, Ledo Ivo, Jorge de Lima, Nise da Silveira, Teotônio Vilela e Zagalo.

Recentemente o geógrafo alagoano Ivan Fernandes Lima deixou um livro póstumo, *Geografia do Quilombo dos Palmares*, descrevendo a saga em seus aspectos geográficos, econômicos, religiosos e políticos. Antes, em 1914, outro historiador alagoano, Alfredo Brandão, ao narrar a história do município de Viçosa, fez indicações sobre os vários quilombos e refúgios construídos pelos rebeldes na região. Nos 300 anos da morte de Zumbi, em 1995, propus a lei, aprovada e sancionada,

oficializando 1995 como *Ano Zumbi dos Palmares* e o 20 de Novembro como *Data Nacional*. Mais tarde, no Ministério do Esporte, com apoio do Ministério da Defesa e do governo de Alagoas, criei a *Cavalgada da Liberdade*, cobrindo a rota de 50 quilômetros entre a Serra da Barriga, a maior cidadela dos Palmares, e a Serra dos Dois Irmãos, cenário do último combate de Zumbi.

A resistência contra as condições desumanas de trabalho, os levantes em engenhos e lavouras, as revoltas de cunho religioso e cultural, como a dos Malês, em Salvador, mas também a luta política dos escravos, dos mulatos, dos mestiços de origem africana que ascenderam social ou politicamente, como Teodoro Sampaio, André Rebouças, José do Patrocínio e Luiz Gama, expõem todas as formas utilizadas no combate contra a escravidão.

Aos negros e mulatos se somaram intelectuais e militares mestiços e brancos como Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Floriano Peixoto, Deodoro da Fonseca e integrantes da própria Família Real brasileira. Uma parte significativa da Monarquia era abolicionista, a partir da própria princesa Isabel. É bom lembrar que o Conde D'Eu, apontado como indesejável por grande parte da elite do Partido Conservador, devia essa reserva não ao fato de ser estrangeiro, pois havia muitos deles nas Forças Armadas, mas por ter obrigado a Constituinte paraguaia, em 1870, a proibir a escravidão naquele país, o que foi um escândalo quando a notícia chegou no Rio de Janeiro.

O grande poeta brasileiro do século XIX, Castro Alves, ao lado de Gonçalves Dias, foi a maior expressão da poesia

abolicionista. Os dois poemas que constituem o momento superior de sua obra, *Vozes d'África* e *Navio Negreiro* são denúncias contundentes da escravidão. O ensaio de Joaquim Nabuco *O abolicionismo* e a peça de teatro *A mãe*, de José de Alencar, são exemplos da intensa atividade intelectual antiescravista.

Em 1934, Gilberto Freyre publica *Casa Grande & Senzala*, obra definitiva destinada a demolir as teorias racistas e a erguer uma interpretação otimista e científica da mestiçagem e do povo brasileiro. Ainda em 1934, Freyre organiza o Primeiro Congresso Afro-brasileiro, iniciativa que contou com o apoio do diretor do Museu Nacional, Roquette-Pinto, do influente psiquiatra Ulisses Pernambucano e do poeta Solano Trindade.

Digno de registro é ainda o livro de Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro*, prefaciado por Freyre, de que trato no capítulo sobre o futebol, e a obra clássica de Arthur Ramos, *A mestiçagem no Brasil*, na mesma linha de exaltação da influência negra na formação social brasileira.

Da literatura surgem ainda personagens como o de Simões Lopes Neto, *O Negrinho do Pastoreio*, uma espécie de santo adorado no Rio Grande do Sul e no Brasil inteiro. O Saci-Pererê, de Monteiro Lobato, negrinho de hábitos indígenas, tem uma legião de admiradores preservada até os dias de hoje.

O jangadeiro cearense Francisco do Nascimento, que se rebelara contra o transporte de escravos no Porto de Fortaleza, fez o percurso em jangada da capital do Ceará ao Rio de Janeiro, onde foi recebido como herói em uma unidade militar comandada pelo tenente coronel Sena Madureira. Madureira foi punido, mas recebeu a solidariedade de Deodoro, presidente

do Clube Militar, e de Floriano, responsável pela segurança do Palácio de São Cristóvão. A nota de Deodoro excluindo os militares da missão de caçadores de escravos fugidos foi outro gesto definitivo contra a escravidão no Brasil.

O abolicionismo no Exército e na Marinha, herança da Guerra do Paraguai, produziu episódios dignos de registro. A força naval promoveu como seu maior herói o marinheiro negro Marcílio Dias, duas vezes herói, em Paissandú e em Riachuelo, quando tombou em luta desigual contra combatentes paraguaios. Em carta-testamento, o Marquês de Tamandaré ordenava que o caixão com seus restos mortais fosse conduzido à sepultura por escravos libertos pela lei assinada pela princesa Isabel.

Em livro de memórias, o ex-ministro Serzedelo Corrêa conta que certa vez, ao buscar assinatura do presidente Floriano Peixoto no Palácio do Itamaraty, durante o horário do almoço, encontrou o marechal à mesa na companhia de um negro velho que Floriano apresentou como seu companheiro dos campos de batalha no Paraguai.

No Brasil a abolição foi antes uma batalha social e não racial. Em função do elevado grau de miscigenação, não tinha como adotar a segregação institucionalizada nos Estados Unidos para “proteger” a ideia de “pureza da raça branca”, imposição dos ideólogos da Klu Klux Klan. Nos Estados Unidos, o cruzamento de raças foi reprimido, inclusive com a proibição de casamentos inter-raciais. Mesmo Abrahan Lincoln, o humanista que liderou uma guerra para acabar com a escravidão, não via um futuro para os negros nos Estados Unidos,

e sua opinião era de que, livres, os negros norte-americanos deveriam voltar para a África, para um país criado especialmente para recebê-los, a república da Libéria. A segregação alcançou toda a vida social norte-americana, e negros e brancos eram “iguais, mas separados” como determinou a Suprema Corte no país, separados na escola, nas Forças Armadas, nos restaurantes, nas igrejas até meados dos anos 60.

No Brasil a luta contra o racismo tem de partir da valorização e do reconhecimento da decisiva influência negra na formação brasileira e de sua presença em grandes personalidades nacionais, nas artes, na cultura e no esporte, com destaque para o brasileiro mais admirado no Brasil e no mundo em todos os tempos, Pelé, o rei do futebol.

A outra forma de enfrentar o racismo é a promoção social dos negros e mestiços via políticas de redução das desigualdades, principalmente com a educação pública e universal para todos os brasileiros, independentemente da cor da pele e da condição social.



Viçosa, minha cidade natal, costumava celebrar o 13 de Outubro, data de sua emancipação política, com um desfile de fanfarras das escolas locais e dos municípios vizinhos. Os alunos participavam em uniforme de gala ou trajes em homenagem a episódios da história e da cultura, e sempre havia um pelotão representando os índios brasileiros, o qual integrei em mais de uma oportunidade como voluntário. Aliás, é quase impossível encontrar uma família viçosense que não tenha uma avó indígena entre seus antepassados, e todos exibem a ascendência indígena como uma espécie de atestado de brasilidade legítima e autêntica.

Nos tempos coloniais, os jesuítas tinham escravos negros, mas lutavam pela emancipação, pela proteção e pela não escravização dos índios. Portugal chegou inclusive a apoiar uma certa aristocracia cabocla, indígena, no Brasil. Muitos caciques tinham patentes militares e títulos dados pelos portugueses. Portugal apostava na miscigenação para suprir a deficiência demográfica, impossível de superar só com reinóis em um país pouco populoso.

Por essa razão, tivemos as nossas matriarcas indígenas na base da história da povoação e ocupação do território brasileiro logo após o descobrimento: Bartira em São Paulo; Catarina Paraguaçu na Bahia e Maria do Espírito Santo Arcoverde em Pernambuco, que são os casos mais conhecidos. Maria do

Espírito Santo Arcoverde, como já registrei, é a mãe de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, comandante militar da expulsão dos franceses do Rio Grande do Norte e do Maranhão, estados onde é venerado como herói.

Havia a compreensão por parte das lideranças indígenas de que o casamento de aristocratas índias com portugueses brancos configurava uma aliança vantajosa para os índios, interessados em absorver dos portugueses conhecimento e técnicas de que não dispunham. Assim pensavam os caciques Tibiriçá, em São Paulo, Taparica, na Bahia, e Arcoverde em Pernambuco, que casaram suas filhas com os portugueses João Ramalho, Diogo Álvares e Jerônimo de Albuquerque.

Os missionários jesuítas assumiram o tupi como língua oficial da catequese e o padre José de Anchieta, hoje santo, organizou uma gramática para aquele que passou a ser o idioma corrente no Brasil até a metade do século XVIII, quando foi proibido pelo Marquês de Pombal para que o português indicasse a soberania sobre o território conquistado com o Tratado de Madri.

Ainda no século XIX, o poeta Gonçalves Dias, e no início do século XX, o engenheiro Teodoro Sampaio deram a conhecer ao País seus dois dicionários de tupi. No mesmo período Gonçalves Dias elaborava a sua poesia de exaltação ao índio e José de Alencar publicava seus romances com o índio retratado na condição de mítico herói nacional.

Nas jornadas da Independência, como já destaquei, brasileiros trocavam seus sobrenomes portugueses pelos de origem tupi e o marechal Floriano Peixoto, de notórias feições

indígenas, tinha orgulho de se autodenominar e de ser chamado de caboclo.

Na epopeia da construção do Brasil estadistas indígenas se destacaram por atos de bravura em defesa de suas terras, em intrincadas alianças ora contra ora a favor dos portugueses, mas exibindo sempre argúcia e inteligência na relação com o homem branco. Tibiriçá, tuxaua Guaianá, fundador de São Paulo; Aimberê, chefe dos Tamoios; Arariboia, herói da expulsão dos franceses do Rio de Janeiro; Ajuricaba, cacique dos Manaos na resistência contra os portugueses; Sepé Tiaraju, bravo da luta contra portugueses e espanhóis, e os valentes Guaicurus e Terenas nas refregas contra os paraguaios, ilustram as páginas da história escrita pela presença indígena no Brasil.

Nas funções que ocupei na vida pública procurei sempre visitar o Paraguai como primeira missão internacional e uma vez pedi ao embaixador do Paraguai em Brasília a indicação de alguém da Embaixada para ministrar aulas de guarani, já que nas próximas visitas pretendia homenagear meus anfitriões com algumas expressões em guarani. Por coincidência havia uma professora bilíngue (guarani e espanhol), esposa do adido militar paraguaio, disposta a me atender. Com a ajuda de minha professora, dos dicionários paraguaios de guarani e espanhol e dos dicionários de tupi de Gonçalves Dias, Teodoro Sampaio, Silveira Bueno e Eduardo de Almeida Navarro pude observar as profundas semelhanças entre o tupi dicionarizado no Brasil e o guarani dos dicionários espanhóis, de tal forma que fiquei com a viva impressão de que as diferenças entre o nosso tupi e o guarani paraguaio são muito mais resultado das



variações fonéticas entre o português e o espanhol do que das supostamente existentes entre dois idiomas indígenas. Em apenas um exemplo, “morubixaba”, “chefe” nos nossos dicionários, é “mboruvixa”, “chefe” no dicionário guarani, indicando muito mais a distinção no uso do “b” e “v” no português e no espanhol do que propriamente uma diferença nas línguas indígenas.

O Paraguai é o único caso com duas línguas francas e oficiais, e uma delas indígena. Há outros casos de línguas oficiais indígenas, como na Bolívia e no Peru, mas que não são línguas francas. O guarani é língua culta e tem gramática há cinco séculos.

Em um debate sobre história do Paraguai ouvi a professora Mary Monte de López Moreira afirmar que o guarani é a terceira língua do mundo em nomenclatura de botânica, atrás apenas do latim e do grego.

Nas aulas, minha professora não só exaltava a importância do guarani na afirmação da identidade nacional paraguaia, como dizia que o Paraguai devia sua existência ao guarani. Não fosse uma língua que distinguisse os paraguaios dos demais países emancipados do vice-Reinado do Prata, dificilmente resistiriam a uma investida argentina, ali lutando para atrair todas aquelas partes da antiga colônia para um país único (Bolívia e Paraguai não se filiaram ao conjunto das províncias unidas, depois Confederação argentina e hoje República argentina). Ela citava um prócer argentino que dizia “ou se tirava o guarani dos paraguaios ou seria impossível dominá-los”.

O nheengatu, “língua geral” ou “língua boa”, foi o idioma corrente do Brasil durante dois séculos e meio e até hoje pode ser ouvido, como pude constatar nos pelotões de fronteira, falado pelos soldados indígenas, juntamente com o banúia, o tucano e o português e é idioma oficial no município de São Miguel da Cachoeira, no Amazonas.

O português era a língua dos reinóis e das repartições oficiais. O idioma da rua era o nheengatu. A lenda diz que

Domingos Jorge Velho precisou de um tradutor para se entender com as autoridades portuguesas em Pernambuco, na empreitada de combate aos quilombos, porque não falava o português, mas apenas o dialeto indígena.

Morumbi, Tietê, Ibirapuera, Itaquera, Anhangabaú, Tamanduateí, Ipiranga, Guaianazes, Jaçanã, Itaim, M'boi Mirim, Itapeperica, Bartira, Caiubi, Tibiriçá, Cayowwá, Mooca, Mandaquí, Pacaembu, Tucuruvi, Aricanduva, Pirituba, Pari, Butantã, Jabaquara, Tatuapé, Jaraguá, Sapopemba, são expressões que indicam ser a nossa maior metrópole, a mais importante da América Latina, São Paulo de Piratininga, na verdade uma grande cidade indígena. A sua toponímia avaliza a forte influência de nossos antepassados sobre o colonizador português e a formação do Brasil.

Caso exemplar de brasileiro de origem indígena é o de Cândido Mariano da Silva Rondon, filho de uma índia Bororo do Mato Grosso, oficial do Exército na rebelião republicana de 1889, pioneiro no trabalho de apoio aos índios, autor do lema “morrer se preciso, matar nunca” na relação com seus irmãos de sangue.

Apontado por Albert Einstein para o Prêmio Nobel da Paz, sua vida foi uma doutrina de respeito à cultura e às tradições das populações indígenas e de defesa intransigente de sua integração à sociedade nacional na qualidade de brasileiros plenos e não como uma parte em confronto com o todo. O que se vê hoje é a encruzilhada indesejável de dois fenômenos nocivos ao bem-estar dos índios e ao interesse nacional: o abandono das populações indígenas por parte da sociedade e do Estado e o aproveitamento desse estado de coisas por um aparato nacional

e internacional de interesses que veem na indigência dos silvícolas a chance de erguer uma muralha para separar os brasileiros.

A manipulação é antiga. Logo depois da Independência do Brasil os ingleses recrutaram dois agentes alemães pagos por uma de suas ONGs para percorrer as cabeceiras dos rios que descem do maciço das Guianas em direção à Bacia Amazônica, já que os rios da dita Guiana inglesa seguem todos no rumo do Caribe e era intenção do império britânico acessar a Bacia Amazônica via o rio Negro.

Concluído o serviço dos geógrafos, outra missão foi enviada, dessa vez uma ONG religiosa, para convencer os índios a pedir proteção ao Império britânico, o que se efetivou em Georgetown. A operação foi concluída com a chegada de uma tropa britânica que ocupou parte do território brasileiro no atual estado de Roraima e declarou ali uma zona de litígio. O Brasil nada pôde fazer, a não ser, já em pleno século XX, apelar à arbitragem viciada de um rei italiano que dividiu a área sabidamente brasileira em duas partes das quais a maior foi entregue ao Império britânico.

O episódio está contado em detalhes no livro *A Questão do Rio Pirara*, do consultor da Câmara dos Deputados José Theodoro Mascarenhas Menck, publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão, do Itamaraty.

Durante a Segunda Guerra Mundial os alemães tentaram sabotar o esforço de guerra dos Estados Unidos mobilizando a insatisfação interna dos índios americanos contra o tratamento odioso herdado do período de ocupação nas marchas dos colonos para o Oeste. Não é mera coincidência que os argumentos nazistas fossem na época tão semelhantes aos hoje

usados no Brasil na questão indígena. Um detalhe surpreendente foi a tentativa da Alemanha de obter a simpatia dos nossos índios declarando-os oficialmente arianos para dessa forma legitimar qualquer ajuda e solidariedade a ser oferecida.

O drama de minorias oprimidas é tão antigo quanto a sua manipulação por interesses hegemônicos. Há o caso da Liga das Nações nos anos de 1920, relatado pelo representante do Brasil Afrânio de Melo Franco sobre a opressão de minorias alemãs na Tchecoslováquia e na Polônia. O caso está relatado no livro de seu filho Afonso Arinos de Melo Franco, *O Estadista da República*. Arinos foi relator de um grupo de trabalho sobre o tema e chegou à conclusão de haver interesse da Alemanha em violar direitos de maiorias nacionais a pretexto de defender minorias.

O Brasil deve considerar seriamente a questão indígena porque, além de tudo, ela se combina com outro elemento geopolítico explosivo que é a Amazônia brasileira. O Estado precisa assumir integralmente a assistência aos irmãos índios, com a promoção de serviços públicos que permitam sua integração plena à sociedade nacional. Já me referi ao caso das Forças Armadas e da necessidade de se criar vias de acesso do índio ao oficialato e arrisco dizer que se há na sociedade brasileira um caso que justifique políticas públicas afirmativas especiais é o da ascensão educacional, profissional e social de nossos irmãos indígenas.

O Estado brasileiro deve aceitar o trabalho voluntário das organizações humanitárias, desde que exercido sob o escrutínio e a fiscalização dos órgãos públicos, vedada qualquer ação de manipulação em prejuízo do sentimento de comunhão dos índios com os demais brasileiros.



O Brasil foi fundado por mulheres, pode-se dizer. Quatro das principais capitanias hereditárias tiveram mulheres como suas verdadeiras donatárias: Dona Beatriz de Albuquerque, em Pernambuco; Dona Ana Pimentel, em São Vicente, hoje São Paulo; Dona Luisa Grimaldi (princesa do Principado de Mônaco, casada com Vasco Coutinho, que morreu jovem), no Espírito Santo; e a princesa Paraguaçu, mulher de Caramuru, os verdadeiros fundadores da Bahia, donatários de fato da capitania.

Assim começa o Brasil colonial, sob a tutela de um matriarcado que inclui as importantes presenças das índias Bartira, em São Paulo, e Maria do Espírito Santo Arcoverde em Pernambuco. No caso de Beatriz, Ana e Luisa por afastamento dos maridos da tarefa, ou por missão dada pelo rei, nos dois primeiros casos, ou de morte, no terceiro.

O Brasil deve a origem de sua etnia nacional, a sua nacionalidade, a sua identidade, às nossas matriarcas indígenas. Foram as mulheres indígenas, em casamentos e em uniões com os portugueses e africanos, que criaram as primeiras famílias brasileiras, em São Paulo, na Bahia e em Pernambuco. Os núcleos iniciais da brasilidade tiveram como mães e avós mulheres indígenas.

Quando Portugal criou o sistema de concessão das capitanias, as duas que mais prosperaram e se aproximaram do

objetivo inicial da criação do modelo – era um sistema misto, em parte público e em parte privado, quase como uma concessão, com muitos direitos aos donatários, inclusive o de cunhar moeda –, estavam sob a administração de mulheres, a de São Vicente e a de Pernambuco.

Na de São Vicente, com a convocação de Martim Afonso de Souza para serviços da Coroa na Índia, a procuração foi passada para Dona Ana Pimentel, da nobreza espanhola, mas casada com o capitão português, ainda vivendo em Portugal. A então donatária mudou-se para a Baixada Santista e foi responsável por decisões muito importantes, com grande repercussão na vida e no futuro do Brasil, a partir de São Vicente.

Entre as providências que tomou, permitiu a fundação de vilas no planalto paulista, pois os portugueses não subiam a Serra do Mar para não ultrapassar os limites do Tratado de Tordesilhas e não criar conflitos com os espanhóis. Mas ela autorizou a subida da Serra do Mar e a criação das vilas de Santo André da Borda do Campo e depois São Paulo de Piratininga. Trouxe consigo, na frota que viajou da Europa para a América do Sul, o primeiro rebanho bovino deste continente, embarcado nas ilhas de Cabo Verde. Esse gado depois multiplicou-se pela Colônia e foi levado para o Paraguai; fugitivo (alçado, se diz no campo), desceu para os pampas da Argentina, do Uruguai e do Rio Grande do Sul. Esse gado primitivo é chamado de “vicentino” no Sul, e nos países hispânicos de “ganado vicentino”, por sua origem em São Vicente.

O papel mais importante dessa matriarca foi dar autorização e apoio estatal para as entradas e bandeiras, o primeiro

passo para a expansão territorial do País, hoje a quinta maior nação em extensão do planeta.

Em Pernambuco, também por razões parecidas, com a convocação do donatário Duarte Coelho para serviços da Coroa no Oriente, assumiu a capitania Dona Beatriz de Albuquerque, que já estava no Brasil e aqui permaneceu, com a ajuda do irmão Jerônimo de Albuquerque, que veio a se casar com a índia Tabira, princesa Tabajara, filha do cacique Arcoverde, depois batizada com o nome católico de Maria do Espírito Santo Arcoverde, porque os jesuítas sempre procuravam fazer esses casamentos.

Dona Beatriz de Albuquerque administrou por um período longo, expandiu a cultura da cana-de-açúcar em Pernambuco, com as mudas trazidas de São Tomé, tomou medidas administrativas para garantir o desenvolvimento da capitania, ajudada pelo irmão, e deu a Pernambuco o início da prosperidade que marcou durante séculos a cultura da cana-de-açúcar e todo o processo de inovação dessa atividade econômica.

Luisa Grimaldi Coutinho, mais conhecida na época por “Dona Grimalda”, atuou na capitania do Espírito Santo e é reconhecida no estado como personalidade importante, mãe do bandeirante Fradique Coutinho, nome de rua no bairro de Pinheiros, em São Paulo. Embora o Espírito Santo não tenha alcançado os êxitos de São Vicente e Pernambuco, foi marcado pela presença dessa mulher enérgica, que consolidou aquela posição para a coroa portuguesa. O Brasil deve a estas mulheres biografias à altura de seus feitos.

Na guerra contra os Holandeses, eleva-se a figura de Clara Filipa Camarão, índia potiguara, líder de um pelotão de combate formado por mulheres indígenas, companheira inseparável de seu marido Filipe Camarão, o índio Poti.

Em 2013, no Ministério do Esporte, recebi o senador Garibaldi Alves e o ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Diógenes da Cunha Lima, que trazia uma ópera escrita por ele sobre a vida de Clara Camarão para ser montada como parte da celebração da Copa do Mundo de 2014. Levei o projeto à presidente Dilma e sugeri seu encaminhamento a alguma empresa estatal disposta a financiar a justa homenagem a uma das fundadoras do Brasil.

Sobre a guerra contra os holandeses guardei na memória um episódio descrito nos livros didáticos de minha infância sobre as mulheres de Tejucupapo, povoado do município de Goiana, Pernambuco, cenário de um combate entre as mulheres pernambucanas e um destacamento do invasor batavo. Em uma de minhas visitas a Pernambuco, pedi ao meu saudoso amigo Eduardo Campos para visitar o local onde ocorreu essa batalha e pudemos observar com viva emoção o solo sagrado em que aquelas bravas mulheres exibiram toda a sua coragem.

Uma mulher foi o estopim da guerra da independência do Brasil. É preciso lembrar que o levante de Salvador, em fevereiro de 1822 (antes do 7 de Setembro), iniciou-se efetivamente com o assassinato da madre Joana Angélica, na Bahia, por um soldado português que invadira o convento. A brutalidade gerou uma revolta popular só encerrada com a expulsão das tropas portuguesas, em 2 de julho de 1923, que em Salvador

até hoje é festejada como a verdadeira data da Independência do Brasil.

Quando o Brasil foi lutar pela independência, uma mulher destacou-se como voluntária, a soldado Maria Quitéria, condecorada por D. Pedro I. Ela é a patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, foi nome de uma taça disputada em final de Palmeiras x Flamengo, conquistada pelo clube paulista, e batiza a Comenda conferida pela Câmara Municipal de Salvador.

Na Bahia, destacou-se na mesma guerra da independência a negra Maria Filipa, guerrilheira naval. A famosa Marisqueira lutou nos mangues de Itaparica, teve um papel de liderança importante no enfrentamento da força naval portuguesa que sustentava as tropas coloniais e liderou choques e confrontos com as embarcações da metrópole.

A princesa Leopoldina exerceu sobre D. Pedro I e José Bonifácio a reconhecida influência política em favor da causa da Independência. A posição de Leopoldina constituiu importante trunfo para a aspiração do Brasil à independência, em razão do jogo diplomático entre as potências europeias e por ser ela integrante da casa real mais ilustre da Europa, a dos Habsburgo, e filha do imperador Francisco I da Áustria.

A guerra com o Paraguai revelou mulheres heroínas, cujos nomes permanecem como referência de renúncia e sacrifício em defesa da Pátria. A pernambucana Maria Francisca da Conceição, a Maria Curupaiti, célebre por participar dos mais sangrentos combates, ferida na Batalha de Curupaiti. Seu nome batiza uma rua na cidade de São Paulo e está imortalizado

nas crônicas e nas memórias da Guerra do Paraguai. Ana Neri, baiana, acompanhou três filhos ao Paraguai, um dos quais morto em combate, e engajou-se como enfermeira, desdoblado-se no atendimento aos feridos nos hospitais de sangue. A piauiense Jovita Alves Feitosa percorreu uma longa trajetória até ser aceita na condição de voluntária e, segundo uma das versões sobre seu destino, caiu em uma das batalhas em solo paraguaio. A gaúcha Florisbela participou da Guerra sem que seu nome completo viesse a ser conhecido, mas ficou imortalizada a sua valentia. A matriarca Rosa da Fonseca recebia a notícia da morte dos filhos em batalha secando as lágrimas para celebrar a vitória brasileira em combate. A mãe do proclamador da República, Deodoro da Fonseca, é a patrona da família militar do Exército Brasileiro e nome de praça em Maceió, capital de seu estado de origem.

Entre as mulheres brasileiras realça o papel da princesa Isabel, a redentora, abolicionista, defensora da promoção social dos negros. Ainda no século XIX, há a potiguar Nísia Floresta, autora de artigos e ensaios de denúncia da opressão da mulher, defensora da educação e das escolas femininas. Nísia Floresta, por sua coragem em uma época marcada por discriminações e preconceitos, deve ser reverenciada por todos os brasileiros. Seu nome batiza um município no seu estado natal, o Rio Grande do Norte, hoje governado pela terceira vez por uma mulher.

No Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, verifiquei que a participação de meninas nas feiras de ciências era inversamente proporcional ao avanço dos anos de escolaridade,

sendo apontada como causa a ideia equivocada de que a ciência não é atividade própria para mulheres. Discuti com assessores próximos o lançamento de uma campanha de estímulo ao engajamento de meninas na ciência, promovendo exemplos de mulheres como Bertha Lutz, Nise da Silveira e Johanna Dobereiner, de quem planejava construir um busto para assentar na praça vizinha ao Ministério que Eduardo Campos quando ministro batizara com seu nome.

No Ministério da Defesa, estimulei o grupo de trabalho voltado para a valorização da mulher nas Forças Armadas a adotar como ponto de partida o levantamento da memória das mulheres que participaram do esforço da construção da nossa Pátria. Esse levantamento criaria uma dívida a ser reconhecida pelos contemporâneos ao patriotismo e ao espírito público das mulheres do Brasil.

No Ministério do Esporte, criei a diretoria de futebol feminino na Secretaria de Futebol e organizei um grupo de trabalho voltado para estimular o futebol feminino em todas as suas dimensões. A partir dessas ações, o Ministério apoiou as edições da Copa Libertadores da América de Futebol Feminino e os campeonatos nacionais com patrocínio da Caixa Econômica Federal. Na preparação das Olimpíadas ressaltei que o melhor caminho para aumentar as chances de medalhas nos jogos era a incorporação de mais mulheres em todas as modalidades em disputa.

A presença feminina se faz notar como significativa na vida social contemporânea do Brasil, destacadamente no número de matrículas nas universidades, indício de maior presença

futura nas atividades profissionais. Trabalhadoras, empreendedoras, profissionais liberais, artistas, militares, cientistas, produtoras rurais, não há domínio da vida nacional que não registre a boa notícia da crescente participação feminina.

O Estado e a sociedade devem exaltar a participação das mulheres no esforço patriótico de retomada da construção interrompida do Brasil, combatendo a agenda identitária de fragmentação e divisão artificial da sociedade e da Nação.

Em uma das madrugadas de visitas às garagens de São Paulo nas minhas jornadas políticas, conversava com uma cobradora de ônibus e perguntei se tinha filhos e o semblante alegre daquela trabalhadora contraiu-se em uma fisionomia de tristeza e dor. Não, disse ela, - tentei muitas vezes engravidar, mas o tratamento era muito caro e eu não consegui. Conte esse episódio à presidente Dilma, com a informação de que infelizmente o Estado brasileiro prioriza as medidas para a contracepção e negligencia o apoio às mulheres pobres para a concepção. Vem daí minha ideia de que o Estado e a sociedade devem promover campanhas de valorização da maternidade e prover os meios necessários para que todas as mulheres possam alcançar o direito sagrado à maternidade.

CAPÍTULO 18

QUINTO MOVIMENTO

O futebol





Muito mais do que um esporte, o futebol conformou-se no Brasil como elemento de nossa identidade nacional, instituição abraçada pelo povo, mobilizadora de afetos e paixões. É provável que a explicação deva ser buscada no seu processo de adaptação ao meio e como foi absorvido entre nós.

Embora tenha aportado no Brasil trazido por estudantes e viajantes europeus de classe média, principalmente britânicos, a verdade é que o futebol se transformou na generosa plataforma de promoção social dos jovens pobres, mestiços, negros e mulatos, quando todas as chances lhes eram vedadas. Bloqueados desde a escola no caminho da ascensão social, os jovens pobres converteram o futebol na chave capaz de abrir as portas para uma vida melhor.

E a primeira vez que um jovem, negro, mestiço ou mesmo branco pobre se viu admirado, querido e respeitado, ele era um jogador de futebol. A partir desse fenômeno operou-se na alma do povo a adesão a este esporte que permitia aos pobres e humildes, muitas vezes analfabetos, a admiração e o reconhecimento até então apenas concedidos aos ricos e letrados.

Entre os mulatos, Arthur Friedenreich foi o ídolo pioneiro, autor do gol do primeiro título internacional da Seleção Brasileira, o Sul-Americano de 1919, jogando ao lado de Heitor, um

filho de imigrantes espanhóis, estrela do Palestra Itália (hoje Palmeiras), clube dos italianinhos pobres de São Paulo, discriminados pela elite quatrocentona.

Em 1930, brilhou na primeira Copa do Mundo do Uruguai Fausto dos Santos, que jogou no Vasco da Gama e no Flamengo e mereceu da imprensa uruguaia o apelido de “Maravilha Negra”, apesar da eliminação precoce do Brasil. Vasco e Flamengo devem ao maranhense de Codó um busto a ser fixado em uma praça de sua cidade natal, da mesma forma que o São Paulo Futebol Clube deve o mesmo busto a Canhoto, outro maranhense negro de Coroatá, consagrado pela magia de seus dribles.

E no panteão da “Pátria de chuteiras”, na feliz expressão de Nelson Rodrigues, estão próceres negros e mestiços como Leônidas da Silva, o Diamante Negro; Domingos da Guia, o Divino, ídolo no Flamengo, no Nacional de Montevideo, no Boca Juniors e no Corinthians; Garrincha, Ademir da Guia e o gênio completo de inteligência superior e talento inigualável: Pelé, digno da reverência de Robert Kennedy, que desceu aos vestiários do Maracanã para abraçá-lo em pleno banho, e da Rainha Elizabeth, que se levantou de sua cadeira imperial para cumprimentá-lo. Negros, mulatos e mestiços que a força, a magia e a generosidade do futebol arrancaram do anonimato e da indiferença para a consagração e para a glória.

Nem todos perceberam o futebol no Brasil da mesma forma. Graciliano Ramos, tão grande em sua literatura, fracassou como profeta, em crônica de 1921, quando escreveu que não

haveria futuro para um esporte reunindo 11 homens de cada lado do campo correndo atrás de uma bola.

Outros, como o jornalista Mário Filho, o sociólogo Gilberto Freyre e o cronista Nelson Rodrigues, intérpretes sensíveis da alma popular, compreenderam o óbvio, o povo havia transformado o futebol em sua causa. Mário Filho escreveu o clássico *O negro no futebol brasileiro*, prefaciado por Gilberto Freyre e que mandei traduzir para o inglês no Ministério do Esporte. Mário Filho e Ary Barroso verteram para o português, ou aportuguesaram a nomenclatura futebolística de origem inglesa, quando *goalkeeper* virou goleiro, *back*, zagueiro e *corner*, escanteio.

Mas esse esporte dos pobres sofreu muito preconceito de parte de segmentos importantes da crônica esportiva de classe média, descrente do povo e do País, que não via como capazes de transformar para melhor um esporte inventado pelos ingleses.

Nelson Rodrigues disse em um de seus textos imortais que o jornalista inglês desembarca na lua e logo declara a lua parte do Império britânico, enquanto o cronista brasileiro desembarca na Europa e proclama aos quatro ventos ser uma colônia. “Idiota da objetividade”, “vira-lata”, “quadrúpede de 28 patas” (o próprio Nelson Rodrigues dizia que seus quadrúpedes tinham 28 patas) foram algumas das expressões criadas pelo genial dramaturgo para travar sua guerra particular contra a subserviência e o complexo de inferioridade de boa parte do jornalismo esportivo.

Os grandes clubes brasileiros são instituições nacionais, distintas de seus congêneres espanhóis e ingleses,

identificados como fenômenos municipais de Barcelona, de Madri, de Manchester ou de Liverpool. Vasco da Gama, Flamengo e Palmeiras, por exemplo, têm mais torcedores espalhados pelo Brasil do que no Rio de Janeiro e em São Paulo. É quase impossível conceber um madrilenho torcendo pelo Barcelona ou vice-versa, mas ninguém estranhará uma torcida organizada do Corinthians em Maringá, no



ELIFAS ANDREATO

Paraná; do Flamengo no Amazonas, ou do Palmeiras no Acre ou no Maranhão.

Eu sempre fui muito atento desde criança às músicas cantadas por minha mãe nos seus afazeres caseiros. Certa vez, quando recebia Pelé em casa para um almoço e minha mãe estava presente ouvi-a cantarolar baixinho uma música por mim desconhecida e que falava sobre o rei do futebol. Pedi que cantasse um pouco mais alto e perguntei ao Pelé se identificava a música e ele disse que era uma canção composta para a campanha por sua permanência no Santos e no Brasil quando da investida do Milan para levá-lo à Itália.

Minha mãe não acompanhava o futebol, salvo os jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo, mas cantava: “Didi, Pelé, Vavá/Zagalo lá na Europa e a Copa vem pra cá/Zagalo, Zito, Garrincha, Nilton Santos e Orlando/são os campeões do mundo que o Brasil está saudando 5 a 2”, composta para a celebração da vitória na Suécia em 1958. Nelson Rodrigues estava coberto de razão, a Seleção de 1958 e seus heróis redescobriram o Brasil para os brasileiros e para o mundo, refazendo a façanha de Pedro Álvares Cabral quase 500 anos depois.

Ao dominar o mundo o futebol construiu um império com um domínio sem fronteiras e sem limites como nenhuma nação jamais alcançou na história, na feliz observação do especialista francês em geopolítica Pascal Boniface, em seu livro *La Terre est ronde comme un Ballon – Géopolitique du football*. Na visita a Angola, em 2006, pouco antes da Copa do Mundo da Alemanha, recordo-me de uma publicidade na TV de Luanda: “Somos um país, Angola está na Copa do Mundo”, a

confirmar a importância do futebol na identidade nacional dos povos.

O problema é que a mídia colonizada não só persistiu como foi tomada de fúria e arrogância contra o Brasil e o futebol brasileiro e cumpriu um triste papel na copa mais sabotada da história, sabotada dentro do próprio País, a Copa de 2014.

Durante a Copa das Confederações, em 2013, a Copa de 2014 quase foi cancelada. Em um dos jogos, em Salvador, os manifestantes ameaçaram invadir o estádio onde se realizava o jogo e em seguida o hotel que alojava uma das delegações. Naquela noite o então presidente da FIFA, Joseph Blatter, havia decidido suspender a competição e despachar as seleções de volta aos seus países. Teria sido o fim da Copa do Mundo no Brasil. As medidas adotadas para reverter a situação são tema para um outro livro.

Enquanto a professora da Cornell University Lourdes Casanova publicava com Julian Kassum o livro *A economia política de uma potência global emergente: em busca do sonho brasileiro*, exaltando os grandes eventos no País (Copa do Mundo e Olimpíadas) e o respeito alcançado pelo Brasil em seu caminho de crescimento com inclusão social, por aqui parte considerável da imprensa promovia a campanha de destruição da Copa, em sintonia com grupelhos de “esquerda” e de “direita”, vandalizando monumentos públicos e patrimônio privado no movimento desorientado “Não vai ter Copa”. E quem ousasse enfrentar a horda de malfeitores recebia de imediato o epíteto de fascista. Um cinegrafista foi morto pelos manifestantes e um policial transformado em tocha humana por outros;

patrimônio público e privado depredado, mas quando o delinquente era detido, antes que chegasse na delegacia já encontrava a postos uma comissão de advogados da OAB para defendê-lo. O acordo tácito entre “direita” e “esquerda” nesta jornada de infâmia era desautorizar o governo da presidente Dilma como gestor dos grandes eventos e abrir caminho para a volta dos conservadores ao poder, enquanto a “esquerda” receberia como espólio o PT desgastado e pronto para ceder o proscênio aos aventureiros das ruas. Não me perguntem por que setores do próprio PT apoiaram e estimularam tais manifestações.

No dia da abertura da Copa, a manchete do jornal *Folha de S.Paulo* estampava que o evento começava com a confiança na Seleção e a desconfiança na organização. Os fatos provaram exatamente o contrário. A Seleção sofreu a tragédia do Mineirão e a Copa do Mundo do Brasil foi considerada a “Copa das Copas”, a melhor da história, a ponto de os organizadores do evento em 2018 comentarem ser necessário engarrafar a Copa do Mundo do Brasil e entregá-la ao próximo anfitrião.

Tocado pela cobiça e pela ganância do mercado, o futebol pode perder muito de seu encanto e de sua inocência. É verdade que o mercado contribuiu para o futebol, incorporou modernas infraestruturas para sua prática e melhorou os ganhos de seus atletas, mas o preço dos ingressos afastou os pobres dos estádios. O Estado deve limitar os exageros do mercado para que não se erga uma Muralha da China entre o esporte do povo e o povo que o tomou como parte de sua alma.



Certa manhã, no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, recebi a visita de um grupo de parlamentares de orientação conservadora que queriam discutir a tramitação, em uma das comissões da Casa, de uma matéria bastante polêmica: o aborto. Eles traziam consigo o livro *Freaknomics: o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta*, do economista Steven Levitt e do jornalista Stephen Dubner, um estudo acerca de causas inesperadas para fenômenos que atingem a sociedade no seu dia a dia.

Um dos deputados abriu o livro e mostrou-me um dos capítulos mais controversos da obra, que atribui à legalização do aborto a causa da redução das taxas de criminalidade, e, portanto, da violência nos Estados Unidos. Segundo o raciocínio dos autores, pobreza, filhos rejeitados e proibição do aborto estariam na raiz da elevada taxa de criminalidade. O grupo queria a aprovação do aborto. A visita foi suficiente para arrefecer de minha parte qualquer iniciativa para pôr em andamento tal matéria na Câmara dos Deputados.

O aborto divide famílias, partidos, religiões e a sociedade. Tentei argumentar com grupos católicos e feministas a proposta de votar a matéria e submetê-la a um referendo posterior, mas tal providência foi rejeitada pelos católicos sob o argumento de a vida não poder ser submetida a referendo e da

mesma forma os grupos feministas disseram que o corpo da mulher não está à disposição de referendo.

Mas recordei esse episódio a propósito de abordar as possíveis causas da violência que ameaça direitos individuais e coletivos no Brasil. Sempre desconfie do erro e da injustiça do diagnóstico que atribui a violência à pobreza, aliás, partilhado tanto por segmentos da chamada “esquerda” quanto por grupos conservadores. Tal argumento não leva em consideração o caso de sociedades ricas como a norte-americana produzirem violência média muito maior do que as mais pobres, como Cuba e Vietnã. Mas não é preciso ir tão longe; o Brasil mais pobre e mais desigual do passado era muito menos violento do que o Brasil de maiores conquistas sociais dos nossos dias. Portanto, é preciso um esforço maior de investigação para encontrarmos as causas da violência muito além das estatísticas e do senso comum.

É possível que sociedades capazes de oferecer esperança sejam mais bem-sucedidas no controle dos impulsos violentos de seus integrantes do que aquelas que abandonaram valores coletivos de que são portadoras instituições como a família, a religião e a comunidade nacional. Testemunhei muitas vezes, em lugares bem pobres, mães abdicando de tudo na esperança de educar um filho, mães que substituíam o estado de bem-estar ausente entre nós, na atenta observação de um poeta amigo.

Despojado de todas as convicções em torno da solidariedade, da fraternidade e do bem comum, o indivíduo está só, é apenas um consumidor à mercê de um senhor absoluto, o

mercado. E diante do altar desse novo deus, ele se realiza ou consumindo ou se rebelando, e a rebeldia pode se manifestar na luta social ou no crime.

A esperança se materializa em valores e convicções partilhadas, mas também em serviços públicos e sociais como educação, esporte, lazer, saúde e cultura. No Ministério da Defesa mantínhamos um programa, o “Força no Esporte”, com apoio do Ministério do Esporte e do Ministério da Ação Social para atender crianças das escolas públicas nos equipamentos das unidades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Ao visitar uma unidade do Exército em Teresina e assistir a um exercício de natação do “Força no Esporte”, ouvi do sargento instrutor que aquelas crianças nunca tinham entrado antes em uma piscina.

Ainda no Ministério da Defesa planejei acolher crianças para aulas de música nas unidades militares, aproveitando a disponibilidade do grande número de músicos que compõem as Forças Armadas. Atenderíamos crianças das escolas públicas sem que o governo precisasse construir escolas e contratar professores para essa finalidade.

Viver em segurança e receber proteção do Estado contra a violência é um direito sagrado do cidadão. Quem rouba a roupa do varal de uma família operária na periferia de São Paulo não está cometendo um ato de rebeldia contra a desigualdade e a pobreza, está apenas agravando-a ao despojar um pobre dos seus já escassos bens.

Por esta razão, a repressão contra o crime organizado e a criminalidade em geral constitui uma necessidade para reatar

na população a confiança no Estado e para fazer da segurança individual e coletiva um direito dos cidadãos. O Estado deve impor o monopólio da violência para proteger o direito dos cidadãos à segurança individual e coletiva ou marcharemos para o retorno da época da violência privada dos coronéis, do cangaço e dos jagunços na sua forma contemporânea das milícias urbanas e do crime organizado.

Os entes federativos estaduais já não dispõem dos meios adequados, principalmente na área de inteligência, para fazer face à sofisticação alcançada pelo crime. Os órgãos de inteligência policial, financeira e tributária do governo federal, tão eficientes no combate aos delitos tributários e de colarinho branco, precisam ser engajados com a mesma eficiência na investigação das atividades do crime organizado. Da mesma forma os órgãos policiais do governo federal devem ser empregados em estreita cooperação com seus congêneres estaduais na repressão às organizações criminosas.



A questão ambiental elevou-se definitivamente ao primeiro plano da agenda internacional, e o Brasil à condição de protagonista decisivo no assunto. A Amazônia brasileira está no centro do debate mundial junto com sua exuberante floresta tropical, biodiversidade e recursos hídricos.

A proteção da natureza é uma causa nobre e antiga, mobiliza uma militância generosa contra o uso predatório dos recursos finitos e os abusos dos governos e do capital contra o meio ambiente. O problema é que, como todas as causas justas, o ambientalismo se dispõe a manipulações para atingir os mais diferentes objetivos. Vistas as coisas desta forma, o Brasil deve integrar a vanguarda do esforço internacional na adoção de medidas de proteção da natureza e de combate a todas as formas de crimes contra ela, mas estar atento para se defender da manipulação da agenda ambiental contra o interesse nacional.

A mais importante manipulação é o uso geopolítico, preenchendo a lacuna deixada pelo “fim” do comunismo como pretexto para interferência dos países imperiais sobre as nações mais fracas. Em *A Terra em Balanço*, livro-manifesto em defesa do meio ambiente, o ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore argumenta que com o colapso do comunismo o ambientalismo converte-se na bandeira capaz de substituir

a luta pela “democracia” e contra o “totalitarismo” como motivo para a ação dos Estados Unidos em todo o mundo.

Na disputa comercial pelo mercado mundial de produtos agrícolas e proteína animal, é mais uma vez o meio ambiente o terreno em que europeus e norte-americanos procuram encurralar a concorrência brasileira, criando uma espécie de tributação verde sobre os produtores nacionais.

A intenção fica evidente no relatório produzido no passado pela *National Farmers Union* (Associação Nacional dos Fazendeiros), dos Estados Unidos, sob o título *Farms here, forest there* (Fazendas aqui, florestas lá) e sobre o qual escrevi na época um artigo-denúncia para o jornal *O Estado de S. Paulo*.

A importância do relatório reside na sua natureza de manifesto e síntese do pensamento dos fazendeiros dos Estados Unidos diante da queda na competitividade da agroindústria local *vis a vis* a concorrência da agricultura tropical do Brasil. O estudo defende que a única forma de conter essa perda de competitividade é reduzir a oferta mundial de produtos agropecuários, isso mesmo, reduzir a produção mundial de alimentos para proteger os ganhos dos produtores dos Estados Unidos. E a forma mais eficaz para alcançar esse objetivo é a imposição de custos ambientais aos produtores brasileiros. A proposta não podia ser mais clara e está no documento já citado e disponível nas redes sociais.

A “Europa é sempre Europa, a gloriosa! ... A mulher deslumbrante e caprichosa, Rainha e cortesã”, no belo verso de Castro Alves. Nenhum continente foi mais longe no uso predatório dos recursos naturais, nenhum derrubou mais cedo suas

florestas a coice de machado, mas ninguém reivindica com mais força a glória da defesa do meio ambiente e da natureza.

Como se não bastassem as razões geopolíticas e comerciais, a agenda ambiental incorporou a celebridade do momento: o aquecimento global e seu inseparável mercado de crédito de carbono e mais uma vez o Brasil e a Amazônia são arrastados para o centro das discussões.

Na encruzilhada mundial do debate sobre o meio ambiente, o Brasil paga tanto por seus erros e pecados quanto por seus acertos e virtudes. É cobrado pelo desmatamento ilegal e criminoso, mas ao mesmo tempo não se pode esquecer que só existe Amazônia porque ela foi preservada e protegida ao longo de séculos por Portugal na Colônia e pelo Brasil depois da Independência. Nos capítulos sobre a Amazônia e a agricultura já apresentei as linhas gerais dos compromissos que o Brasil deve firmar em relação à proteção da natureza.

Em dezembro de 2020, estreou na Bolsa de Nova Iorque uma nova mercadoria: a água. Sim, a água é a mais nova *commodity* na principal bolsa de valores do mundo. O detalhe relacionado ao respeito ao Brasil é o rio Amazonas ser responsável por 20% da vazão de toda a água doce mundial, que chega ao mar depois de cruzar a maior floresta tropical do planeta, onde se acumulam na estação chuvosa 350 mil quilômetros quadrados de água doce, as áreas somadas da Itália e da Suíça cobrindo a Amazônia brasileira.

O esforço legislativo brasileiro em defesa do meio ambiente produziu as normas mais rigorosas do mundo impostas aos produtores e criadores nacionais. O Código Florestal Brasileiro

é certamente e de longe a lei mais generosa para a natureza e mais dura para o homem do campo de que se tem conhecimento. Não há no mundo quem obrigue o produtor rural a renunciar a 80% da área de sua propriedade em benefício do meio ambiente. Só o Brasil, no bioma Amazônia.

O problema está na aplicação das normas. O Estado brasileiro optou pelo sistema de comando e controle dos órgãos ambientais em lugar de outra prática, a da extensão e educação. No comando e controle há uma combinação de fiscalização, autuação e aplicação de multas, na crença equivocada de ser boa a lei geradora de multas e não a respeitada e obedida. No sistema que privilegia a extensão e a educação, o talão de multa é substituído pelo esforço de educar, orientar e executar práticas e manejos como revitalização de nascentes e matas ciliares, e proteção do solo e de outras medidas de conservação.

Parte de nossas escolas alimentam falsas notícias e reforçam difamações contra a agricultura, a pecuária e a Amazônia brasileira. Vão além da educação crítica e desinformam as futuras gerações sobre o que acontece no campo. O sistema educacional deve desenvolver a consciência crítica, inclusive das teorias interesseiras geradas por doutrinas neocoloniais sobre o dilema ambiental.



A construção de uma comunidade socialmente equilibrada esteve entre os desafios permanentes que mobilizaram as energias dos brasileiros ao longo da jornada de 500 anos de esforço de construção nacional.

Ao eleger o fim da escravidão como um dos temas centrais do Programa da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva tinha em conta, além do drama social dos escravos, a sensível questão da segurança nacional, representada pelo regime servil. Argumentava o Patriarca que sob a escravidão qualquer potência estrangeira dividiria o País ao simples aceno da liberdade à sua população cativa.

Ao selecionar os integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que combateria na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, o Ministério da Guerra reuniu um contingente de 600 mil jovens dos quais recrutou 60 mil para finalmente escolher os 25 mil que integraram a Divisão de Exército que embarcou para o Teatro de Operações na Europa. A tragédia desses números fica evidente nas causas que obrigaram a uma dispensa de 540 mil jovens abaixo do peso e da altura recomendadas para a atividade militar. Eles eram o fruto da pobreza imensa formadora de gerações de brasileiros subnutridos e subproteicos, incapacitados para a defesa da Pátria.

Em todos os domínios da vida nacional a indignância de vastas parcelas de nossa população projetava sua sombra de

iniquidade. Quando a Seleção Brasileira foi convocada para a Copa do Mundo de 1958 na Suécia e seus astros submetidos a uma revisão de saúde bucal o resultado foi mais de uma centena de extrações e outras centenas de procedimentos odontológicos. Didi, Pelé, Garrincha, Zagalo, Djalma Santos, Belini, Nilton Santos, futuros campeões mundiais, todos ídolos nos principais clubes brasileiros, sequer desfrutavam das condições de saúde adequadas para a prática do esporte de alto rendimento.

A profunda desigualdade fere a dignidade de milhões de brasileiros na extrema pobreza, abala a coesão social e a união necessárias à segurança nacional e ao processo de desenvolvimento equilibrado de nossa sociedade.

Segundo o governo, 66 milhões de pessoas receberam em 2020 o Auxílio Emergencial em razão da crise da Covid-19, benefício que alcançou 126 milhões de pessoas (quando incluídos os familiares e agregados) ou 60% da população. Os números saltam como uma denúncia eloquente do inaceitável desajuste que separa os brasileiros pela renda e requerem a urgência de medidas para enfrentá-lo sob pena da desigualdade minar a confiança e as energias da sociedade nacional no esforço de construção do País.